

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Vânia Ferreira Cantamessa

**AS MUDANÇAS ECONÔMICAS EM
VOLTA REDONDA APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

Taubaté – SP
2013

Vânia Ferreira Cantamessa

**AS MUDANÇAS ECONÔMICAS EM
VOLTA REDONDA APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

**Taubaté – SP
2013**

CANTAMESSA, Vânia Ferreira

As Mudanças Econômicas em Volta Redonda após a Privatização da Companhia Siderúrgica Nacional /. - 2013.
115 folhas.

Dissertação (pesquisa e pós-graduação) - Universidade de Taubaté, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Mestrado em gestão e Desenvolvimento Regional.

Orientação: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

1. Desenvolvimento Local. 2. Mercado de Trabalho. 3. Privatização. I.

Vânia Ferreira Cantamessa

**AS MUDANÇAS ECONÔMICAS EM
VOLTA REDONDA APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté - UNITAU

Prof. Dr. Fábio Ricci

Universidade de Taubaté - UNITAU

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin

Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté - UNITAU

Esse trabalho é dedicado ao meu amor e companheiro de jornada Wagner Alves Guimarães, um dos meus pilares.

E também às nossas gerações seguintes, desejando que essa minha iniciativa seja exemplo e inspiração para que cada um dê sequência à sua vida acadêmica e realização profissional.

AGRADECIMENTOS

À equipe de professores, pela disponibilidade em nos facultar acesso aos seus conhecimentos.

Ao Professor Doutor Edson Trajano Vieira, por sua hábil orientação.

Aos funcionários da UNITAU, pela polidez no atendimento às nossas necessidades.

Aos funcionários do IPPU-VR, IBGE-VR e CEPERJ, que prontamente tornaram acessíveis materiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao amigo Professor Marcos Machado, por sua colaboração sem hesitação, por meio de livros e sugetões.

À toda minha família, em especial aos meus pais Agostinho e Cleuza, que em momentos mais árduos foram meu porto seguro.

Aos companheiros de mestrado, alguns dos quais acabaram tornando-se amigos, por compartilhar e me acolher nos momentos de dificuldade.

À Deus, por não desistir de mim.

RESUMO

O objetivo desse estudo foi verificar possíveis alterações no cenário econômico da cidade de Volta Redonda situada no Estado do Rio de Janeiro, após a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, como consequência à saída do Estado do setor produtivo. Volta Redonda deve sua origem ao investimento feito pelo Estado em um esforço para tornar o Brasil um país com urbano-industrial, por meio da construção da sua primeira grande indústria de base: a Companhia Siderúrgica Nacional. O enfoque dado a essa pesquisa relaciona-se à exploração dos indicadores relativos ao mercado de trabalho local, disponibilizados de forma impressa ou *on-line* pelos órgãos oficiais, os quais propiciaram o seu diagnóstico e suas características após a privatização da CSN; assim como a contribuição da balança comercial municipal sobre essa dinâmica local. Trata-se de uma pesquisa cujo procedimento técnico é de cunho bibliográfico, com objetivo exploratório, de abordagem quantitativa e delineamento documental. Observa-se que após a privatização da CSN configurou-se a interrupção da participação da empresa na gestão pública local e o município viu-se obrigado a desenvolver políticas para atração de novos investimentos e incentivo ao empreendedorismo com vistas à geração de postos de trabalho para seus habitantes, uma vez que a estrutura setorial do emprego em Volta Redonda apresentou alteração em seu perfil, no qual o setor industrial deixou de ser o maior gerador de emprego, apresentando redução gradativa a partir de meados da década de 1980, enquanto o setor de serviços demonstrou outra realidade, apresentando acréscimo a partir o mesmo período. Em relação ao comércio internacional praticado pelo Município, verificou-se que além de subordinar-se ao cenário econômico mundial, seu resultado depende do desempenho da CSN.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Mercado de Trabalho. Privatização.

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate possible changes in the economic scenario of the city of Volta Redonda located in the State of Rio de Janeiro, after the privatization of the National Steel Company as a result of the withdrawal of the state from the productive sector. Volta Redonda owes its origin to the investment made by the state in an effort to make Brazil a country with urban-industrial, through the construction of its first major industrial base: the National Steel Company. The approach taken to this research relates to the operation of the indicators for the local labor market, available in print or online by official agencies, which led to the diagnosis and characteristics after the privatization of CSN, as well as contribution of the trade balance on this municipal local dynamics. This is a research whose technical procedure is bibliographical, with exploratory objective, quantitative approach and design documentation. It is observed that after the privatization of CSN configured to interrupt the company's participation in local public administration and the city was forced to develop policies to attract new investment and encouraging entrepreneurship aimed at generating jobs for their inhabitants, since the sectoral structure of employment in Volta Redonda showed a change on your profile, in which the industry is no longer the largest employment generator, with a gradual decrease from the mid-1980s, while the service sector showed another reality, presenting an increase from the same period. In relation to international trade practiced by the municipality, it was found that in addition to subordinate to the global economic scenario, the outcome depends on the performance of the CSN.

Keywords: Local Development. Labor Market. Privatization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil. Índices Anuais da Produção Industrial, segundo categorias de uso, período de 1980 a 2010 - Base média de 1991 = 100 - Unidade = percentual	26
Tabela 2 – Brasil. Variação do Saldo da Balança Comercial e Variação Cambial - Período de 1990 a 2010	57
Tabela 3 – Volta Redonda. Evolução do número de Demissões e Aposentadorias na CSN, período de 1989 a 1996 (Pessoas)	77
Tabela 4 – Volta Redonda. Novos estabelecimentos por setor, período de 1990 a 2010	85
Tabela 5 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), período de 1980 a 2000	86
Tabela 6 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. PIB, período de 1980 a 2010, Unidade = R\$ 1000	87
Tabela 7 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. PIB per capita, período de 1980 a 2010, Unidade = R\$ 1000	88
Tabela 8 – Volta Redonda. Estrutura Setorial do Emprego, período de 1985 a 2010	93
Tabela 9 – Volta Redonda. Resultado da Balança Comercial, período de 2000 a 2011, Unidade = US\$ milhões	98
Tabela 10 – Volta Redonda. Comparativo do resultado da Balança Comercial da União X Estado do Rio de Janeiro X Município de Volta Redonda, período de 2001 a 2010, Unidade = US\$ 1000 FOB	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Volta Redonda. Criação de Instrumentos Sociais e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional na década de 1940	71
Quadro 2 – Volta Redonda. Principais Produtos que compõem a Balança Comercial, Período de 2008 a 2010	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil. Evolução do PIB Brasileiro, período de 1980 a 2010	23
Unidade = percentual	
Gráfico 2 – Brasil. Variação da Taxa de Inflação Anual, período de 1980 a 2000, em percentual, com base no Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA)	24
Gráfico 3 – Brasil. Estrutura Setorial do Emprego, período de 1980 a 2000, Unidade = percentual	36
Gráfico 4 – Brasil. Balança Comercial, período de 1990 a 2010, Unidade = US\$ Milhões	50
Gráfico 5 – Brasil. Relação do PIB com a Balança Comercial, período de 1990 a 2010, Unidade = percentual, base 100 = 1990	53
Gráfico 6 – Variação Cambial, período de 1990 a 2010, Unidade = R\$	54
Gráfico 7 – Brasil. Relação entre Saldo da Balança Comercial Brasileira e o Câmbio, período de 1990 a 2010, Unidade = percentual, Base 100= 1994	58
Gráfico 8 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. PIB, período de 1980 a 2009, Unidade = R\$ 1000	65
Gráfico 9 – Volta Redonda. Estabelecimentos Abertos segundo o porte, período de 1980 a 2000	83
Gráfico 10 – Volta Redonda. Empresas Extintas, período de 1990 a 2010	84
Gráfico 11 – Volta Redonda. Relação entre População Economicamente Ativa (PEA) e emprego, período de 1980 a 2010	95
Gráfico 12 – Volta Redonda. Relação desemprego no Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Volta Redonda, período de 1999 a 2010, Unidade = percentual, base 100 = 2001	96
Gráfico 13 – Volta Redonda. Relação da Saldo da Balança Comercial X Índice de Desemprego, período de 2002 a 2009, unidade = percentual, base 100 = qno 2000	97
Gráfico 14 – Volta Redonda. Relação Saldo da Balança Comercial e Variação Cambial, período de 2000 a 2010	99

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIAP Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoril
ADR *American Repository Receipt*
BACEN Banco Central do Brasil
BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDL Clube dos Dirigentes Lojistas
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina
CEPERJ Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CP Certificado de Privatização
CSN Companhia Siderúrgica Nacional
DIEESE Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
DISEC Dívidas Securitárias da União
DIT Divisão Internacional do Trabalho
DIVEX Título da Dívida Externa
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA Estados Unidos da América
FAETEC Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro
FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FOB *Free On Board*
FMI Fundo Monetário Internacional
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IOF Imposto sobre Operações Financeiras
IPI Imposto sobre Produtos Industrializados
IPPU-VR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA Base de Dados Econômicos e Financeiros mantida pelo IPEA
ISO *International Organization for Standardization*

JUCERJA Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
MERCOSUL Mercado Comum do Sul
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
OFND Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
ONU Organização das Nações Unidas
PADEM Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Municipal
PEA População Economicamente Ativa
PIB Produto Interno Bruto
PIB/M Produto Interno Bruto Municipal
PMBM Prefeitura Municipal de Barra Mansa
PME Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios
PND Programa Nacional de Desestatização
PNB Produto Nacional Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC Produto *Per Capita*
PREVI Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PSI Processo de Substituição de Importações
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
RFFSA Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SIDERBRAS Siderurgia Brasileira S.A.
SECEX Secretaria de Comércio Exterior
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TDA Título da Dívida Agrária
TQC *Total Quality Control*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Apresentação	16
1.2 Problema	18
1.3 Objetivos	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	19
1.4 Delimitação do Estudo	19
1.5 Relevância do Estudo	20
1.6 Organização da Dissertação	20
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 A Economia Brasileira e a crise da década de 1980	22
2.2 Alterações no cenário econômico brasileiro a partir da década de 1990 com a abertura da Economia	30
2.3 Emprego e renda no Brasil após a década de 1990	42
2.4 O comércio exterior e a Balança Comercial Brasileira	46
2.4.1 O Comércio Exterior – Protecionismo, livre cambismo e a CEPAL	46
2.4.2 A Balança Comercial Brasileira após a abertura da economia	50
3 MÉTODO	60
3.1 Exposição Metodológica	60
3.2 Apresentação dos Indicadores	61
4 ÁREA DE ESTUDO REGIONAL: O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA E A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	63
4.1 Delimitações Espaciais: as limitações das políticas de Desenvolvimento Regional	63
4.2 A cidade de Volta Redonda X Companhia Siderúrgica Nacional	68
4.3 O processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional	74
4.4 O Município de Volta Redonda após a privatização	79
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	90
5.1 Emprego e renda em Volta Redonda	90

5.2 A participação do Município no Comércio Externo	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A década de 1980 ficou conhecida como a década perdida (CARVALHO, 2007) face aos problemas econômicos do país, tais como: aumento da inflação, maior endividamento público e o conseqüente baixo crescimento econômico. Algumas dessas questões pareceram concluídas, entre outras medidas, pela adoção do programa de privatização, que possibilitou a entrada de capital financeiro no país, mostrando a opção da política econômica pela busca do crescimento por via do capital externo face às dificuldades do setor público na época.

As características do desenvolvimento desequilibrado demonstradas por meio da desigualdade na distribuição da renda entre as camadas populacionais, a convivência com um baixo padrão de vida imposto a uma parte da população, produção agrícola e industrial insuficientes para atender à demanda imputaram um perfil de subdesenvolvimento ao país (PEREIRA, 2010) que, até a década de 1990 permaneceu com fronteiras fechadas a novos produtos, assim como às novas tecnologias, isolando-se do resto do mundo, cuja pretensão de autossuficiência demonstrou-se ineficaz.

As medidas econômicas introduzidas no Brasil a partir de 1990 representaram transição do regime econômico com um número baixo de relações externas para o livre comércio, o que resultou em um período de euforia, justificada por décadas sob isolamento, fato que proporcionou a elevação do índice de importação e desequilibrou o saldo da balança comercial brasileira (IPEA, 2011). Embora o sistema cambial em 1999 tenha sofrido alterações impostas pelo Estado, passando o país a adotar o sistema de câmbio flutuante, em sintonia com a tendência mantida entre as economias consideradas emergentes. Entretanto no início do século XXI as exportações ainda ocorriam em ritmo lento, aquém do esperado pelo Estado (KANNEBLEY JR., 2002). Entretanto ao final da primeira década deste século, verificou-se um aumento das exportações brasileiras, que alcançaram níveis inéditos para o País (IPEA, 2011).

Este trabalho foi organizado por meio de um estudo exploratório, por intermédio de uma pesquisa documental, cujos dados possibilitaram a verificação do comportamento da Balança Comercial Brasileira, e a partir daí foi realizado um levantamento da Balança

Comercial local e seus reflexos no mercado de trabalho do Município de Volta Redonda. Trata-se de um polo regional, cuja atividade principal foi a indústria e no ano de 2010 essa atividade havia perdido aproximadamente 19% do total de postos de trabalho no município em relação ao ano de 1991, período anterior à retirada do Estado do setor produtivo, cedendo sua liderança no *ranking* de geração de emprego e renda, ao comércio e à prestação de serviços, fato que despertou o interesse em examinar possíveis alterações na economia local, assim como a história sobre a criação e crescimento do Município em torno da implantação de uma indústria de base, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o impacto que a sua privatização pode ter causado em relação ao cenário econômico do Município de Volta Redonda inclusive uma possível diversificação econômica local.

Iniciada em 1941, a construção da CSN, primeira grande indústria de base brasileira, provocou incremento populacional demandando um processo de urbanização não apenas em seu município sede, mas no entorno, configurando Volta Redonda como polo de crescimento regional, devido à indústria instalada ser ponto de atração de novos investimentos e atividades satélites ou terceirizadas, proporcionando movimento à economia (PERROUX, 1977). A Cidade do Aço, alcunha também sugerida por Athayde (2004), abrigo da maior siderúrgica da América Latina, deve seu crescimento e desenvolvimento à consolidação da então estatal, a CSN.

Até o declínio do modelo proposto pelo processo de substituição de importações e a apreciação de políticas neoliberais preconizando a liberdade de mercado e provocando a retirada do Estado do setor produtivo, medidas que compõe o grupo de transformações iniciadas na década de 1990 que culminaram na adoção do Plano Nacional de Desestatização (PND), a associação entre município e empresa permitiu que ambos usufríssem de vantagens, em uma associação simbiótica entre Volta Redonda e a CSN.

No ano de 1993, após passar por redução das suas contas e do seu quadro funcional, a CSN foi privatizada (BENTES; COSTA, 2008). Aparentemente esse fato alterou o perfil econômico da cidade que a partir dali, revelou o desafio da administração pública local em analisar e reconsiderar as metas do município definindo projetos para atração de empreendimentos geradores de renda e capazes de absorver a mão de obra excedente simultaneamente.

Pelo seu histórico de geração de riquezas, o mercado internacional poderia configurar uma alternativa de investimento com vistas à criação de postos de trabalho e consequente

geração de renda para o Município. Seria uma possibilidade de a produção local alcançar resultados favoráveis no mercado externo, participando do momento propício às exportações como apresentado ao final da década de 2000, tornando-se um fator de incremento ao mercado de trabalho local.

Por meio da presente pesquisa buscou-se analisar a possibilidade de a balança comercial do município, após a privatização da CSN, também exercer influência no mercado de trabalho local.

1.2 Problema

Volta Redonda tornou-se município após a construção de Companhia Siderúrgica Nacional, fato esse que provocou um relacionamento estreito entre ambas, até a privatização da estatal. A partir daí a empresa desobrigou-se do papel de coparticipante da gestão municipal, e o município tornou-se o responsável pelo desenvolvimento de políticas para atração de novos investimentos, objetivando a geração de emprego e renda para seus habitantes face às demissões ocorridas com vistas ao processo de retirada do Estado do setor produtivo.

A questão que norteou a pesquisa foi verificar se há possibilidade de um município considerado de médio porte, situado no interior do Estado do Rio de Janeiro, participar do comércio internacional de forma a apresentar uma balança comercial capaz de influir no seu mercado de trabalho?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar os impactos das exportações do Município de Volta Redonda e o peso das atividades industriais sobre o mercado de trabalho e na geração de renda local, sobretudo após

a redução da participação do Estado na economia após privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar o percentual da participação do município de Volta Redonda na composição total da balança comercial nacional, identificando seus períodos de variação independentemente da flutuação do câmbio, por meio da análise dos dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior.
- Identificar o perfil do mercado de trabalho do município e a estrutura setorial do emprego local.
- Apresentar uma análise comparativa da renda e do desenvolvimento no município de Volta Redonda.

1.4 Delimitação do Estudo

Para atender o objetivo proposto, buscou-se por intermédio da presente pesquisa identificar a contribuição do comércio externo praticado pelo município na composição total da balança comercial nacional, por meio dos dados expostos pela Secretaria de Comércio Exterior. Buscou-se também identificar a volatilidade cambial, por meio da divulgação efetuada pelo Banco Central, objetivando verificar possíveis interferências sobre a balança comercial no período analisado. Tal procedimento justifica-se pela necessidade da obtenção de dados relativos à exportação e importação. Finalmente, ordenou-se os dados relativos ao mercado de trabalho local divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sob os efeitos das variações da balança comercial do município no período em tratamento.

O resultado alcançado por meio deste estudo foi a identificação o saldo da balança comercial de Volta Redonda e seus possíveis reflexos sobre o mercado de trabalho e geração de renda local, por intermédio de uma análise empírica dos dados da Secretaria de Comércio

Exterior e do mercado de trabalho formal a partir das estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego MTE.

1.5 Relevância do Estudo

Observa-se que a história do município de Volta Redonda tornou-se indistinta da história da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, o que o tornou também um componente histórico do início da era urbano-industrial brasileira, com sua economia estruturada pela produção da indústria de base (PEREIRA, 1997), remetendo o município a um papel importante na história do desenvolvimento nacional e do crescimento regional.

Nota-se pela cumplicidade entre município e a indústria que ele abriga que ambos ilustraram uma fase importante para a economia do País e seu desenvolvimento, além de comporem o corredor industrial do país, localizado no Vale do Paraíba, locação pioneira da indústria nacional.

A retirada do Estado do processo produtivo desestabilizou a economia do município, por meio da alteração do perfil do mercado de trabalho. A empresa, antiga estatal, além de iniciar um processo de alteração da sua base produtiva, também ficou desobrigada de participar da política econômica local na qual é geradora de emprego e renda, o que fez pressupor um colapso no mercado de trabalho.

1.6 Organização da dissertação

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. Sendo que no primeiro capítulo consta além do tema, o resumo e a introdução.

O capítulo dois traz uma Revisão de Literatura composta por quatro subtítulos. O primeiro subtítulo discorre sobre a Economia Brasileira e a crise a partir da década de 1980, considerada a década perdida, período em que o país não apresentou crescimento significativo do PIB, como um dos efeitos do descontrole inflacionário.

A década de 1990 foi de transição entre mercado fechado e o processo de abertura comercial, também o país passou a apresentar um parque industrial livre da participação do Estado como produtor, por meio das privatizações, além do fim de um período de alta inflação com a estabilização da moeda nacional, foram assuntos tratados no segundo subtítulo.

O terceiro subtítulo trata do mercado de trabalho brasileiro após a década de 1990 e na sequência, o quarto subtítulo foi dividido entre o comércio exterior, o protecionismo, o livre cambismo e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a balança comercial brasileira a partir da década de 1990, com a abertura da economia.

No capítulo três foi apresentada a Metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, que trata-se de um estudo exploratório que apresenta delineamento documental e foi subdividido em dois itens: a exposição metodológica e a apresentação dos indicadores utilizados, divulgados por órgãos oficiais.

O capítulo quatro trata da área de estudo regional, que retrata o Município como polo em momentos distintos: antes, durante e após a privatização da CSN. Esse capítulo é subdividido em quatro tópicos. A delimitação espacial e as limitações políticas de desenvolvimento regional são tratadas no primeiro; a relação, desde a fundação até a privatização, entre a cidade e a empresa está retratada no segundo; o processo de privatização da CSN foi tratado no terceiro subtítulo e no quarto, o perfil econômico do Município após a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

O quinto capítulo apresenta a análise dos dados levantados pela pesquisa e os expõe em dois subtítulos sendo que o primeiro trata do mercado de trabalho de Volta Redonda e o segundo subtítulo compara a balança comercial local com as balanças do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

E por último são feitas as considerações finais e apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na dissertação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Economia Brasileira e a crise da década de 1980

Observa-se que ao longo da história econômica mundial, periodicamente economias capitalistas industrializadas sofrem algum tipo de crise. O crescimento econômico não ocorre de forma linear, há períodos de expansão e retração. Conforme elucidado por Schumpeter (1883/1950), o crescimento da economia é sustentado pela amplificação do consumo e dos investimentos, que podem sofrer queda resultando na redução da produção e vendas.

Com seu início ocorrido a partir do final do século XIX, a indústria brasileira foi consolidada oficialmente a partir de 1930, quando aconteceu a Grande Depressão a partir da quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos, marcando um novo ciclo da economia mundial e conseqüentemente da economia brasileira. A partir daí observou-se a ascensão da indústria nacional que assumiu a geração de renda essencial ao crescimento da economia do país, fato que promoveu rompimento com o modelo primário-exportador até então desempenhado pelo Brasil. A estratégia adotada pelo Estado na implementação do crescimento econômico foi a valorização do mercado interno (FURTADO, 1985), proporcionando à indústria brasileira um fortalecimento constante e gradativo até o início da década de 1980.

A estagnação do Produto Interno Bruto e as altas taxas de inflação formaram um conjunto de características internas que marcaram a Economia Brasileira na década de 1980, período esse que foi reconhecidamente de crise e que sugere uma queda no dinamismo da economia brasileira contemporânea. Dados do IBGE (2012) revelaram que o crescimento da economia brasileira, com base no PIB, nos cinquenta anos compreendidos entre 1930 e 1980 foi da ordem de 6,5%, sendo que no período de 1981 a 1990 seu crescimento médio ficou em 2,4%, entre os anos de 1991 a 2000 o crescimento do PIB em média foi de 2,3%, e no período de 2001 a 2010 a média de crescimento foi de 3,3% (Gráfico 1).

Pode-se explicar o crescimento de 6,5% da economia brasileira ocorrido no período compreendido entre 1930-1980, pelo estabelecimento, por parte do Estado, do Processo de Substituição de Importações (PSI). Foi no período entre o início da crise econômica mundial e

o término da Segunda Grande Guerra que o Estado brasileiro proporcionou incentivos à industrialização por meio de promoção das políticas tarifária, cambial e fiscal, ou por intervenção direta nos investimentos, assumindo a implantação da indústria de base.

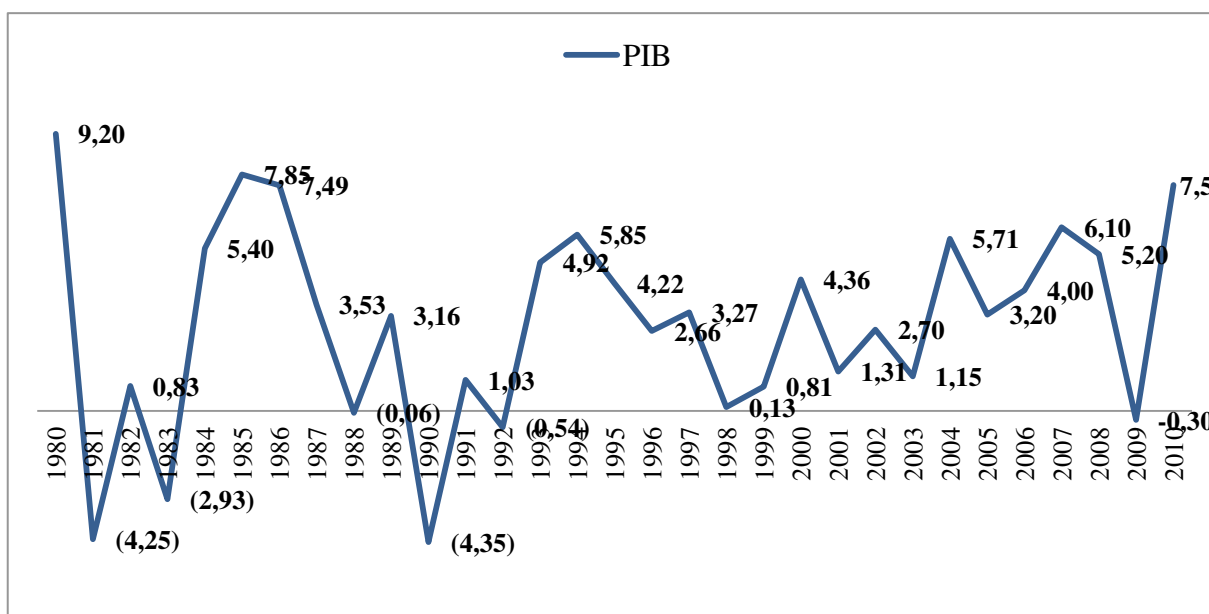


Gráfico 1 – Brasil. Evolução do PIB, período de 1980 a 2010 - Unidade = percentual

Fonte: IBGE, Séries Históricas, 2012

O modelo adotado entre os anos de 1930 e 1980, diante das transformações do cenário internacional, entrou em processo de decadência, primeiramente com a crise internacional do petróleo em 1973, culminando em 1979 com o aumento da taxa de juros internacional, chegando à década de 1980 com desequilíbrios que lhe valeram a alcunha de década perdida (CARVALHO, 2007). No entanto observa-se que, na história da economia brasileira, seu crescimento foi acelerado a partir da consolidação do processo industrial, iniciado 1930.

Apresentando um parque industrial diversificado, mesmo não se considerando as empresas multinacionais aqui instaladas, na década de 1980 o Brasil podia contar com indústrias voltadas para a produção de bens de consumo duráveis, bens intermediários e também de capital ou de produção. Em 1980 a indústria em conjunto com os serviços revelou uma participação na composição do produto interno bruto igual a 90%, num quadro que demonstra o crescimento de uma sociedade com um perfil urbano-industrial, como resultado de investimentos direcionados pelo Estado, no sentido de promover crescimento da atividade industrial. (IGBE, 2012)

Tal crescimento da participação da indústria e setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB) foi atribuído à proteção contra a concorrência internacional. Nota-se que simultaneamente à formação de um parque industrial diversificado, o PSI foi responsável por provocar desequilíbrio na indústria brasileira, pois mais tarde revelou-se prejudicial ao desenvolvimento da sua competitividade no mercado externo.

A economia brasileira passou pelo decênio de 1980 apresentando um quadro de instabilidade que logo no início da década foi confirmado por meio da apelação terminante ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse período a inflação alcançou níveis muito elevados (Gráfico 2) passando a ser medida mensalmente, embora seu crescimento latente ocorresse desde a década de 1970. Durante a década de 1980 o Estado adotou alguns planos de estabilização da moeda, mas nenhum desses planos obteve êxito.

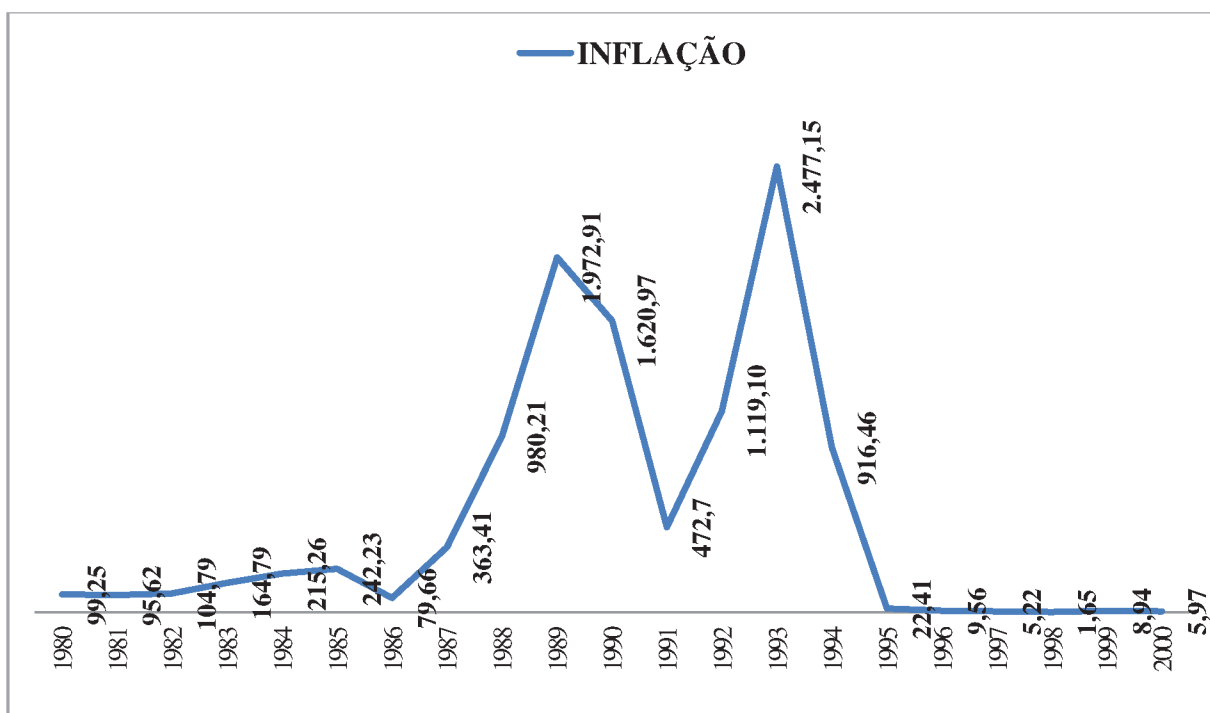


Gráfico 2 – Brasil. Variação da Taxa de Inflação Anual, período de 1980 a 2000 – em percentual, com base no Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA)

Fonte: IPEADATA, 2012

Até o decênio de 1980, a instalação e expansão da indústria de bens de capital nacional apoiavam-se na política de substituição das importações, o que possibilitou diversificação e

integração da indústria nacional a partir da demanda interna gerada pelos investimentos do setor público.

Até o final dos anos 80, o modelo de substituição de importações impunha elevados índices de nacionalização e elevada verticalização das empresas dessa indústria, o que reduzia as possibilidades de obtenção de economias de especialização e afetava sua competitividade. (RESENDE; ANDERSON, 1999, p.22)

A instabilidade econômica ocorrida na década de 1980 configurou-se também pela influência da crise do petróleo, ocasionando desequilíbrio no balanço de pagamentos, mediante aumento de taxas de juros internacionais e a dificuldade em obter novos empréstimos externos, quadro que induziu à contenção dos investimentos nas empresas estatais e nas empresas privadas além da elevação da taxa de juros interna. Tal conjuntura conduziu a economia brasileira à recessão no período compreendido entre 1981 e 1983, no qual a indústria apresentou queda nos seus índices de produção nos diversos setores como de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, resultando no crescimento da taxa de desemprego e na queda da renda. Em 1983 o país apelou ao FMI. (LANGONI, 1985)

Em 1984 verifica-se que o acordo com o FMI havia alcançado o objetivo de promover o ajuste do balanço de pagamentos, assegurando um crescimento regular à economia, fato que proporcionou a retomada da credibilidade do país junto ao mercado internacional. Após 1984 a indústria voltou a apresentar crescimento em seus níveis de produção, situação essa, que se prolongou até o fim da década (Tabela 1). A economia deu sinais de reação mediante a queda do preço do barril de petróleo e o crescimento das exportações proporcionando um saldo positivo da balança comercial, embora os índices de inflação ainda se mantivessem elevados, assim como a dívida externa e interna do país.

Em 1986, com vistas ao fim do processo inflacionário vivenciado no país, o Estado anunciou a instalação de um pacote de medidas econômicas: o Plano Cruzado. Através desse plano a moeda em uso, o Cruzeiro, foi substituído por uma nova moeda que se pretendia forte: o Cruzado, na proporção de mil por um.

Houve o congelamento dos preços e da taxa de câmbio por período indeterminado de tempo e os aluguéis sofreram congelamento dos seus valores por um ano, configurando a supressão da indexação. O salário mínimo sofreu ajuste pela média dos seis meses anteriores e um abono igual a oito por cento. Os reajustes salariais posteriores seriam automáticos, sempre que a inflação alcançasse índice igual ou superior a vinte por cento. A negociação para

aumentos suplementares de salários entre empregadores e empregados deveria existir livremente, desde que os índices não fossem repassados às mercadorias e aos serviços. (MODIANO, 1986)

Tabela 1 – **Brasil. Índices anuais da produção industrial, segundo categorias de uso,**
Período de 1980 a 2010, Base: média de 1991 = 100, Unidade = percentual

Categorias de Uso	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo
1980	142,60	96,67	89,65
1981	114,89	85,91	86,15
1982	97,88	88,36	88,84
1983	79,05	86,26	85,10
1984	90,74	95,12	85,35
1985	101,97	102,03	93,12
1986	124,30	110,57	103,41
1987	122,06	111,79	103,48
1988	119,54	109,44	99,86
1989	119,86	112,09	103,47
1990	101,30	102,30	97,96
1991	100	100	100
1992	93,14	97,56	94,61
1993	102,10	102,84	104,24
1994	121,16	209,62	108,77
1995	121,47	109,85	115,56
1996	104,39	113,03	121,67
1997	109,41	118,23	123,06
1998	107,70	117,39	116,39
1999	97,91	119,58	113,09
2000	110,50	127,73	116,66
2001	104,61	113,25	108,90
2002	105,14	120,94	111,43
2003	114,53	126,81	107,09
2004	119,05	129,62	103,37
2005	128,02	103,86	114,18
2006	135,77	105,39	111,79
2007	162,73	112,65	115,31
2008	139,22	91,87	103,46
2009	171,34	111,14	119,15
2010	110,50	127,73	116,66

Fonte: IBGE, 2010. Banco de dados Agregados. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física.

Observa-se que o Plano Cruzado foi iniciado em um momento de crescimento das atividades econômicas, pois o PIB havia fechado o ano de 1985 à taxa de 7,85% (IBGE, 2012), e resultou em aumento real dos salários para algumas categorias. Entretanto, como consequência do congelamento dos preços, ocorreu um aumento do consumo que resultou na prática comum de cobrança do ágio, cobrança extraoficial de uma quantia além do preço tabelado. Como medida para conter o consumo, o Estado convencionou o empréstimo compulsório nas transações comerciais que envolviam veículos, combustível, dólares para viagens e passagens aéreas de viagens ao exterior. Nota-se nesse período um desequilíbrio das contas externas em razão do incremento nas importações. (SECEX, 2011)

O declínio do Plano Cruzado foi deflagrado posteriormente ao haver repasse dos reajustes das tarifas públicas e dos impostos indiretos, que são aqueles que incidem sobre as transações de compra ou venda de mercadorias ou serviços, procedimento que ressaltou o aumento da inflação.

Em 1987 as contas externas levaram o Estado a declarar a moratória, que representa um ato unilateral de suspensão do pagamento de suas dívidas, embora os índices da produção industrial por categorias de uso não apresentassem alterações significativas nesse ano, o PIB apresentou uma variação de aproximadamente 3,5%. Em julho desse ano foi lançado outro plano econômico: o Plano Bresser, cujo objetivo principal, além de proporcionar o controle inflacionário, era conter o déficit público, por meio de adoção de medidas como o congelamento dos preços, aluguéis e salários, desindexação do reajuste salarial pela inflação, aumento de impostos, cortes de subsídios e adiamento de obras de grande porte. Embora o plano tenha falhado no cumprimento seu objetivo principal, o Brasil voltou a negociar com o FMI e a moratória foi suspensa.

Em 1988, o crescimento do país ficou comprometido e apresentou um índice de variação do PIB próxima de zero. No ano de 1989, ainda na tentativa de conter o processo inflacionário, o Estado lançou o Plano Verão. Tratava-se de mais um pacote de medidas econômicas como a alteração do índice de rendimento da caderneta de poupança, congelamento de preços e salários, criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo que inicialmente apresentava-se atrelado à paridade do dólar.

Enquanto a economia interna buscava encontrar o caminho para o equilíbrio, o mercado internacional também iniciava práticas para proteger-se e em 1989, os Estados Unidos da América (EUA) adotou uma forma de seguro da dívida externa. Tal sistema

consistia na emissão de títulos da dívida de países devedores que seriam internacionalmente negociados.

Ao término da década de 1980, o Brasil apresentava paralelamente à queda do PIB, um aumento acentuado das taxas de inflação. Também a indústria brasileira entrou em uma crise proporcionada por um estrangulamento financeiro, ocasionado pela redução dos investimentos por parte do Estado igualmente motivada pela baixa produtividade, acarretada pelo decréscimo dos investimentos externos, devido ao aumento da demanda por esses recursos junto aos países desenvolvidos. Em razão do aumento da dívida brasileira e do pagamento dos altos juros, o resultado foi o desequilíbrio das finanças públicas brasileiras. (VIEIRA, 1999)

Diante desse contexto, a percepção sobre a necessidade de mudanças tornou-se evidente e logo no início da década de 1990, ocorreram reformas que reverteram o processo de aprofundamento da industrialização baseada em incentivos e a economia brasileira foi novamente atingida por uma recessão derivada também da ineficácia da sequência planos econômicos lançados em busca de conter o processo inflacionário, iniciando-se pelo Plano Cruzado em 1986, passando pelo Plano Bresser em 1987 e chegando ao Plano Verão em 1989. Entretanto a criação de pacotes econômicos com a finalidade de conter o processo inflacionário não parou aqui, em 1990 implantou-se o Plano Brasil Novo, popularmente conhecido sob a alcunha de Plano Collor, cujo objetivo de conter o índice inflacionário não foi alcançado, como em todos os planos anteriores.

A partir daí o Brasil assumiu um novo conjunto de disposições objetivando o livre funcionamento das forças de mercado com o propósito de alcançar o crescimento. As reformas adotadas nos anos de 1990 nortearam-se pelo documento gerado pelo Consenso de Washington, o qual previa a subordinação do Estado ao mercado, sugerindo uma série de iniciativas com vantagens para o mercado, que serviriam de base para o ajustamento dos países em desenvolvimento diante da crise externa dos anos de 1980. (FERRARI FILHO; SILVA; SCHATZMANN, 2011)

Mediante as recomendações publicadas pelo Consenso de Washington, seriam impostas condições com maior rigor para liberação de verbas aos países em desenvolvimento que deveriam cumprir exigências como, por exemplo: a adoção de uma disciplina fiscal, por meio da formulação de uma reforma tributária; redução dos gastos do Estado, incluindo gastos em investimento em infraestrutura; adoção de juros e câmbio de mercado; abertura

comercial por meio do desenvolvimento de políticas com ênfase à abertura da economia, permissão de investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização de estatais; relaxamento das leis econômicas e trabalhistas e a garantia do direito à propriedade, com o objetivo principal de promover a proteção das instituições credoras, face a possibilidade de desperdício dos recursos emprestados, sem que esses resolvessem as crises internas dos credores, podendo esses não cumprirem com os seus contratos celebrados, chegando à inadimplência.

O Estado deveria então, atenuar suas intervenções e projetos de investimentos reduzindo sua participação na economia por meio das privatizações das estatais, enfatizando seu papel na garantia da estabilidade macroeconômica. Nesse sentido, o sustentáculo fundamental do modelo assumido pelo Brasil na década de 1990 foi o processo de abertura econômica para fluxos comerciais e de capitais em conjunto com o plano de desestatização, que deveriam promover elevação da produtividade e fortalecimento do mercado (FRANCO, 1998).

Ao iniciar a década 1990, o país ainda sofria com altos índices de inflação que desequilibrava toda a economia nacional. Em busca de alcançar o equilíbrio, o Estado lançou um novo plano econômico, popularmente conhecido como Plano Collor como mencionado anteriormente. Esse Plano Collor trouxe a proposta de combinar liberação fiscal com financeira, apresentou medidas para estabilizar preços, seguidas de programas de reforma da política industrial do comércio exterior. O plano econômico foi delineado com inspiração em algumas imposições resultantes do Consenso de Washington, como por exemplo, a adoção do câmbio flutuante e a abertura da economia. Outras características do plano foram: taxa sobre todas as transações financeiras através do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), indexação das taxas, fim de incentivos fiscais, congelamento temporário dos salários e preços, congelamento de 80% dos depósitos existentes no *overnight*, nas contas correntes ou nas cadernetas de poupança que excedessem a NCz\$ 50mil (Cruzado novo) durante 18 meses, o popular confisco, e a substituição da moeda Cruzado Novo por Cruzeiro.

A abertura da economia nacional originou-se de uma política industrial e de comércio exterior que, num primeiro plano, pregava o estímulo à concorrência como a prática que levaria à modernização da indústria brasileira por meio do apoio do Estado mediante a criação, desenvolvimento e implementação de iniciativas específicas, como o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira e também o Programa Brasileiro de

Qualidade e Produtividade. Devido à ausência de instrumentos e mecanismos institucionais, e diante de um quadro de instabilidade econômica e recessão vivida no início da década de 1990, as políticas de apoio à modernização da indústria brasileira não progrediram. (FERRARI FILHO; SILVA; SCHATZMANN, 2011)

A substituição de um modelo comercial, financeiro e de investimento direto fechado para um regime aberto foi iniciado. O Estado principiou o processo de retirada do sistema produtivo, assumindo apenas as atribuições que objetivavam proporcionar o crescimento da economia por meio da adoção de medidas que garantissem, por exemplo, a redução das barreiras às importações, a eliminação das restrições institucionais à participação do capital estrangeiro em setores de infraestrutura e a busca da redução da inflação ainda na década de 1990, na qual a estabilidade econômica demandou prioridade no desenvolvimento de políticas de sustentação à moeda.

2.2 Alterações no cenário econômico brasileiro a partir da década de 1990 com a abertura da economia

O processo de abertura econômica foi colocado em prática mediante a eliminação das restrições não tarifárias como quotas de importação e barreiras técnicas, concomitantemente à atenuação tarifária por meio das reduções das alíquotas de importações e a sobrevalorização do câmbio, ambos ocorridos a partir de 1991, proporcionando o estímulo às importações. Para a implementação da redução tarifária um cronograma foi adotado no qual constava um decréscimo gradual ao longo de quatro anos. As restrições não tarifárias foram eliminadas imediatamente, de uma única vez.

Ao contrário do esperado, a abertura comercial não resultou em benefícios econômicos por meio da criação de um ambiente competitivo para a produção interna que possibilitasse a alocação de recursos entre setores. A concorrência externa evidenciou as carências vividas da indústria brasileira, como por exemplo, a necessidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de projetos que levassem à inovação tecnológica. A abertura proporcionou ao Brasil a possibilidade de participar do processo de aceleração do ritmo de criação,

importação e difusão de novas tecnologias, e transmitir a intensão de ascender a competitividade das indústrias nacionais. (SILBER, 2002)

A reestruturação da indústria brasileira provocada pela abertura comercial favoreceu os consumidores brasileiros, pelo aumento da diversidade de bens e serviços disponíveis no mercado, com tecnologia superior e menor preço, embora proporcionando sério comprometimento da geração e oferta de emprego. Vários fatores penalizaram o produtor local, como por exemplo, a alta taxa de tributação e juros elevados, burocracia em demasia e infraestrutura obsoleta, além do processo inflacionário persistente.

Em busca de conter a inflação de forma definitiva e eficaz, ao final de 1993 o Estado iniciou a adoção de um novo plano econômico: O Real, que impôs novas regras para a economia brasileira. A instituição do real como moeda forte foi a última fase do programa de estabilização da economia que fundamentou-se no fim na indexação. Deixava de existir o repasse automático da inflação mensal para os salários, aluguéis, prestações e contratos diversos. Outra característica desse plano foi a vinculação da moeda ao dólar, permitindo a emissão de novos reais somente mediante a existência do volume de dólares equivalente nos cofres do Banco Central. Simultaneamente sustentava-se o câmbio alto, na proporção inicial de um dólar equivalente a no máximo R\$ 1,00. Observa-se aqui, que foi estabelecido um teto para a variação do dólar, mas não foi determinado um mínimo para a interferência do Banco Central. (ALMEIDA; BACHA, 1999)

Ao Banco Central coube a tarefa de garantir a manutenção equilibrada da taxa de câmbio, por exemplo, numa situação de crescente demanda por dólares o mercado de câmbio sofreria interferência do Banco Central por meio da venda de dólares, forçando a queda do seu valor. Verifica-se que a aplicação e manutenção do Plano Real dependiam da disponibilidade de dólares em poder do Estado; e embora o sucesso do Plano Real dependesse da manutenção das reservas de dólares e para atingir esse objetivo o Estado mantinha as taxas de juros do país em patamares elevados, atraindo o capital especulativo internacional, o plano apresentou resultado favorável rapidamente. Diante desse quadro, houve aumento da especulação financeira de forma a expor a valorização monetária nacional ao risco revelando aí, o ponto frágil do plano. Em contrapartida, a manipulação do câmbio possibilitou o controle da inflação no decorrer dos anos de 1994 a 1998, fato que acarretou sobrevalorização do real e *deficit* na balança comercial.

Paralelamente à implantação do Plano Real, o processo de secutirização da dívida externa, adotado pelos EUA conforme citado anteriormente, em 1994 atingiu alto grau de desenvolvimento face a confiança demonstrada pelo mercado. Nota-se que a progressiva queda nas taxas de juros praticadas pelo mercado internacional resultou no enfraquecimento das transferências de capital do Brasil para os credores internacionais, uma vez que a dívida externa teve seus valores diminuídos. Mediante esse decréscimo do valor das obrigações contraídas externamente, houve um retorno ao crescimento econômico resultante do aumento da produção nacional e conseqüente acréscimo do PIB na ordem aproximada de 5% entre os anos de 1993 e 1994 (IPEA, 2009a), que influenciou também na retração dos índices de desemprego.

Observa-se que as duas décadas analisadas revelaram o baixo desempenho da economia brasileira. No decorrer da década de 1990 houve mudança significativa na política econômica, na qual o Estado promoveu abertura ao mercado externo e diminuiu sua intervenção na economia por meio das privatizações, caracterizando um processo sequencial de transição para a indústria brasileira.

A produção industrial brasileira no decorrer da década de 1990 apresentou variação tão intensa quanto à década de 1980. Entre 1994 e 1995 verificou-se que a indústria brasileira esboçou reação nos segmentos de bens de capital, como por exemplo, os segmentos automobilísticos e de eletrodomésticos da linha branca, os bens intermediários e bens de consumo duráveis e não duráveis, a exemplo dos alimentos, bebidas, higiene e limpeza, obtiveram crescimento na produção e vendas impulsionados pelo decréscimo da inflação, aliada a ampliação dos salários, crescimento do nível de emprego e dilatação do crédito para consumo, surtiu efeitos sobre o poder de compra da população e elevou as vendas. (IBGE, 2012)

Entretanto, faltou à indústria nacional, receber investimentos em inovações tecnológicas que proporcionassem a redução do seu custo de produção e maior diversidade e qualidade no resultado da sua produção, o que acarretou perda da capacidade competitiva nos mercados interno e externo (MOREIRA, 1999). Verifica-se que o índice de produção dos setores de bens intermediários e de consumo apresentaram resultados mais elevados que o setor de bens de capital durante toda a década, revelando um perfil perverso da abertura econômica brasileira, pois o setor de bens de capital que concorre para a produção de outros bens ou serviços foi o que apresentou menor taxa de crescimento revelando o momento de

baixo investimento da indústria brasileira entre as décadas de 1990 e 2000, impedindo o setor industrial de apresentar resultados mais favoráveis. (IBGE, 2012)

Ao final da década de 1990 observou-se que as reformas econômicas proporcionaram impactos sobre a produtividade da indústria nacional ao evidenciar a fragilidade produtiva brasileira e a retração dos seus níveis de atividade, como o segmento de bens de capital, matéria-prima e insumos e o segmento de bens de consumo final, como itens do vestuário, por exemplo. A especialização da indústria tornou-se refém de políticas adotadas pelo Estado que mediante a concorrência externa não apresentou alternativas, limitando-se a promover abertura de linhas de crédito junto ao BNDES, para aquelas indústrias julgadas com condições de competir no mercado. Desta forma, a indústria sucateada e com escassa capacidade de reação à concorrência externa, ofereceu baixa contribuição à composição do PIB, que encontrava-se sucateada e com escassa capacidade de reação à concorrência externa, que apresentou um percentual de crescimento igual a 0,81% em 1999, conforme verifica-se no Gráfico 1. (BACHA; BONNELLI, 2001)

Durante toda a década de 1990 o PIB apresentou flutuação, chegando em alguns momentos a apresentar índices negativos de crescimento (IBGE, 2012). Índices positivos apresentados nos anos de 1993 e 1994 foram amparados pelas reformas proporcionadas pelo Estado nesse período, destacando-se a abertura comercial e financeira. A partir de 1995 o PIB voltou a apresentar decréscimo até o fim da década, motivado primeiramente pela crise mexicana, que causou a fuga de capital especulativo dos países emergentes, incluindo o Brasil.

A economia brasileira voltou a ser ameaçada pelo surgimento da crise asiática, que foi caracterizada pela desvalorização cambial com consequente perda de reservas e redução nas bolsas de valores, com início em 1997 na Tailândia e espalhada pelos países conhecidos como Tigres Asiáticos, sendo que os reflexos dessa crise atingiram países em desenvolvimento no mundo inteiro e também causou impactos negativos no cenário econômico brasileiro. (RIBEIRO *et al*, 2010)

De forma similar ao período da crise mexicana, a moeda brasileira sofreu especulação, forçando a redução das reservas nacionais, após um período em alta. Em busca de criar uma proteção de forma paralela, um processo corretivo foi adotado no decorrer desse momento desfavorável que a economia enfrentava, o Estado instituiu uma política de elevação da taxa de juros, que minimizou os impactos da crise, mas acarretou queda da produtividade e

aumentou o desemprego. Embora o país tenha vivido um ano de instabilidade, o seu PIB ao final de 1997 apresentou um crescimento igual a 3,4%. (IPEA, 1998)

Em 1998 a Rússia anunciou moratória e desvalorização da sua moeda após apresentar elevado *deficit* externo como reflexo da crise dos países asiáticos. Mais uma vez o Brasil sentiu os reflexos de uma crise internacional, sofreu ataque especulativo e adotou a mesma política de elevação dos juros, mas a estabilização da moeda não foi rapidamente alcançada, o que comprometeu as exportações e as reservas cambiais com quedas acentuadas.

A adoção da elevação dos juros que induz à atração do capital especulativo interessava ao Brasil naquele momento, mas essa política resultou também no aumento do *deficit* público e no incremento da dívida interna, além de remeter a baixos índices de crescimento. E mesmo diante desses fatos o Estado não hesitou em lançar mão desse mecanismo para conter a evasão de divisas.

O PIB brasileiro não atingiu desempenho notável ao final da década de 1990, a taxa de crescimento foi igual a 0,13% em 1998 e 0,81% em 1999. Tal resultado deve-se à crise interna resultante da adoção de uma política de desvalorização da moeda brasileira, na qual a queda das reservas foi de US\$ 51 bilhões para US\$ 33 bilhões e o dólar apresentou uma valorização igual a 24,2% entre setembro de 1997 e janeiro de 1999. (IPEA, 2010)

Em decorrência desses fatos, a estabilidade monetária foi encerrada e a partir daí o câmbio deixou de ser fixo. O regime de banda diagonal endógena foi adotado, no qual uma área limitada é determinada para a oscilação do dólar, entretanto tal proposta não surtiu o efeito esperado e o real continuou num processo de desvalorização em relação ao dólar. Diante desse quadro o Estado adotou uma política de câmbio flutuante, no qual a limitação da taxa de câmbio cabe ao mercado. O Estado intervém apenas quando há necessidade de conter elevação ou queda acentuada.

Os efeitos dessa desvalorização da moeda fizeram com que o preço dos produtos importados apresentassem incrementos significativos. Com essa elevação dos preços, aliado à adoção de elevação da taxa de juros, o país não conseguiu atingir um patamar satisfatório de crescimento. (RIBEIRO *et al*, 2010, p. 5)

Ainda no início da primeira década do século XXI, além da crise da Argentina e os atentados terroristas contra os Estados Unidos da América que provocaram insegurança ao mercado externo, o país foi também obrigado a enfrentar um racionamento de energia

motivado pelo aumento da demanda e falta de investimentos e modernização em suas redes de transmissão, inviabilizando qualquer pretensão de crescimento maior da indústria brasileira.

Em relação à taxa de juros praticada no país, a partir de 2003 inicia uma queda gradativa, entretanto ainda mantém-se a segunda mais elevada do mundo, ficando atrás apenas da China, embora entenda-se que a política de redução de juros tenha como objetivo o direcionamento de investimentos para os setores de produção industrial, agrícola e de serviços, e consequente aumento dos níveis de emprego. Entretanto, a partir de 2004 a taxa de desemprego obteve resultado negativo e a partir de 2008 em virtude da instalação da crise econômica internacional, voltou a apresentar crescimento, chegando ao final da década com um crescimento do índice aproximado de 8%. (DIEESE, 2012)

Devido à crise econômica internacional, originada nos Estados Unidos a partir da decadência das hipotecas americanas que culminou na quebra do Banco Lehman Brothers, em outubro de 2008, todas as categorias industriais sofreram quedas em sua produção (IBGE, 2012). A indústria de bens de consumo sofreu uma retração e um dos seus setores mais influentes, a indústria de montagem de automóveis, que passou a receber incentivos proporcionados por uma política protecionista nacional, na qual foi reduzida a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando manter a taxa de emprego gerada por esse segmento de mercado.

Observa-se que ao final do decênio de 2000, as consequências da crise financeira mundial ocorrida a partir de 2008 atingiram também o Brasil, embora não apresentando os mesmos efeitos que abalaram as grandes economias (LEITE, 2011), pois o país encontrava-se em melhor posição do que nas crises anteriores com a inflação controlada, juros em queda, reservas de moeda estrangeira em alta, embora o crescimento da indústria brasileira no que tange ao setor de bens de capital voltou a ser prejudicada conforme nota-se na Tabela 1, assim como o índice de geração de emprego.

O índice de crescimento médio apresentado entre 1990 e 2010 foi de aproximadamente 2,8%. Para um país em desenvolvimento com as necessidades que o Brasil apresenta, esse é considerado um índice baixo, principalmente porque esse quadro compromete a geração de emprego e renda. (IPEA, 2009b)

A retração da indústria brasileira refletiu nos índices de geração de emprego conforme verifica-se por meio do Gráfico 3 nos anos de 1980 e 1990, que a indústria era o segundo maior gerador de emprego no Brasil, mas no ano 2000 sua capacidade de geração de emprego

declinou, reproduzindo um movimento experimentado pelas grandes economias, cedendo lugar à prestação de serviços, primeiro setor gerador de emprego, ao comércio, segundo setor gerador de emprego, ficando a indústria na terceira posição dos setores geradores de emprego (Gráfico 3). Esse fato deve-se principalmente à abertura comercial ocorrida a partir da década de 1990, na qual indústria brasileira foi obrigada a ajustar a sua produtividade, adequando seu quadro de pessoal ao processo produtivo, sob a indicação de redução dos custos de produção comprometendo assim, a sua capacidade de geração de emprego.

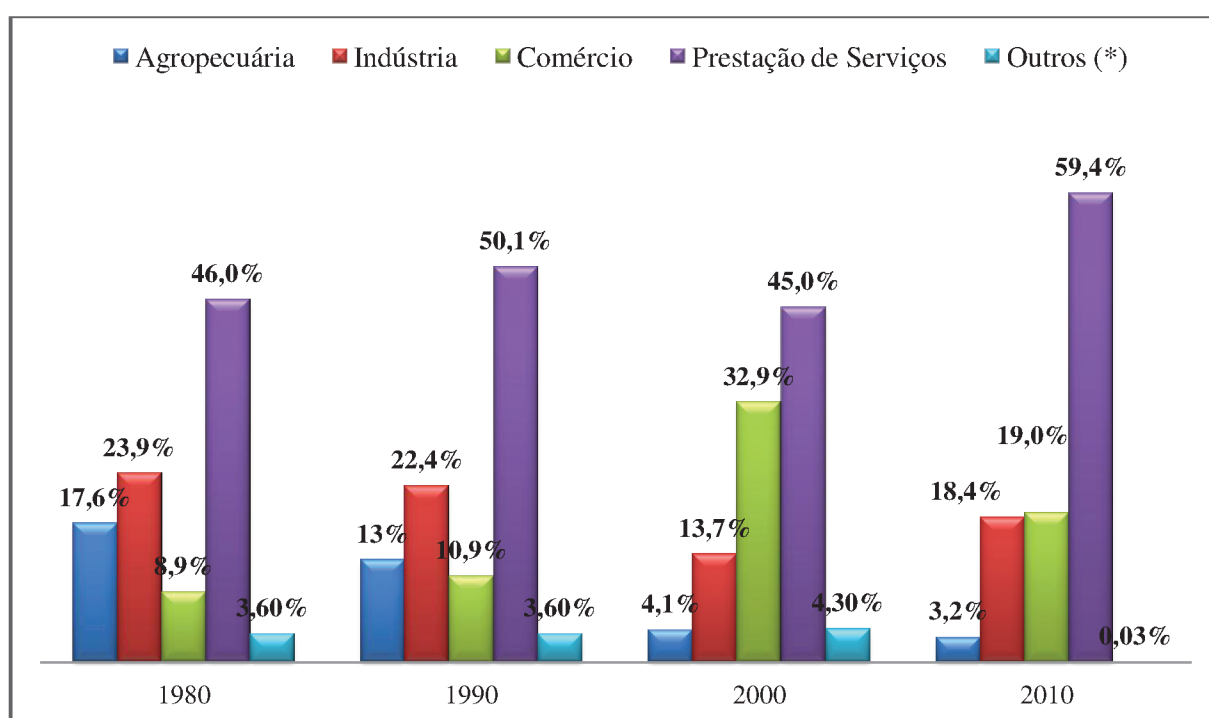


Gráfico 3 – Brasil. Estrutura Setorial do emprego, período de 1980 a 2010, Unidade = percentual

Fonte: IBGE, 2012; RAIS, 2010.

(*) Administração pública. Construção Civil. Extrativismo Mineral. Outros ignorados.

Observa-se também, que entre anos 1980 e 1990, houve crescimento na oferta de emprego nos setores de comércio e prestação de serviços, sendo que a oferta de vagas no comércio manteve-se em ascensão inclusive na década de 2000, enquanto que a geração de vagas no setor de prestação de serviços obteve retração nesse período, voltando a apresentar crescimento em 2010. Tal fenômeno pode ser atribuído ao incremento do poder de compra, assim como maior exigência do mercado interno. (IBGE, 2012)

Entretanto nota-se que o setor agropecuário, iniciou um processo de retração a partir de 1980 com queda gradativa da geração de emprego, permanecendo na quarta colocação no *ranking* da geração de emprego no período compreendido entre 1990 e 2010, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Comprovadamente por meio da história econômica recente, trata-se a redução da geração de vagas de emprego pelo setor agropecuário de uma propriedade do desenvolvimento capitalista, no qual a força de trabalho do meio rural é transferida para os outros setores produtivos, para atender à criação e desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial e paralelamente, proporcionando o incremento da demanda pelo aumento da produtividade às atividades agrícolas.

A introdução do capitalismo nas atividades agrícolas possibilitou que o meio rural disponibilizasse força de trabalho e alimento para as atividades não-agrícolas, permitindo ao desenvolvimento capitalista urbano-industrial se fundar, no primeiro momento, em baixos salários, garantidos pela oferta excedente de força de trabalho adequada e de alimentos a baixo preço. (BUAINAIN; DEDECA, 2009, p.21)

Entretanto o declínio da oferta de vagas no setor agropecuário não corresponde à redução da produção desse setor, que nos últimos 30 anos apresentou um crescimento na produtividade face às alterações do mercado cuja abertura proporcionou a redução do valor dos insumos utilizados na lavoura, em conjunto uma política do Estado em priorizar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Observa-se que em relação ao revigorecimento da capacidade de geração de empregos nos setores de comércio e serviços pode estar intimamente ligado à ampliação da demanda por serviços pessoais e na diversificação desses, que dependem basicamente do crescimento da capacidade de compra do indivíduo (IBGE, 2012). Assim como esse fortalecimento depende também do fornecimento de produtos e serviços prestados às empresas, sejam essas ligadas ao comércio, à indústria ou à construção civil.

Além dessas alterações no quadro setorial do emprego apresentadas na década de 1990, essa década também foi marcada pela adoção por parte do Estado, de políticas de cunho neoliberal que defendem como requisitos básicos a estabilidade monetária, assim como o equilíbrio do orçamento público, a redução dos impostos e a queda da taxa de desemprego, e por meio dessas medidas conta com as livres forças do mercado para estabelecer seu

equilíbrio e o próprio crescimento econômico, livrando o sistema capitalista de qualquer risco de crise. (BASTOS, 2003)

Portanto observa-se que medidas adotadas pelo Estado a partir da década de 1990, como por exemplo o processo de privatização, trata-se de uma característica fundamental da política neoliberal, praticada em escala internacional desde o fim da década de 1970.

Os defensores da privatização argumentam que o afastamento do Estado da atividade econômica e de serviços públicos abriria novos e amplos espaços para os grupos privados, ao mesmo tempo em que, promovendo receitas extras com a venda de empresas estatais e a concessão de serviços públicos, permitiria ao Estado saldar ou abater suas dívidas e investir em áreas que julgue prioritárias. (BASTOS, 2003, p. 12)

Ainda na década de 1980 deu-se início ao processo de privatização brasileiro, com a intenção de promover a redução da presença do Estado no setor produtivo. Entretanto inicialmente buscou-se privatizar aquelas empresas que anteriormente foram absorvidas pelo setor público por encontrarem-se em situação de insolvência, impossibilitadas de arcar com seus compromissos. (BNDES, 2012)

Promovido pelo *Institute International Economics*, sob o patrocínio do BIRD, FMI, Banco Interamericano do Desenvolvimento e do Governo Americano, o Consenso de Washington ocorrido em 1989 objetivou a promoção de discussões sobre as políticas econômicas que deveriam ser aplicadas aos países da América Latina em busca da promoção do seu crescimento econômico, talvez tenha ensejado a adoção de uma política neoliberal pelo Estado brasileiro.

Nas décadas de 1980 e 2000, os resultados das privatizações de aproximadamente 170 empresas estatais, mostraram que as receitas totais arrecadadas ficaram em cerca de US\$ 83 bilhões, a partir daí o cenário econômico brasileiro sofreu alterações em sua estrutura. Observa-se que o processo de desestatização brasileiro dividiu-se em três fases. O BNDES (2012) caracteriza a fase primitiva do processo de desestatização iniciado na década de 1980, como “reprivatização” de empresas que foram absorvidas pelo Estado. Nessa fase o objetivo principal seria a redução da interferência do Estado no setor produtivo, no entanto, apenas empresas de pequeno porte foram privatizadas.

Na década de 1990 observou-se que o crescimento do Estado como produtor, mediante empréstimos externos, concessão de créditos e subsídios ao setor privado e aumento da taxa de juros externa, entre a década de 1970 e 1980, foram responsáveis por deflagrar um

processo de deterioração das finanças públicas, resultou em um quadro de evidente necessidade de adoção de uma política fiscal orientada para o equilíbrio dessas contas em busca de uma solução que fosse capaz de findar o processo inflacionário vivido naquele momento. (MATOS FILHO, OLIVEIRA, 1996)

Pressupõe-se que deveria existir implementação de um processo de crescimento sustentado, cujo setor público deveria passar por uma reestruturação que possibilitasse a manutenção da estabilidade econômica, sendo que esse processo deveria ser desenvolvido em parceria com a iniciativa privada. A necessidade de principiar um programa de privatização das empresas controladas, parcial ou totalmente, pela União, foi vinculada pelo Estado mediante a afirmação de que a presença do Estado na atividade produtiva brasileira estaria historicamente associada ao apoio da iniciativa privada e à proposta de crescimento por meio da industrialização. Entretanto, o baixo investimento em pesquisa e a falta investimento em novas tecnologias foram percebidos ao observar-se uma constrição no processo de crescimento sustentado, provocada pela ausência de inovação.

Por intermédio da Lei 8031/90 foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), dando início à segunda fase do sistema de privatização brasileiro, esse processo foi baseado no redirecionamento dos objetivos das empresas e do mercado por meio da privatização, da desregulamentação, da concessão de direitos públicos ou através da descentralização, o que configura a redução do âmbito público e conseqüentemente, político. (IPEA, 1998)

O processo de privatização foi aprofundado e integralizou o pacote de reformas econômicas adotadas a partir daquele decênio. Conforme determinação do Estado, seria objetivo do PND promover a transferência das atividades exploradas pelo poder público à iniciativa privada, criando a possibilidade de as empresas e atividades receberem investimentos com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias, assim como o aumento da produtividade e competitividade do parque industrial e do setor de prestação de serviços brasileiro.

Por meio do PND ao Estado seria permitida a concentração de esforços em atividades cuja sua presença fosse essencial, como também o fortalecimento do mercado de capitais por meio da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas participantes do Programa e fomentar o desenvolvimento de medidas de saneamento das contas por meio da redução da dívida pública.

Sob críticas dos setores que compõem a sociedade tais como a Igreja, Sindicatos e Partidos Políticos, coube ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) a operacionalização do PND, com a função de gestor do Fundo Nacional de Desestatização, sendo sua responsabilidade as licitações, contratações de prestadores de serviços que atuavam no PND, como auditores e consultores, assim como a recomendação ao Conselho Nacional de Desestatização das condições gerais das vendas. (BNDES, 2012)

Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e financia os investimentos que “os compradores” precisam fazer [...] E, para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” as dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. (BIONDI, 1999, p. 5)

Mesmo assim, a partir daí empresas do setor de siderurgia, fertilizante e petroquímica foram privatizadas, mediante pagamento por meio da moeda corrente e títulos da dívida pública. Até o final do ano de 1994, a privatização do setor siderúrgico foi totalmente concluída. Embora novas diretrizes tenham sido definidas a partir do Decreto Federal 724, de 19 de janeiro de 1993 alterando o processo de privatização no Brasil, que passou a impor maior parte do pagamento em moeda corrente, além de promover o direcionamento dos recursos das privatizações para investimentos em áreas sociais, ciência e tecnologia, além de incentivar o investimento em meio ambiente junto aos compradores das estatais, configuraram-se também em algumas das alterações acrescentadas ao processo de privatização.

O BNDES (2012) argumentou que ao enfatizar o ajuste fiscal, o Estado deu preferência às moedas de privatização, que eram os títulos representativos da dívida pública federal, na compra das estatais. Entre os anos de 1992 e 1994, foram também introduzidas mudanças na legislação através de emendas constitucionais, que permitiram o uso de créditos contra o Tesouro Nacional como forma de pagamento e também a venda de participações minoritárias e a eliminação do veto à participação de investidores estrangeiros.

O processo de desestatização pelo qual o país passou, ainda sofreu outros desdobramentos ao longo da década de 1990, caracterizando sua terceira fase na qual tratou de enfatizar a ampliação do Programa Nacional de Desestatização através da concessão de serviços públicos à iniciativa privada, a criação do Conselho Nacional de Desestatização e o apoio às privatizações das unidades federativas. (BNDES, 2012)

Ao final da década, o processo de desestatização se intensificou por meio das privatizações no âmbito estadual, venda do Banco Meridional, do processo de privatização do

setor de telecomunicações e a venda da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Destarte, ao longo da década de 2000, foi dada continuidade ao Programa Nacional de Desestatização mediante as concessões para exploração de empreendimentos ligados ao serviço de distribuição de energia elétrica, arrendamento de unidades portuárias e procedeu-se a venda de ações da Petrobrás, no Brasil e no exterior. (IBGE, 2012)

Observa-se que no Artigo 4 da Lei 8031/90, constam várias formas de privatização, além da participação societária, como por exemplo, a abertura de capital, incorporação, fusão ou cisão, alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens ou instalações, entre outras, mas o PND ateve-se à privatização de empresas através de leilões públicos.

Nota-se que o Estado, ao longo das décadas de 1990 e 2000, revogou a Lei 8031/90, através da Lei 9491/97 e intensificou a política de privatização sob a alegação da necessidade de atingir o objetivo inicialmente determinado, que seria promover maior mobilidade ao Estado e oferecer melhores serviços e produtos à sociedade.

Paralelamente ao PND o Estado iniciou um processo de abertura do mercado aos produtos externos. Até o início da década de 1990, a política de proteção do mercado interno, constituía-se na estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado. Essa proteção era evidente pela imposição de tarifas altas e também por barreiras não tarifárias ao comércio internacional, como por exemplo, a proibição de importação de produtos ou ainda, a necessidade de depósitos prévios para que uma importação fosse efetuada.

Observa-se que inicialmente, o processo de privatização não desempenhou função decisiva dentro do planejamento imposto pelo Estado que visava à estabilização econômica, conforme ocorrido com o processo de abertura, que exerceu um papel de alicerce para o sucesso do método utilizado para controle e queda da inflação.

A partir da abertura comercial, iniciada após 1988 quando as atividades consideradas competitivas obtiveram gradual redução de proteção através da eliminação do excesso de parcelas tarifárias e posteriormente eliminando barreiras não tarifárias, finalizando na adoção de uma agenda cronológica objetivando a redução gradual de tarifas, que segundo Ross Jr. e Ferreira (1999, p. 15-16) a partir daí “[...] os principais instrumentos de proteção à indústria doméstica passaram a ser a taxa de câmbio e tarifas de importação, reduzindo a importância das barreiras não tarifárias.”

Nota-se que após ter passado pelo processo de abertura de sua economia, o Brasil se deu conta da existência de um processo maior, onde um País que almejava crescimento e

desenvolvimento deveria estar inserido: a globalização pela qual as relações comerciais e econômicas estão interligadas e são interdependentes. Esse processo que a partir da última década do século XX, mostrou aos países que pleiteavam um espaço representativo no panorama internacional, que eles deveriam assegurar a elevação de sua competitividade através do crescimento da produtividade interna.

O Brasil, devido às mudanças estruturais enfrentadas a partir do decênio de 1990, conseguiu ver aumentada a sua taxa de crescimento da produtividade, sendo a abertura comercial apontada como o principal fator de contribuição para esse crescimento (ROSS JR; FERREIRA, 1999). Observou-se também que após a adoção de políticas liberais para o comércio, o acesso a insumos de melhor qualidade ficou livre, e diante de um quadro competitivo, a indústria nacional foi obrigada a aperfeiçoar sua metodologia produtiva, aprimorando assim, o seu produto final.

2.3 Emprego e renda no Brasil após a década de 1990

Observa-se que os indicadores socioeconômicos constituem-se em meios empregados para norteamento e seriação das características de uma população ou espaço físico, como por exemplo, um país que pode ser classificado como rico ou desenvolvido, em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e países pobres ou subdesenvolvidos. São ainda considerados indicadores sociais os índices com capacidade de mensuração da expectativa de vida de uma população, a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, taxa de analfabetismo, a renda nacional bruta, a renda *per capita*, a saúde e alimentação, a qualidade de vida de uma população, o acesso ao consumo.

Oficialmente os indicadores surgiram na década de 1960 a partir da necessidade de estudo de fenômenos sociais como os conflitos e suas causas, devido à ineficiência de uma análise meramente econômica em apontar as razões que justificassem o paradoxo entre crescimento econômico e as reivindicações sociais (SANTAGADA, 1993).

A partir da criação dos indicadores socioeconômicos, esses se disseminaram e foram inseridos no planejamento de um grande número de países. Entretanto, nota-se que apenas a

partir da década de 1990 é que foi dada maior ênfase à criação e desenvolvimento de indicadores ligados ao meio urbano.

Na expectativa de conhecer e traçar o grau de desenvolvimento econômico e a maneira como as pessoas vivem, nos mais diversos países do mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou o IDH, que avalia os países em uma escala de 0 a 1, levando em consideração a expectativa de vida do indivíduo ao nascer, o Produto Interno Bruto *per capita* (PPC) e a educação. (SANTAGADA, 1993, p. 249)

No Brasil a função de organizar e colocar em prática o sistema de Indicadores Socioeconômicos foi atribuído ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde 1967 é responsável pela Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD). Apesar de a desigualdade poder ser tratada de diversas formas, pode-se designar a desigualdade como uma divergência básica que possibilita o acesso de um indivíduo a uma gama de opções para a sua escolha no decorrer de sua existência, enquanto impossibilita a outro indivíduo a mesma situação (CACCIAMALI, 2002). Ainda na década de 1970, a distribuição de renda e a desigualdade social no Brasil eram evidentes, assim como os níveis de pobreza absoluta. O agravamento do problema social foi reconhecido pelo Estado e entre 1975 e 1979 uma proposta para o desenvolvimento de ações que visassem à redução das desigualdades socioeconômicas deu-se por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), que não encontrou apoio na política social vigente. (LAMPREIA, 1995)

O Brasil é um país de contrastes e contradições. A partir da década de 1930 o padrão de crescimento econômico imposto e seu esgotamento, deixaram como herança uma sociedade urbano industrial moderna e complexa simultaneamente a um quadro social marcado por desigualdades. (LAMPREIA, 1995, p.16)

Implementada pelo IBGE em 1980, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) tratava de revelar a parte mais expressiva da mão de obra inicialmente das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Atualmente é realizada em todos os municípios no território nacional. As informações levantadas permitem divulgar indicadores tradicionais de mercado de trabalho tais como taxa de desemprego e rendimento médio do trabalho.

Segundo Jannuzzi, a adoção dos indicadores para desenvolvimento de políticas públicas deveria reger-se “pelas propriedades que dispõe e pela natureza do seu uso/interpretação” (JANNUZZI, 2005, p.49). Constitui-se propriedade dos indicadores

inicialmente a sua relevância social, a sua validade revela-se na capacidade de o indicador em demonstrar um conceito abstrato ao qual se propõe evidenciar. A qualidade da coleta dos dados constitui-se em outra propriedade dos indicadores: a confiabilidade, que remete à credibilidade de sua utilização. A sua capacidade de retratar dados de forma mais minuciosa possível, revela a sua sensibilidade e especificidade que, como a periodicidade, deve compor o quadro de propriedades inerentes aos indicadores sociais.

Indicadores sociais permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (JANNUZZI, 2005, p. 141)

Destarte, os indicadores sociais são instrumentos utilizados pelo Estado ou instituições públicas ou privadas, para retratar a realidade social de dada população ou região, de forma objetiva, padronizada e simplificada (JANNUZZI, 2005). A presente pesquisa busca a análise dos indicadores de emprego e renda no Município de Volta Redonda em dois períodos distintos: antes e depois da privatização da indústria siderúrgica existente na cidade. As principais fontes desses dados são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O início da década de 1990 foi caracterizado pela elevada instabilidade econômica em continuidade ao processo herdado da década de 1980. Sob um quadro de instabilidade institucional, altos índices de inflação e aumento do déficit público, o país entrou na década de 1990 cercado por questões socioeconômicas, com um panorama desfavorável de recessão, aumento da taxa de desemprego, a necessidade de reestruturação do mercado de trabalho e a desigualdade social são algumas delas.

Em busca de apresentar soluções para as questões enfrentadas pelo país, o Estado acenou com propostas de “inserção do País na economia internacional através da abertura comercial e desregulamentação financeira e da modernização do parque produtivo, com o aumento da competição externa.” (VIEIRA, 1999, p. 19). Entretanto a aplicação de novas políticas econômicas por parte do Estado levaram as relações de emprego a passarem por uma reestruturação irradiada pelas empresas por meio dos seus processos de reestruturação face a uma alta inflação durante longo período, e na sequência a abertura do mercado para os produtos externos que deflagrou um mercado interno com características de baixa produtividade.

As políticas adotadas pelo Estado a partir de 1990 tratavam do controle da inflação e da desindexação do sistema de preços e abertura comercial da economia brasileira por meio da redução de tarifas alfandegárias.

A indústria, num primeiro momento, reage de forma passiva, diminuindo custos, e num segundo momento passa a implementar uma profunda reestruturação produtiva, especialmente nos setores e cadeias produtivas orientadas para a exportação. As taxas de crescimento recuperam-se a partir de 1993, entretanto, o nível de emprego mostra mudanças quantitativas e qualitativas expressivas com relação aos períodos anteriores: a ocupação total passa a crescer em níveis relativamente inferiores; o emprego industrial decresce; o emprego formal, representando pelos empregados contratados com carteira trabalho assinada, também; e os empregos assalariados informais – contratos sem carteira assinada – e o trabalho por conta própria se expandem. (CACCIAMALI, 2002, p. 18)

O processo de abertura econômica impôs a necessidade de elevar os índices de produtividade interna, acentuando a elevação das taxas de desemprego nacional. A sobrevalorização cambial, imposta pelo Plano Real até o fim do ano de 1998 incentivou as importações e dificultou, como já vimos anteriormente, o crescimento da atividade econômica interna, uma vez que as importações podem levar à substituição da produção interna, ou transformar alguns segmentos em importadores, ou ainda podem criar bloqueios aos setores produtores. (CACCIAMALI, 2002)

Observa-se que aparentemente a abertura comercial e a redução das tarifas sobre equipamentos importados não influenciou positivamente o mercado de trabalho brasileiro, houve perda do número de vagas de emprego, devido à entrada de bens de capital e bens de consumo intermediário e final (SOARES, SERVO, ARBACHE, 2001) e esse cenário parece ter sido reproduzido no município de Volta Redonda.

Nota-se ao proceder uma análise sobre os dados divulgados pelo IBGE (2012), que a adoção do sistema de câmbio flutuante após 1999 e a conseqüente desvalorização do Real, não elevaram os índices das exportações a níveis capazes de proporcionar um crescimento econômico capaz de potencializar o aumento da capacidade de geração de emprego em âmbito nacional. Contudo foi o mercado de trabalho brasileiro seriamente comprometido por outros fatores que trouxeram conseqüências danosas à geração de emprego, como a aplicação de elevadas taxas de juros internas utilizadas com o objetivo de atrair capital financeiro e manter o nível das reservas internacionais. Essa política de elevação dos juros provocou a retração geral das atividades internas, especialmente aquelas referidas aos estabelecimentos de pequeno e médio porte (CACCIAMALI, 2002). “Os efeitos dinâmicos sobre as rendas e o

emprego do aumento de bens duráveis e semiduráveis de consumo foram transferidos, através do aumento de importação, para o exterior.” (VIEIRA, 1999, p. 27)

O cenário econômico no qual o Brasil estava inserido na década de 1990 resultou em uma baixa qualidade e quantidade de emprego disponível, o que acarretou altos índices de pobreza e de diferença social. Observa-se que o país, mesmo diante da adoção de um novo modelo econômico no qual a abertura comercial parecia uma alternativa interessante, não existia um projeto de desenvolvimento para o parque industrial brasileiro, que se viu diante da necessidade premente de enfrentar a concorrência externa por meio da promoção do corte de custos com a produção e com mão de obra, buscando atender o “novo padrão de competitividade” (VIEIRA, 1999, p. 71) imposto pelo mercado, promovendo o o incremento da taxa de desemprego.

No início da década de 2000 o mercado de trabalho brasileiro deu discretos sinais de crescimento, embora os índices de exclusão da população economicamente ativa permanecessem elevados. Ao final da década, no ano de 2010 o índice de desemprego brasileiro atingiu uma taxa média igual a 6,7% da população economicamente ativa (IBGE, 2012). Entretanto, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2010), este mesmo ano apresentou uma criação de postos de trabalho recorde, sendo que do total de empregos gerados 39,8% foi do setor de prestação de serviços, 23,8% foi pelo comércio, 21% foi pela indústria e 15,4% pelo outros setores da economia somados.

2.4 O comércio Exterior e a Balança Comercial Brasileira

2.4.1 – O comércio Exterior – Protecionismo, Livre cambismo e a CEPAL

A atividade de troca de mercadorias entre os homens derivada dos costumes originados no início da civilização. O comércio internacional tomou força a partir do século XVI, com a expansão da economia europeia para a Ásia, América e África, fazendo surgir teorias sobre seu melhor desenvolvimento ou até mesmo, contra o comércio internacional.

A partir do evento da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, nasceu uma indústria que além de atender ao seu mercado interno também era voltada para a exportação

de sua produção, chegando a Inglaterra ficar conhecida como a oficina do mundo, tão forte era o comércio internacional praticado por esse país. (SINGER, 2004)

Nesse contexto, cabia ao Brasil na posição de colônia de Portugal, servir aos seus conquistadores com seus metais preciosos e com uma produção agrícola, cujos resultados valiam para troca no mercado formado entre Europa e Ásia. Em terras brasileiras era proibida a fabricação de produtos que fizessem concorrência à Europa, como por exemplo, os tecidos, que eram produzidos pela Inglaterra, “cujo comércio aqui era monopolizado pelos reinóis.” (SINGER, 2004, p. 115).

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, os portos nacionais foram abertos aos produtos ingleses pelo então regente, D. João VI. Os produtos ingleses de melhor valor agregado, devido ao tratado comercial entre Portugal e Inglaterra, chegavam ao mercado brasileiro a preços acessíveis, desestimulando a produção nacional. Assim, o desenvolvimento da indústria no território brasileiro foi prorrogado, adiando a entrada do país no processo de industrialização. (LUZ, 1975)

Os países que enfatizaram o desenvolvimento de sua indústria mais rapidamente foram capazes de manterem-se em posição de superioridade no que tange ao desenvolvimento econômico, em relação aos países cuja economia é de cunho essencialmente agrícola, mas que necessitam dos produtos industrializados e mantêm uma política de livre circulação de mercadorias ou, do livre-câmbio com aqueles países que dominam o mercado, considerados centrais, como a Inglaterra. (SINGER, 2004)

A partir da metade do século XIX, alguns países tomaram iniciativa de proteger o seu mercado interno, a fim de que pudessem desenvolver uma indústria própria, que fosse competitiva, produzindo com qualidade e baixo custo, para que deixassem de depender da produção inglesa.

Desta maneira, formou-se o conjunto de países que constituem o centro industrializado da Divisão Internacional do Trabalho, todos situados no hemisfério norte: na Europa Ocidental, na América do Norte mais o Japão. A periferia deste centro foi constituída por todos os demais países, muitos deles então colônias ou ex-colônias, mas todos de economia colonial, isto é, centrados num setor produtor primário – de alimentos ou matérias primas – voltado para o mercado externo. (SINGER, 2004, p. 116)

A partir da Divisão Internacional do Trabalho – DIT, o mundo classificou-se em países desenvolvidos que são aqueles que exportam produtos industrializados e acumulam capitais, e os países que exportam produtos primários e conhecidos como sem desenvolvimento e participantes de uma economia de subsistência, pressupondo-se uma divisão horizontal do trabalho. (OLIVEIRA, 2005)

David Ricardo (1772-1823), economista clássico inglês, de perfil livre-cambista, após sua análise das relações entre oferta, procura e valor, desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas, na qual mostra que a transação comercial, mesmo entre países com economias diversas, permite a especialização de cada país em determinada produção em que obtenha mais vantagens, podendo essas serem naturais ou ambientais, quando são decorrentes de depósitos minerais ou terra e clima favoráveis, ou adquiridas, quando há especialização da produção industrial ou prestação de serviços. (SINGER, 2004).

As fronteiras nacionais não devem se constituir em fronteiras econômicas. Trata-se de uma teoria internacionalista, que toma por objeto o bem estar dos indivíduos como “cidadãos do mundo” e se opõe a qualquer nacionalismo econômico. (SINGER, 2004, p. 124)

Em contrapartida, autores como Alexander Hamilton (1755-1804), Friedrich List (1789-1846) e Karl Marx (1818-1883) eram desfavoráveis ao livre cambismo sob a alegação de proteção à produção interna, assim também a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), adotou uma postura de crítica ao livre cambismo, especialmente nos termos descritos pela Teoria das Vantagens Comparativas, por intermédio dos seus membros e defensores, entre os quais configuram alguns brasileiros como, por exemplo, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares, que entendiam essa Teoria como protetora do mercado para produtores e seus produtos beneficiados e de alto valor agregado praticado pelos países mais ricos e desenvolvidos, identificados como países centrais, provocando o aumento de suas riquezas, enquanto aos países mais pobres, ou periféricos, cabia o comércio externo de sua produção agrícola ou de produtos brutos, sem beneficiamento e de baixo valor agregado no mercado internacional. Essa diferença é geradora de mais pobreza e dependência das nações periféricas, que não conseguiam desenvolver novas tecnologias, assim como adquiri-las dos países considerados centrais. (SOUZA, 2012)

Destarte, a CEPAL defende uma política cuja estrutura produtiva de um país deveria assumir importância fundamental para o seu crescimento, pois essa condiciona a participação

do seu país no comércio exterior. O comércio internacional proporciona transferência de renda para o exterior, através da especialização em produtos primários ou de baixo conteúdo tecnológico, que poderá ocorrer mediante a deterioração dos termos de intercâmbio ou por meio das elasticidades, conforme argumentado por Tavares (2000).

Após várias décadas de aplicação e observação das reações do mercado internacional, seria correto afirmar que em países não desenvolvidos, a teoria das vantagens comparativas foi assimilada de modo que esses especializaram-se na produção primária, como o caso do Brasil, o que findou em retardamento da sua industrialização, ocorrida de forma definitiva, mas tardia, apenas no século XX, mais precisamente a partir de 1930, confirmando as convicções cepalinas.

Por outro lado, o comércio internacional também enfrentou a resistência de defensores de outra linha: o protecionismo. Tal procedimento pode ser notado através dos entraves, ou barreiras, impostas por alguns países ou a junção deles em blocos, ou ainda grupos empresariais que defendem a ideia de proteção ao seu conjunto de consumidores internos, seja para manter o seu mercado por mero interesse econômico ou ainda, o desejo de estimular o crescimento da indústria local com vistas ao desenvolvimento econômico (BORTOTO, 2008). Podia observar-se a adoção de procedimentos protecionistas de forma clara, quando ocorrida a crise de 1930 originada nos países centrais, essa crise provocou uma queda significativa nas relações comerciais internacionais contaminando inclusive, os países periféricos.

No Brasil o protecionismo é um procedimento que foi intensificado nos períodos das crises, em especial durante a depressão da década de 1930 e as grandes guerras e, mas não foi abandonado após a sua superação. (SINGER, 2004)

Quando o comércio internacional se restabeleceu, após a Segunda Grande Guerra, o estado passou a proteger a indústria nacional contra a competição dos países industrializados, que não puderam recuperar os mercados que antes dominavam. (SINGER, 2004, p. 119)

O protecionismo fica evidente quando cada país determina a implementação de políticas voltadas à proteção do emprego dos seus habitantes, fechando assim, seu mercado à entrada de produtos estrangeiros, buscando a produção própria em substituição aos produtos importados.

Entretanto, por meio de observação à evolução da história econômica, é possível notar que tanto o liberalismo, quanto o protecionismo podem ser apresentados como políticas de desenvolvimento, dependendo apenas do contexto em que são aplicados.

2.4.2 A balança Comercial Brasileira após a abertura da economia

A partir da década de 1980, o modelo de Substituição de Importações implementado pelo Estado brasileiro começou a apresentar sinais de esgotamento, levando o Estado a assumir um processo de transformação, no qual adotou a abertura comercial, propiciando a regulação da economia através do próprio mercado. Na década de 1990 a economia brasileira ainda enfrentava um processo inflacionário e uma profunda recessão apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) com uma taxa histórica igual -4,35%. (IPEADATA, 2012)

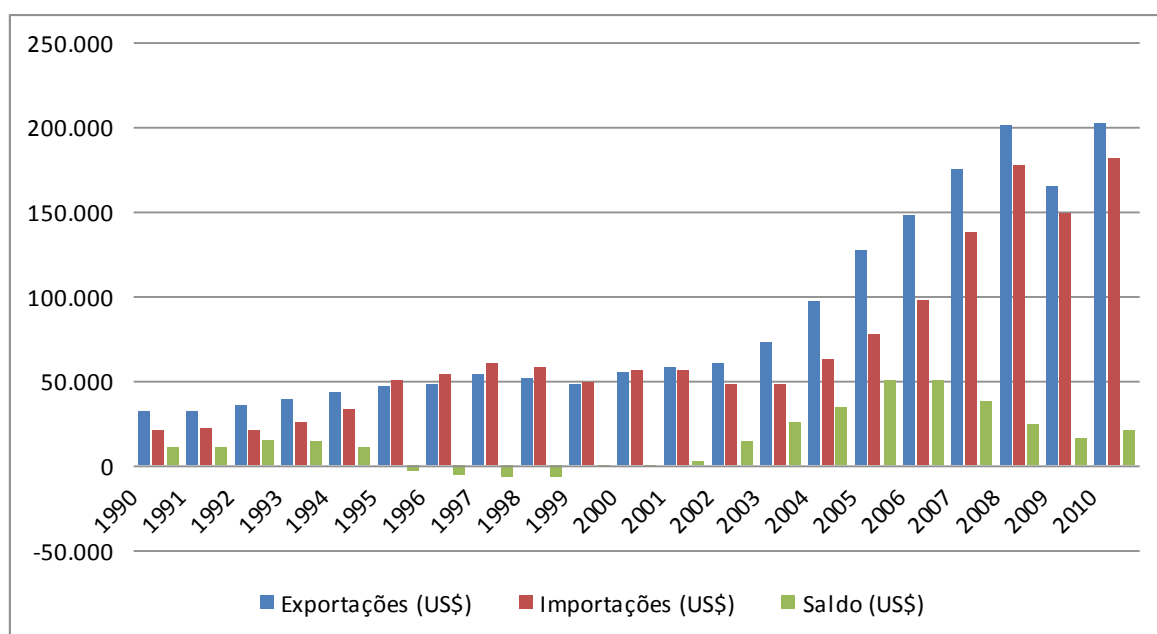


Gráfico 4 – **Brasil. Balança Comercial, período de 1990 a 2010 – Unidade = US\$ Milhões**

Fonte: IPEADATA, 2012

O Estado promoveu reformas econômicas objetivando a interrupção do processo inflacionário e a abertura da possibilidade de integração do país à economia mundial por meio

da isenção de barreiras ao comércio internacional. Nota-se o resultado da adoção de novas regras para a política de comércio externo no período compreendido entre 1990 e 2000, em que a economia brasileira experimentou um crescimento dos fluxos de comércio (Gráfico 4).

A participação das exportações brasileiras no PIB brasileiro, em valor, passou de 6,7% em 1990 para 11,4% em 2001. As exportações nacionais mostraram-se dinâmicas: cresceram cerca de US\$ 26,8 bilhões entre 1990 e 2001, um crescimento expressivo de 5,28% a. a., em média, ou 85,35% em 11 anos. Esse comportamento foi superior ao verificado para o total das exportações mundiais, que cresceram de 76,80% no mesmo período. Apesar disso, a participação média do valor das exportações brasileiras (FOB) em relação ao valor total das exportações mundiais manteve-se praticamente estabilizada em torno de 0,94% entre 1990 e 2001, de acordo com as informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (2004). (CAMPOS, HIDALGO, DA MATA, 2007, p. 3).

Na década de 1990, quando programas de privatização e abertura comercial foram iniciados, a siderurgia brasileira começou um processo de reestruturação, objetivando o aumento da competitividade, através da implantação de programas de incentivo à qualidade e redução de custos de produção. O produto brasileiro colocado no mercado externo possui um custo diferenciado daquele praticado pelos seus concorrentes. São custos externos ao processo de fabricação, independentes da área de controle das empresas, mas que interferem no processo de vantagem competitiva. Esses custos podem estar relacionados às infraestruturas ineficientes, ao excesso de burocracia em procedimentos administrativos e judiciais, além dos impostos envolvidos em todo o processo.

No decênio de 1990 o Estado empenhou-se na redução dos custos de operações das empresas, fazendo com que fossem introduzidas mudanças regulatórias que proporcionaram uma redução dos custos externos das empresas, como por exemplo, e a redução dos tributos contidos nas exportações (CAVALCANTI; FRISCHTAK, 2001). Mesmo assim o valor exportado pelo setor manteve-se praticamente sem alterações e revelou uma redução na participação da siderurgia no total das exportações da indústria de transformação. (BNDES, 2000)

Todavia, em relatório de 1998 o BNDES ressaltou que existiam restrições comerciais impostas às exportações de produtos siderúrgicos brasileiros destinados aos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bem como as quotas de importação estabelecidas pelos Estados Unidos também contribuíram para limitar as exportações do setor, que chegou a ocupar o quarto lugar no ranking das exportações.

A oscilação da taxa cambial, que caracteriza-se por desvalorização ou valorização da moeda nacional em relação ao dólar, ou seja, uma elevação da taxa de câmbio corresponde a uma desvalorização da moeda doméstica, enquanto que redução da taxa de câmbio representa uma valorização da moeda doméstica (ALMEIDA; BACHA, 1999), apresenta capacidade de contaminar o saldo da balança comercial.

O novo regime cambial ampliou o espaço de manobra da política monetária e representou mais liberdade para o Governo, que não precisou mais defender um certo nível da taxa de câmbio. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p.21)

O Brasil, em 1999, em cumprimento ao acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional em novembro de 1998, adotou como medida de proteção o câmbio flutuante e a consequente desvalorização da moeda nacional (R\$) devido à deterioração dos mercados financeiros internacionais abalados pela moratória da Rússia em 1998. Essa política de câmbio flutuante permitiu ao Estado utilizar-se de instrumentos normativos para intervir no mercado cambial, seja para compra ou para venda de divisas, com objetivo de manter o câmbio dentro de limites considerados aceitáveis. Essa decisão do Estado brasileiro acabou transformando-se em um grande fator de competitividade para as exportações brasileiras, pois o câmbio flutuante provocou uma desvalorização que impulsionou em aproximadamente US\$ 7,000 milhões as exportações no ano 2000, o que não reverteu o quadro negativo da balança comercial brasileira. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001)

A abertura econômica de 1990 proporcionou o crescimento das relações externas do país e após a conclusão da implantação do Plano Real no ano de 1994, apresentaram crescimento de US\$ 4,990 milhões nas exportações e US\$ 7,823 milhões nas importações em relação ao ano anterior e as relações com o mercado internacional apresentaram resultados crescentes até o ano de 1997, pois a partir de 1998 as exportações sofreram um crescimento negativo igual a US\$ 8,882 milhões e as importações apresentaram também um crescimento negativo de US\$ 2,033 milhões e o PIB manteve-se sem crescimento (Gráfico 5), face a crise asiática e consequente retração do comércio internacional. Em 1999, após o Estado ter adotado o câmbio flutuante, as importações continuaram maiores que as exportações configurando um saldo negativo da balança comercial. A partir do início da década de 2000, o comércio internacional voltou a exprimir crescimento e a partir de 2002, a balança comercial brasileira voltou a apresentar saldo positivo mantendo-se assim até o fim do decênio.

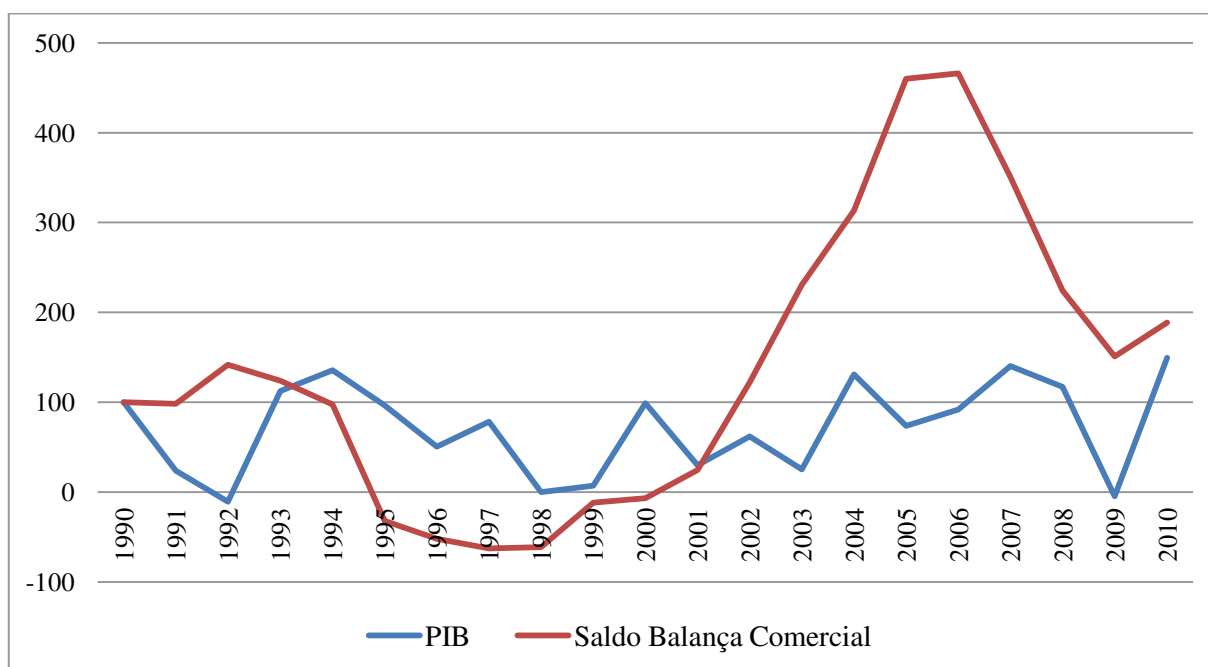


Gráfico 5 – Brasil. Relação da variação do PIB com a Balança Comercial, período de 1990 a 2010 – Unidade = % – Base 100 = 1990

Fonte: IPEADATA, 2012

O crescimento das importações mostrou-se maior devido à política tarifária adotada pelo Estado na implementação do Plano Real e a adoção do câmbio fixo. Em seu primeiro ano o Plano Real gerou muitas expectativas. Experiências anteriores com alta inflação por um longo período e a frustração de viver a implantação de outros planos econômicos que não apresentaram resultados satisfatórios, a sociedade reagiu aumentando o consumo a fim de se precaver de novos aumentos de preços. Esse aumento de demanda gerou pressão sobre os preços e uma potencial inflação foi evitada em parte, devido ao grande volume de produtos que entravam no país através das importações favorecidas pelo câmbio fixo (Gráfico 6) e pelas baixas tarifas de importação.

Às empresas nacionais restou o enfrentamento da concorrência por intermédio da reestruturação em busca de maior qualidade e redução dos seus custos de produção e distribuição, resultando na contenção de uma inflação de custos. Simultaneamente, a nova moeda também sofreu pressão dos reflexos da crise do México em fins de 1994 sob o sistema de câmbio fixo adotado, resultando na desvalorização do Real. Devido à pressão sofrida, as reservas nacionais foram reduzidas de US\$ 43 bilhões no fim da implantação do novo plano econômico em 1994, para US\$ 32 bilhões em abril de 1995. (BACEN, 2003)

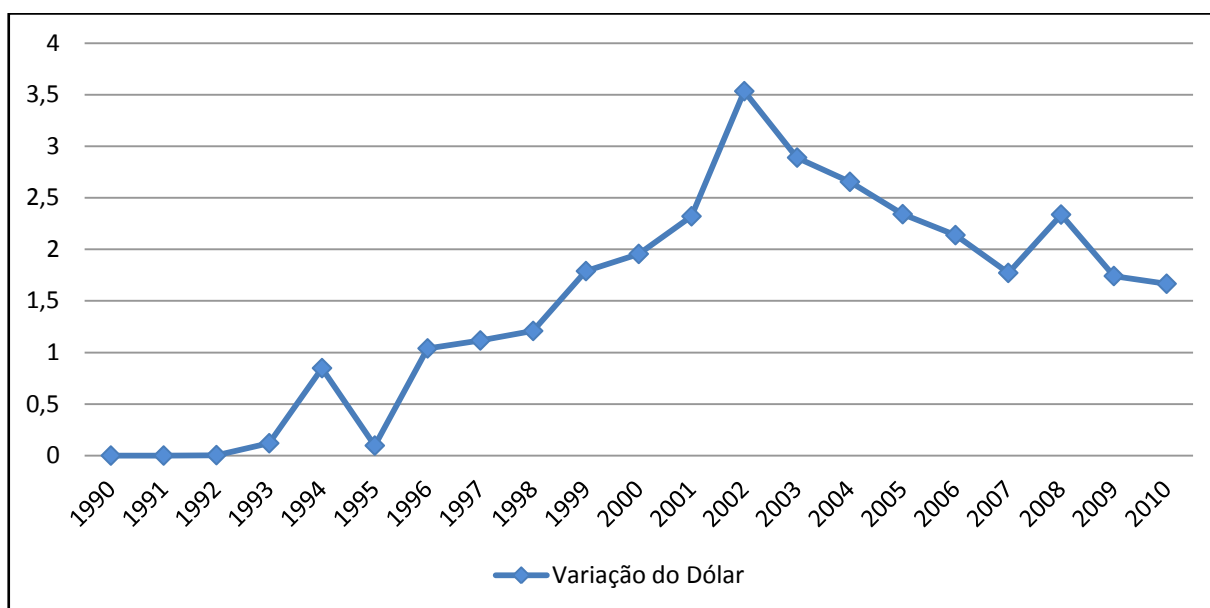


Gráfico 6 – **Variação Cambial – Período de 1990 a 2010 – Unidade = R\$**

Fonte: IPEADATA, 2012

O Estado empregou medidas de proteção à política cambial, por meio de aumento da taxa de juros e uma desvalorização controlada da taxa de câmbio. Essas medidas revelaram o comprometimento do Estado e fizeram aumentar a confiança do investidor internacional e ao final de 1995, as reservas internacionais fecharam em aproximadamente US\$ 51 bilhões. (BACEN, 2003)

A recuperação da confiança como efeito do cumprimento com acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma queda da taxa de juros e o período que a moeda nacional manteve-se estável, contribuíram para um crescimento do PIB no ano 2000 de 4,3%. Em 2001 o país teve sua economia desacelerada alcançando um crescimento de 1,3% do PIB como resultado da desconfiança do mercado externo face à crise energética brasileira, os atentados contra os Estados Unidos, proferidos por terroristas e a crise argentina, que mantinha uma política de câmbio fixo com o valor do peso atrelado ao valor do dólar e ao final do ano 2001 não conseguiu arcar com seus compromissos, declarando a moratória sob suas dívidas. E como resultado dessas adversidades o Real sofreu uma depreciação de 28,3% ao ano e uma variação cambial entre R\$ 1,95/US\$ e R\$ 2,36/US\$ entre os meses de janeiro e dezembro de 2001. (RIBEIRO *et al*, 2010)

Em 2002 o mercado internacional começou a apresentar escassez de recursos devido à desordem originada por escândalos contábeis ocorridas na Europa e nos estados Unidos,

situação que originou uma aversão generalizada ao risco, inclusive dos papéis vinculados aos países considerados centrais. Tal situação comprometeu a liquidez no mercado internacional e iniciou um processo de alta dos indicadores de risco e queda na expectativa de crescimento mundial. Esse cenário propiciou a retração dos capitais e a consequente dificuldade de captação de recursos originado pelo aumento do risco-país, o que comprometeu o acesso de países emergentes como o Brasil, ao mercado internacional. Com o câmbio em pleno processo de desvalorização, o Estado brasileiro elevou a taxa de juros a fim de obter recursos e tentar reverter o cenário apresentado.

O risco-país é um indicador financeiro que analisa e tenta determinar o ambiente de negócios oferecidos por dado país, fornecendo orientação aos investidores sobre possíveis riscos. A ideia a que remete o risco-país é atribuída à possibilidade de insolvência de um país por motivos diversos incluindo aí, as reservas em baixa.

O risco-país evidencia que os ativos financeiros existentes nos mercados apresentam diferentes hierarquias, sendo que em condições de ampla abertura financeira, os capitais só se dirigirão para ativos de maior risco se a rentabilidade oferecida mais que compensar o risco envolvido. (ZAMPRONIO, 2005, p. 63)

Deve-se acrescentar ao quadro de instabilidade internacional o processo eleitoral brasileiro organizado no ano de 2002. Observa-se que um sentimento de insegurança foi transmitido ao mercado externo quanto à sustentação e continuidade da política econômica adotada pelo Estado, principalmente face ao crescimento da oposição nas pesquisas para a eleição presidencial; soma-se a tudo isso à instabilidade do valor do petróleo que provocou a elevação dos preços de seus derivados em face de um iminente ataque dos Estados Unidos ao Iraque. Diante de todos esses acontecimentos o crescimento do país resultou em 2,7%.

A política monetária e fiscal adotada pelo Estado em 2003 desacelerou o crescimento do PIB que chegou a 1,1% (IBGE, 2012). O Aumento do risco país foi determinado pela depreciação da taxa de câmbio, pela saída de capitais e pela queda do crédito internacional. Em busca de conter a inflação o estado se utilizou do mecanismo de elevação dos juros, que acabou por resgatar a confiança dos mercados externos e consequentemente, provocou a queda cambial. Por intermédio da apreciação do câmbio e da utilização de instrumentos monetários restritivos, o Estado obteve resultado sobre o controle da inflação o que resultou na diminuição da taxa básica de juros. (BACEN, 2012)

Em 2004 a balança comercial voltou a atingir um saldo positivo que se manteve por quatro anos consecutivos, o Brasil voltou a crescer em 2004, com o PIB atingindo a marca de 5,7%. Em 2005 o saldo da balança comercial continuou no processo de crescimento, mantendo-se positiva, entretanto o PIB não atingiu a mesma marca do ano anterior, pressupõe-se que pela queda no investimento da agropecuária e na indústria de transformação. (RIBEIRO *et al*, 2010)

O crescimento verificado em 2006 foi igual a 4,0% com leve recuperação face a 2005. O setor da agropecuária brasileira foi abatido nesse ano refletindo na queda de exportações nesse setor. Em 2007 o país se recuperou e apresentou um PIB igual a 6,1%, com crescimento notado nos setores da agropecuária, indústria e serviços.

Apresentando um PIB de 5,2%, o ano de 2008 se encerrou após demonstrar baixos resultados no crescimento econômico em seu último trimestre, devido aos reflexos da crise mundial iniciada nos Estados Unidos. A indústria foi o setor que maior impacto sofreu, seguido pela agropecuária e serviços. O saldo da balança comercial apresentou queda em relação ao saldo de 2007.

A crise financeira mundial ocorrida a partir de 2008 foi consequência direta da criação fictícia de uma riqueza financeira e uma dominação da ideologia neoliberal, fundamentada em mercados autorregulados e eficientes, desde o início do decênio de 1980, segundo Pereira (2010). Foi uma crise bancária iniciada em 2007, que se transformou em uma crise global em 2008, tão austera que remetia à crise de 1930.

Taxa de juros muito baixa, por um período demasiado longo, fez desregular o mercado financeiro, por meio de larga oferta de crédito e consequente inflação dos ativos, principalmente dos preços dos imóveis e a falta de controle das atividades financeiras do país que favoreciam mais à especulação financeira do que investimentos produtivos e deram início à crise que afetou todo o planeta. (MEIRELES, 2008)

A variação do PIB em 2009 foi igual a -0,3%, levando os setores da indústria, construção civil, agropecuária e serviços a apresentarem queda em seus resultados, o que refletiu no saldo da balança comercial por meio de um decréscimo no ano de 2009 (Tabela 2). A desconfiança que balizava o mercado mundial fez reduzir os investimentos. Em 2010 o país voltou a apresentar elevação no PIB que ficou igual a 7,5%, impulsionado pela redução na taxa de juros e pelo bom desempenho do mercado interno, aquecido pelas medidas protecionistas de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os

automóveis, eletrodomésticos da linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar) e material de construção. O saldo da balança comercial também voltou a apresentar crescimento até o encerramento da década, em 2010.

Tabela 2 – Brasil. Variação do Saldo da Balança Comercial e a Variação Cambial, período de 1990 a 2010

	Exportações (US\$)	Importações (US\$)	Saldo (US\$)	Cotação Dólar
1990	31.621	20.662	10.752	0,0001
1991	35.793	21.041	10.580	0,0004
1992	38.555	20.554	15.239	0,0045
1993	43.545	25.256	13.299	0,12
1994	43.545	33.079	10.466	0,848000
1995	46.506	49.972	-3.466	0,0972600
1996	47.747	53.346	-5.599	1,03940
1997	52.995	59.747	-6.752	1,11640
1998	51.140	57.714	-6.574	1,20870
1999	48.011	49.272	-1.261	1,78900
2000	55.086	55.835	-749	1,95540
2001	58.223	55.581	2.642	2,32040
2002	60.362	47.219	13.143	3,53330
2003	73.084	48.291	24.793	2,88920
2004	96.475	62.782	33.693	2,65440
2005	126.908	77.447	49.461	2,34070
2006	148.283	98.155	50.128	2,13800
2007	174.647	136.960	37.687	1,77130
2008	201.298	177.190	24.108	2,33700
2009	165.181	148.970	16.211	1,74120
2010	201.916	181.638	20.278	1,6662

Fonte: IPEADATA e BACEN, 2012

No entanto observa-se que durante todo o período de 1995 a 2000, o saldo da balança comercial manteve-se negativo, fato esse que deve-se parcialmente a abertura comercial promovida pelo Estado com quebra de barreiras aos bens de consumo, assim como à importação de bens de capital. Em 1999, o Estado adotou o câmbio flutuante, mas mesmo assim o saldo da balança continuou negativo. Apenas a partir de 2002, a balança comercial voltou a apresentar saldo positivo mantendo-se assim até o fim do decênio.

Observa-se que o saldo da balança comercial muitas vezes não tem relação com a taxa de câmbio (Gráfico 7). Tal fato explica-se por meio das condições em que os contratos de exportação e importação vigentes no momento da desvalorização, foram negociados com antecedência, balizados por taxa de câmbio pré-fixada.

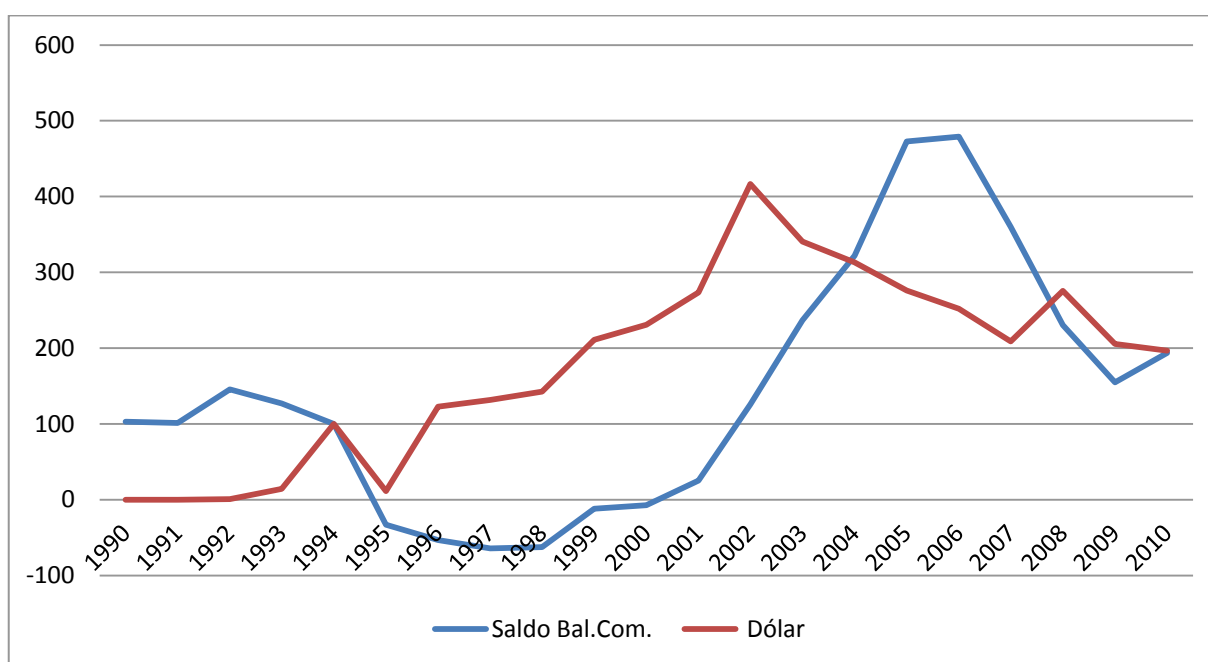


Gráfico 7 – Brasil. Relação entre Saldo da Balança Comercial e o Câmbio, período de 1990 a 2010, unidade = percentual, Base 100 = 1994

Fonte: IPEADATA e BACEN, 2012

Quanto mais valorizada a moeda nacional, mais altos tornam-se os preços dos produtos e serviços nacionais no mercado exterior, configurando uma situação ambígua ao exportador. Àquele que possui contrato celebrado com antecedência tem maior retorno financeiro, em contrapartida seus produtos mais caros tornam-se menos agradáveis ao mercado e, portanto mais difíceis de vender.

O volume de exportações e importações não se modifica no curto prazo, porém, com a mudança cambial, o custo das importações aumenta devido ao encarecimento dos produtos tendo como base o seu preço em moeda local. Consequentemente, em curto prazo a balança comercial tende a piorar seu resultado até que os produtores como também os consumidores se atualizem negociando novos contratos baseados na taxa de câmbio vigente.

Destarte, o *superavit* ou o *deficit* da balança comercial por vezes não dependem da cotação da moeda no período presente (Gráfico 7), uma vez que os contratos de compra e venda são firmados com antecedência adotando-se uma taxa de juros pré-fixada. (BACEN, 2004)

3 MÉTODO

3.1 Exposição Metodológica

Por não haver um conceito único sobre pesquisa, existe vasta bibliografia que apresentam avaliações de estudiosos sobre o assunto, segundo Marconi e Lakatos (2011). Entretanto, seu desenvolvimento demanda determinadas técnicas que delimitam sua realização.

O presente estudo, por seu caráter teórico, enseja a realização de uma pesquisa bibliográfica com delineamento documental sobre as mudanças econômicas no Município de Volta Redonda, R.J., após a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional com vistas à variação da balança comercial do Município de Volta Redonda e possíveis alterações no seu mercado de trabalho, com ênfase ao processo de desestatização pelo qual passou a indústria siderúrgica ali situada, à qual atribui-se a responsabilidade pelo surgimento da cidade a partir da década de 1940 e o seu desenvolvimento.

Trata-se, portanto de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Lima (2008, p. 49) constitui em “[...] procurar no âmbito dos livros, periódicos e demais documentos escritos e informações necessárias para progredir na investigação de um tema de real interesse ao pesquisador.”

Busca-se dar embasamento à pesquisa, por meio de um levantamento bibliográfico através de livros, publicações avulsas, jornais, revistas, pesquisas, teses, artigos, CD-ROM, entre outros, o que configura a primeira parte do trabalho, que visou a obtenção do maior número possível de informações sobre o Município de Volta Redonda, a história de seu surgimento simultâneo à fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, sua delimitação espacial e o seu perfil socioeconômico.

Além de ser fundamentado pela pesquisa bibliográfica, o trabalho foi desenvolvido com delineamento na pesquisa documental, na qual procedeu-se uma investigação e estudo de materiais ainda não submetidos à análise e que não receberam tipo algum de tratamento. (MARCONI & LAKATOS, 2011)

Lima (2008) diz que pode a pesquisa documental ser resultante da análise de fontes primárias ou secundárias.

São documentos oriundos de fontes primárias aqueles produzidos por pesquisadores que vivenciaram diretamente o evento investigado; já os documentos oriundos de fontes secundárias são aqueles coletados por pesquisadores que não estavam presentes na sua ocorrência. (LIMA, 2008, p.57)

Por ser a pesquisa documental considerada uma fonte de dados importante, ela representa uma metodologia imprescindível para o trabalho que busca perscrutar assuntos que reabilitam passagens históricas.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e exploratória, que não finda em si própria, apenas busca o desenvolvimento e esclarecimento de conceitos (LIMA, 2008), cuja proposta é após receber tratamento sejam capazes de situar o Município no contexto do comércio exterior, por meio da sistematização dos dados que caracterizam a sua balança comercial e identificar seus períodos de variação. A pesquisa buscou ainda apresentar em seu resultado uma análise intertemporal dos indicadores oficiais sobre o mercado de trabalho do município, delineando o perfil econômico de Volta Redonda após o processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

3.2 Apresentação dos indicadores

Simultaneamente foram levantados indicadores que podem delinear o comércio externo brasileiro, a balança comercial local dentro do contexto nacional, a história econômica brasileira a partir da década de 1980 até 2010, o desenvolvimento do emprego e renda local, após o processo de desestatização sofrido pela CSN.

Para que o resultado da pesquisa pudesse ser alcançado os dados foram coletados por meio dos documentos originários de arquivos públicos disponibilizados por instituições municipais, assim como fontes de dados expostos através de sítios *on line* e publicações impressas de órgãos oficiais como o Banco Central (BACEN), Prefeitura Municipal de Volta Redonda, Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Os indicadores necessários à conclusão e resposta da pesquisa foram compilados após coleta promovida junto ao Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e se prestaram ao delineamento do perfil da balança comercial do Município e do mercado de trabalho local e a taxa de desemprego, no período de 1990 a 2010.

Utilizando-se de método estatístico, uma vez que trata-se de elementos de caráter matemático e intensiona-se fornecer um alicerce seguro para as informações analisadas. O tratamento dos dados deu-se por meio de levantamento dos indicadores no período analisado. Os cálculos foram efetuados por intermédio de planilha eletrônica desenvolvida no Excell e consistiram na exploração do percentual representado por cada indicador, proporcionando a possibilidade de delinear a evolução dos índices que fazem parte do trabalho, como por exemplo, o PIB, PIB/M, emprego e o IDH.

Os dados coletados também receberam tratamento por meio da comparação intertemporal de moedas, indicadores e período de tempo referente ao abordado na pesquisa, por meio eletrônico representado pela Calculadora do Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil em seu sítio *on line*, com a finalidade de identificar a variação dos mesmos nos anos abordados pelo estudo.

Objetivando otimizar a visualização dos resultados da pesquisa, após a compilação dos dados levantados, desenvolveu-se quadros, tabelas e gráficos, por meio de *softwares* de editoração gráfica e elaboração de planilhas eletrônicas.

4 ÁREA DE ESTUDO REGIONAL: O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA E A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

4.1 Delimitações espaciais: limitações das políticas de desenvolvimento regional

Partindo da premissa de que crescimento econômico aparentemente não pode ser tratado como sinônimo de desenvolvimento econômico, pois atribui-se ao crescimento o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto Interno Bruto (PIB) sendo portanto, mensurado de forma quantitativa, Vieira (2009, p. 18) argumenta ainda que os critérios de avaliação do crescimento econômico devem ir além do dos resultados do PNB e PIB, também devem indicar o “[...] crescimento da força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.”

Já a conceituação de desenvolvimento econômico, ainda segundo Vieira (2009), constitui-se no conceito de crescimento acrescido do progresso do padrão de vida da população. Tal afirmação aproxima-se da conceituação expressada por Pereira:

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. (PEREIRA, 2006, p. 1)

Pressupõe-se que uma diferença entre crescimento e desenvolvimento, é que o segundo possui em seu conceito dados que podem ser considerados subjetivos, uma vez que pode ser composto por variáveis dependentes dos valores da sociedade analisada.

Por exemplo, se o custo do transporte não constitui um valor elevado, não acarretará elevação no custo final do produto, e se as vias de acesso são fartas, dotadas de uma infraestrutura que atenda à demanda, observar-se-á que as empresas procurarão avizinhar-se desses territórios a fim de usufruírem de algum tipo de vantagem, como por exemplo, oferta de mão de obra; fornecimento de insumos para a sua produção; estradas, ferrovias e portos para escoamento e venda do seu produto, esse quadro caracteriza o crescimento econômico, mas pode não configurar desenvolvimento se a qualidade de vida oferecida aos indivíduos não participar das vantagens oferecidas pelo meio.

A experiência tem demonstrado que o crescimento econômico pode ocorrer de modo muito concentrado espacial e setorialmente. Enquanto a região central cresce com altas taxas, as demais permanecem estagnadas e perdem participação no produto nacional. (SOUZA, 1993, p. 30)

A localização concentrada de empresas possibilita maior disseminação do conhecimento técnico e aglutinação da mão de obra, além de exercer atração sobre atividades afins (SOUZA, 2009), fato esse comprovado por meio da observação ao longo da história, de que a instalação de empresas seja com fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços, sempre exerceu atração sobre a mão de obra em busca de um melhor padrão de vida, o que pressupõe o desenvolvimento econômico, entretanto poderá provocar efeito colateral: a queda da média salarial, situação que acarretará o comprometimento desse desenvolvimento.

A partir do estudo publicado por Perroux (1977) através do qual afirma que o crescimento econômico demonstrou não ocorrer de forma similar e conjunta em locais distintos, pois ele surge em alguns territórios diversos para, a partir desses pontos, disseminar-se por toda a economia. Assim pressupõe-se que o crescimento do mercado interno se dá a partir da concentração econômica em algumas regiões de crescimento, responsáveis por irradiar fluxos de bens e serviços para todo o território nacional, ou seja, das partes para o todo, assim como ocorreu com o município de Volta Redonda, que inicialmente recebeu investimento do Estado por meio da construção da CSN e dos instrumentos sociais, como por exemplo, hospitais e escolas, e posteriormente obteve crescimento no setor terciário, conforme pode-se verificar por meio do aumento na oferta de postos de trabalho no comércio e prestação de serviços (BRASIL, 2010). Detentor do PIB/M mais elevado da sua microrregião, aparentemente Volta Redonda influenciou o crescimento dos municípios vizinhos. (Gráfico 8)

Para que haja consolidação de uma região, é necessária uma identificação, um conjunto de características similares que ajam como catalisador, como por exemplo, uma empresa que promova a geração de uma infraestrutura capaz de atender à demanda da população, promovendo a atração de investimentos e propiciando uma organização ao seu redor, como ocorreu com a implantação da CSN no local que posteriormente se tornaria o município de Volta Redonda. Entretanto tal cenário considera apenas o ponto de vista econômico, mas o conceito de região abrange mais que conceito econômico, engloba também

os aspectos sociais, demográficos e tecnológicos e uma base espacial onde esses componentes interagem (SOUZA, 2009).

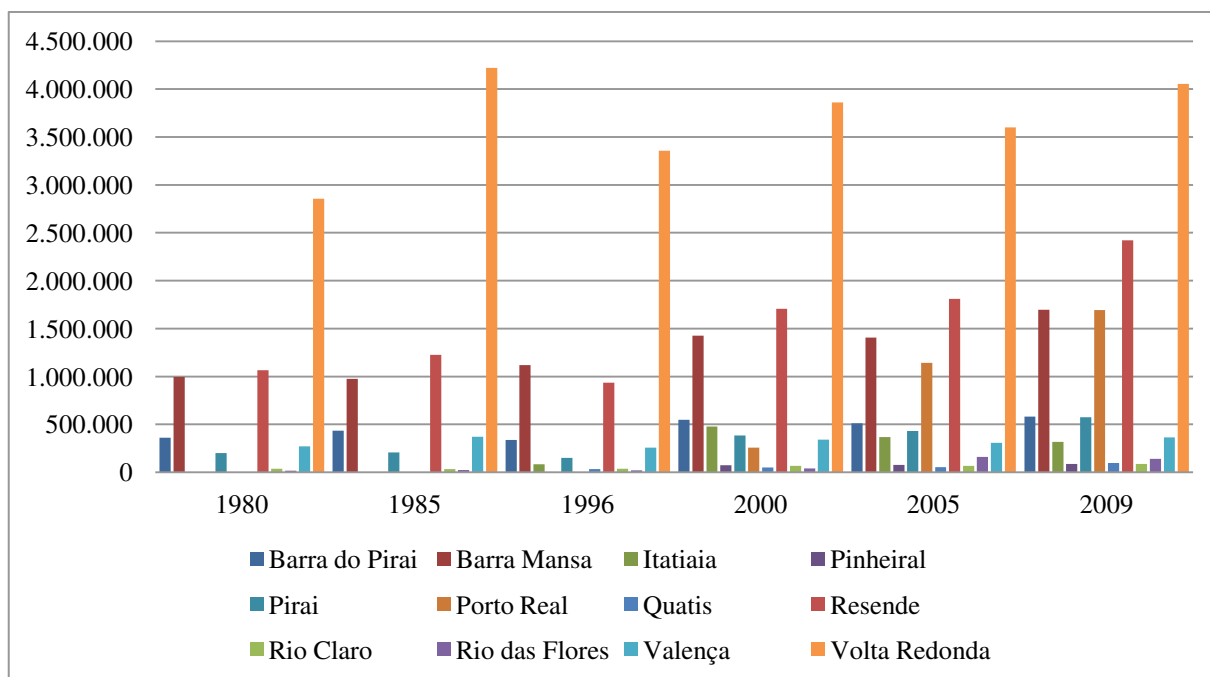


Gráfico 8 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. PIB, período de 1980 a 2009, unidade = R\$ 1000

Fonte: IBGE, 2012

Diante das variáveis diversas que compõem o crescimento, observa-se que além de uma desigualdade no incremento entre regiões, acontece também uma divergência em sua renda per capita. Esse fato acaba por tornar-se a alavanca inicial dos movimentos migratórios em direção às regiões cuja renda per capita é maior.

Souza (2009) ainda expõe que a flexibilidade compõe a conceituação abstrata de região, onde prevalecerá a noção de organização espacial, pois precisa estar contida em um território contínuo, com fronteiras delimitadas. Cada região possui um “dinamismo próprio em função de seus elementos constitutivos” (SOUZA, 2009, p. 21), enfatizando que quanto mais dinâmica for a área, mais ela tenderá “a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto que regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais” (SOUZA, 2009, p. 21).

Assim, parece ser o município de Volta Redonda possuidor de características que o coloca como um polo de crescimento dentro de sua região, pois aparentemente contribuiu para seu desenvolvimento por intermédio da indústria motriz ali instalada que funcionou

como um elemento aglutinador no que tange ao movimento de instalação de outras empresas no Município, como por exemplo, uma fábrica de cimento, uma fábrica de cal, e na Região, que atualmente conta com indústrias do ramo metal mecânico e do ramo automobilístico. Afora indústria, o Município também possui um comércio variado, universidades, hospitais públicos e privados, provando ao longo dos seus 58 anos de existência, que investimentos foram atraídos além das indústrias, beneficiando toda a Região. (IPPU-VR, 2010)

Souza (2009, p. 82) destaca que:

[...] o desenvolvimento das pequenas regiões passa por sua organização interna, pela mobilização das forças locais, formada pelos empresários existentes e potenciais, universidades, prefeituras, secretarias de Estado e demais órgãos públicos vinculados à questão regional. Somente a presença das grandes empresas motrizes e investimentos do governo federal não bastam para promover o desenvolvimento local. É preciso, antes, que as ações desenvolvimentistas partam de baixo para cima, com a criação de pequenas e médias unidades inovadoras, vinculadas à realidade de cada espaço sub-regional.

O município de Volta Redonda foi inicialmente favorecido pela iniciativa do Estado em promover a instalação em seu interior, da primeira grande indústria de base brasileira, fato que serviu como um catalisador positivo ao promover migração de mão de obra. Mas o Município também contou com a iniciativa privada representada por empreendedores que acreditaram e investiram no desenvolvimento de Volta Redonda, tornando-se fornecedores de produtos e de serviços para atender aos trabalhadores ali instalados. (PIQUET, 1998)

Face ao plano do Estado em construir uma “Cidade Símbolo” (PIQUET, 1998, p. 62), Volta Redonda recebeu além da indústria “equipamentos e serviços urbanos – água, esgoto, construção e manutenção de casas, limpeza urbana, luz, telefone – são diretamente mantidos pela companhia.” (PIQUET, 1998, p. 62), ou seja, esses equipamentos foram fornecidos pelo Estado por meio da Empresa.

Nota-se desse modo, que Volta Redonda foi, desde o seu início, constituído por fatores necessários à composição de um polo de crescimento; é detentor de uma infraestrutura desenvolvida e conta com fácil acesso à malha rodoviária que lhe garante ligação com os principais centros consumidores brasileiros, assim como com ferrovias que prestam à comunicação com áreas fornecedoras de insumos para a produção e facilitam o escoamento e exportação do seu produto. (IPPU, 2010)

Conforme exposição de Perroux (1977) sobre o crescimento econômico, no qual defendeu que esse não dá-se em todos os pontos de um território simultaneamente, mas em

determinados polos de crescimento, com intensidade variável, não se distribuindo entre setores e regiões do mesmo modo.

Na prática, observa-se que o crescimento ocorre de modo desequilibrado setorial e espacialmente e que existem efeitos de encadeamento diferenciados do crescimento entre setores e regiões. A idéia da difusão dos efeitos de encadeamento da produção e do emprego, ou de integração setorial e espacial, pressupõe a existência de canais de integração, como meios de comunicação e de transportes eficientes. (SOUZA, 2009, p. 56)

A teoria do polo de crescimento exposta por Perroux (1967), remete a uma interpretação espacial do crescimento econômico. Por sua determinação geográfica pode o polo de crescimento nascer a partir de uma formação urbana significativa capaz de ocorrer em locais que configurem origem de matéria prima, área agrícola ou comercial de grande porte, ou ainda em locais de trânsito, podendo ainda se originar da implantação de uma indústria motriz que eventualmente atrairá outras indústrias ou empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de insumos, identificando o polo como resultado de economias de aglomeração.

Desta forma, segundo essa observação pode-se interpretar que polo de crescimento trata-se de uma localização na qual exista no mínimo uma atividade econômica que sirva de força motriz, com capacidade de impulsionar outros segmentos econômicos. Assim é o município de Volta Redonda, que serve de abrigo a uma indústria motriz que provocou impactos que podem ser classificados como positivos no cenário econômico local como por exemplo, a criação de canais de transporte que o interliga com os Municípios vizinhos e que favorecem a difusão de bens e o intercâmbio de pessoas, o fácil acesso aos fatores de produção, além de usufruir de um sistema de comunicação capaz de proporcionar um fluxo de informações eficiente. Entretanto esse crescimento também proporcionou impactos negativos, como maior destinação de investimentos e de mão de obra qualificada em detrimento às cidades vizinhas (HIRSCHMAN, 1961). Esses elementos concorreram para a transformação da cidade no centro principal da microrregião, pois contribuíram para que Volta Redonda, desde seu início exercesse o papel de polo de crescimento regional.

Tal difusão do crescimento foi proporcionada pela industrialização e conseqüente urbanização da microrregião do médio Vale do Paraíba, que é composto pelos municípios de Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Piraí, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Rio Claro, Rio das Flores, Resende, Valença e Volta Redonda.

4.2 A cidade de Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional

A partir da década de 1930 o Município da Barra Mansa começou a receber a implantação de indústrias em seu território. Chegaram indústrias do setor alimentício, siderúrgico e metalúrgico. Observa-se que esse Município já contava com o entroncamento ferroviário entre a Ferrovia Oeste de Minas ligando o estado de Minas Gerais à cidade litorânea de Angra dos Reis, e a Ferrovia Central do Brasil que proporciona a ligação entre o as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo a Prefeitura Municipal de Barra Mansa (2012). Sendo a ferrovia o meio de transporte mais utilizado nessa fase do crescimento do país, o fato de possuir uma Estação Ferroviária já se configurava vantagem competitiva mediante a atração de investimentos para a área.

Destarte, a cidade de Barra Mansa é participante da expansão da indústria nacional com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em seu território, a partir de 1941, mais precisamente em seu 8º Distrito, então denominado Santo Antônio de Volta Redonda, formado por um povoado dividido em duas partes, uma a cada margem do Rio Paraíba do Sul. (PMBM, 2012)

Observa-se que a questão da industrialização nacional, desde a monarquia, já ensejava discussões acaloradas e pouco conclusivas sobre sua implementação e crescimento. Tronca (1986, p. 341) relata que “o caráter ideológico do vago projeto nacionalista de industrialização ganha contornos extremamente claros quando se analisam alguns momentos significativos da política do aço a partir de 1930.” Quando a implantação da siderurgia de alto-forno consegue unir de forma simultânea os interesses dos representantes nacionalistas e industrialistas, partidários à defesa das riquezas do país e da industrialização nacional, assim como do Estado pressionado pelas importações de ferro e aço que já desregulavam a balança de pagamento brasileira, segundo Piquet (1998, p. 47) “[...] em 1904, as importações de gusa, de aço em barras e de produtos manufaturados de ferro e aço ocupavam o segundo lugar no valor das importações brasileiras.”

Em 1940 “a conjuntura político-militar da América do sul irá exercer uma pressão decisiva sobre as negociações” (TRONCA, 1986, p. 352). Em plena II Guerra Mundial, interessava aos Estados Unidos e a Alemanha o apoio de um país sul americano, principalmente na posição geográfica na qual encontra-se o Brasil. O Estado brasileiro

utilizou-se de sua vantagem concernente ao fato de possuir potencial para apoiar ambas potências antagônicas e protagonizou o “jogo de cartas marcadas a fim de obter o equipamento siderúrgico” (TRONCA, 1986, p. 358), após receber em 1941, um empréstimo para a construção da primeira indústria de base de grande porte na América Latina, cedido pelos Estados Unidos em troca do apoio do Brasil na II Grande Guerra, apesar de enfrentar relativa resistência das empresas americanas quanto ao fornecimento de equipamentos para o Brasil, em face de potencial concorrência que poderia representar. (PIQUET, 1998)

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional deu-se a partir da determinação do Estado brasileiro constante no Decreto-Lei 3.002, promulgado em 30 de janeiro de 1941. Embora formalmente a sua constituição representasse uma empresa de direito privado, pertencendo à categoria de sociedade de economia mista, na prática, foi construída uma empresa de propriedade e direção do Estado.

Ultrapassada a questão inicial do financiamento do empreendimento, chegava-se a outra questão: a localização da instalação do projeto. Minas Gerais e São Paulo representavam fortes interesses. Entretanto, após a constituição jurídica do empreendimento e a sua capacidade produtiva, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional definiu que o processo de escolha deveria ser próximo ou de fácil acesso aos insumos e, da mesma forma, que os produtos acabados chegassem facilmente ao mercado consumidor, não sobrecarregando a produção com custos de transportes. Outra questão apontada como importante no processo de escolha foi não onerar a construção da usina. (SILVA, 1998)

Apesar da concorrência, o Vale do Paraíba Fluminense, mais precisamente entre Barra do Piraí e Barra Mansa, foi considerado, pela Comissão responsável, como localização ideal para a instalação da indústria, por estarem próximas às ferrovias que trariam os insumos necessários à produção e escoariam o seu resultado, chegando aos grandes centros consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro local onde já havia um porto. Outros aspectos foram considerados como a água doce abundante e a disponibilidade de energia elétrica e a possibilidade de obtenção de mão de obra a custo mais baixo que os grandes centros. (PIQUET, 1998)

A definição do local ensejava simultaneamente à instalação da indústria, a criação de uma cidade com todos os instrumentos necessários ao abrigo dos seus operários, desta forma, paralelamente, deu-se início as obras de um hospital e um corpo de bombeiros (IPPU-VR, 1994), primeiras obras efetuadas visando à fixação do operário à cidade. Ainda em 1941 a

construção da usina foi iniciada, conforme projeto desenvolvido por uma empresa americana. A construção das vilas residenciais e área comercial iniciaram em 1942. (PIQUET, 1998)

A obra da fundação da CSN atraiu muitas pessoas para a cidade à procura de ocupação, pois os salários oferecidos eram maiores que a média local e os empregados dispunham de uma série de benefícios com o objetivo de fixá-los, pelo menos até a conclusão do empreendimento. Esse fato ajudou a moldar a cidade que viu-se obrigada a criar mecanismos para atender uma população que se aglomerava. Um Distrito que até a década de 1940, comportava uma população de aproximadamente 2.782 habitantes, sendo que 1.765 destes eram considerados rurais, em 1950 chegou a comportar 35.964 mil habitantes, segundo censo (IBGE) e o número era progressivo, uma vez que naquele momento a CSN constituía-se em um meio econômico em atividade que ensejava desenvolvimento.

Conforme relato constante em estudo do IPPU-VR (1994), a construção simultânea da CSN como uma Cidade Operária, constante no seu projeto inicial previa a entrega de 4.000 habitações em área adjacente à Usina com total infraestrutura, tratava-se de um grande investimento para uma cidade do interior ainda não testemunhado pelo país.

Em junho de 1946 a CSN foi inaugurada embora o funcionamento da sua linha de produção completa tenha ocorrido apenas em maio de 1948, ano em que a empresa totalizou a entrega de 3003 habitações (IPPU-VR, 1994), número mais próximo daquele que foi inicialmente planejado e divulgado pelo Estado. Embora não exista uma contagem da população local nesse ano observa-se através do censo demográfico de 1950 (IBGE), que haviam 35.964 habitantes residentes no 8º Distrito de Barra Mansa, considerando-se a média de 4 habitantes por residência, indicando que mais da metade dessa população ocupava habitações fora dos limites da Cidade Operária (SOUZA, 1992), atulhando a Cidade Velha, como era chamada a parte do distrito que ficava fora dos limites da empresa, por meio da ocupação desordenada do seu solo, assim como demandando infraestrutura e serviços públicos.

As obras da CSN impulsionaram a economia externa ao canteiro, pois seu funcionamento pressupôs a necessidade de outras atividades, algumas atendidas pela própria CSN (Quadro 1) outras imputadas à administração local, fato que estimulou permanente ingresso de migrantes à localidade que se tornaria a cidade de Volta Redonda. Os proprietários locais transformaram-se em loteadores buscando atender a demanda gerada pelos prestadores de serviços e comerciantes que foram atraídos pelas oportunidades em

potencial e, pela insuficiência de habitações produzidas pela CSN evidenciada por seus próprios operários que buscavam instalações fora da *Cidade Operária* (SANTOS, 2010).

Ano	Empreendimentos
1942	Corpo de Bombeiros; Hospital provisório; Banco Industrial Brasileiro S.A.; Banco Ribeiro Junqueira S.A.; Legião Brasileira de Assistência.
1943	Hotel; Aeroclube de Volta Redonda; Mercado Municipal Santa Cecília; Associação dos Escoteiros de Volta Redonda; Cooperativa dos Empregados da CSN; Associação Beneficente dos Operário da CSN.
1945	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Barra Mansa; Escola Técnica Pandiá Calógeras.
1947	Correios e Telégrafos; Instalação da primeira loja de departamentos; Caixa Econômica Federal.
1948	Biblioteca
1949	Fábrica de Cimento Tupi (Cimento Vale do Paraíba); Jornal 'O Comércio de Volta Redonda' e 'A Tribuna de Volta Redonda'.

Quadro 1 – Volta Redonda. Criação de instrumentos sociais e a construção da CSN na década de 1940

Fonte: IPPU-VR, 1994

A partir da década de 1950 o movimento pela emancipação do 8º Distrito de Barra Mansa adquiriu força mediante a insatisfação dos habitantes que observavam diferenças no processo de desenvolvimento econômico. Por um lado a Cidade Operária, com bairros que dispunham de infraestrutura urbana, incluindo equipamentos de saúde, recreação e lazer, geridos pela CSN (IPPU-VR, 1994), e em outro, o Povoado de Santo Antônio de Volta Redonda submetido a um processo de crescimento sem planejamento, situação que se agravava com o passar do tempo, comprometendo a qualidade de vida da população por meio da ocupação do solo sem qualquer planejamento, numa localidade desprovida de infraestrutura e serviços essenciais. As reivindicações dos moradores eram encaminhadas à Prefeitura de Barra Mansa e, na maioria das vezes não obtinham respostas e as solicitações não eram atendidas.

Observa-se um movimento similar à organização social endógena (AMARAL FILHO, 1996) na qual o desenvolvimento da área externa à CSN foi decidido e estruturado por atores, componentes internos da localidade, como empresas e instituições que optaram por lutar pela emancipação de Volta Redonda, evidenciando uma organização social que promoveu a criação da cidade e seu desenvolvimento independentemente do Município de Barra Mansa.

Desse modo, o 8º Distrito de Barra Mansa, conhecido como Santo Antônio da Volta Redonda foi emancipado em 17 de Julho de 1954 (IPPU-VR, 1994), passando a ocupar uma posição econômica e social de destaque devido à contribuição para a economia brasileira estabelecida por meio da produção da CSN, que promoveu desenvolvimento e contribuiu para a atração de outros investimentos para o Estado e para a capital nacional, até então situada no Estado da Guanabara.

Observa-se que a emancipação da cidade não assegurou à Prefeitura local a administração total do Município. A Cidade Operária continuava sob a gestão da CSN e apresentava um padrão urbanístico de qualidade em termos de infraestrutura superior ao oferecido pela outra Volta Redonda, chamada Cidade Velha, administrada pela Prefeitura. (ATHAYDE, 2004)

O processo de retirada da CSN das tarefas urbanas se deu a partir de 1967, quando o Município recebeu a administração do seu patrimônio público: ruas e praças, assim como os encargos decorrentes da manutenção desses espaços (LOPES, 2004; SOUZA, 1992). Em 1968 a empresa iniciou o processo de venda das residências de sua propriedade, completando o processo de integração espacial do Município de Volta Redonda e unificando a Administração da Cidade Operária à da Cidade Velha, sem acrescentar alterações ao mercado imobiliário, conforme relata estudo do IPPU-VR (1994).

Até a década de 1970 muitos migrantes eram atraídos pela CSN, ora em construção ora em expansão, e quando as obras terminavam, deixavam seus trabalhadores não aproveitados na produção, como herança para a cidade, aparentemente contribuindo não apenas para o aumento do seu *deficit* habitacional e conseqüente ocupação desordenada do seu espaço territorial (MOREIRA, 2003), mas também para o aumento da violência e da demanda por serviços públicos.

Após o golpe de estado ocorrido em 1964, em meio ao Regime Militar imposto ao país, especificamente em 1970 a cidade de Volta Redonda foi declarada Área de Segurança Nacional, revelando a importância imputada pelo Estado à indústria ali estabelecida. Esse fato

evidenciou a influência e poder da CSN por toda a Região. Nota-se que além de manter um público cativo, por meio da geração de emprego, também disponibilizava instrumentos para o treinamento de novos funcionários por meio da escola técnica mantida pela empresa, oferecendo cursos técnicos em áreas profissionais por ela utilizadas como, por exemplo, metalurgia, mecânica, eletrônica, eletromecânica, cujos formandos eram seus empregados e respectivos sucessores.

Segundo Perroux (1977), o espaço que uma determinada empresa ocupa pode ser configurado por meio do local onde estejam situados os seus fornecedores, sejam esses de mão de obra, de matéria prima ou de capital e por seus clientes ou usuários. A empresa pode ainda definir seu espaço como um campo de forças capaz de exercer atração ou repulsão de indivíduos e recursos econômicos, resultando na determinação de sua área de influência topográfica. Portanto pode-se afirmar que a determinação de espaço econômico encerra muitos elementos, tornando-se complexo, conforme afirmado por Vieira e Santos (2012, p. 361):

Os espaços econômicos são abstratos, constituídos por relações de natureza econômica, com a produção, distribuição e consumo que têm origem nas atividades humanas que atuam sobre um espaço geográfico. Desta maneira, é possível afirmar que sobre uma mesma região podem ser sobrepostos diversos espaços, pois o espaço econômico pode não coincidir com o espaço cultural, por exemplo. A complexidade da ocupação da região e dos grupos que nela interagem exige um olhar atento aos processos que sobrepõem os espaços na mesma região.

Nota-se a essencialidade acerca do esclarecimento sobre a abstração do conceito de espaço econômico, entretanto é mister observar-se o objeto dessa pesquisa além-se ao Município de Volta Redonda. E nesse contexto nota-se que uma empresa de importância similar à CSN é capaz de impulsionar atividades que influenciam o crescimento e conseqüentemente o desenvolvimento em seu espaço econômico, pois configura-se em uma indústria que pode ser considerada motriz, tratando-se de uma empresa que foi capaz de gerar tensão em tal grau, que funcionou como um elemento com efeito aglutinador, resultando no crescimento e desenvolvimento local, embora as “[...] taxas de crescimento das atividades, nas diferentes áreas, costumam ser diferenciadas. [...]” (SOUZA, 1993, p. 30) conforme verificase por intermédio da evolução do PIB/M e pelo IDH regional.

4.3 O Processo de Privatização da Companhia Siderúrgica Nacional

O contato e a participação, mesmo que indireta, na greve da CSN ocorrida em 1988 cujo final culminou tragicamente na morte de três operários, aparentemente ainda constava na lembrança dos habitantes da cidade no período em que os rumores sobre o processo de privatização da empresa, tiveram início, deixando transparecer que a população local seria refratária à ideia, como de fato era.

Um novo tipo de trabalhador precisava ser construído, na CSN, sob pena da privatização e das exigências da reestruturação produtiva no ramo siderúrgico sofrerem oposição pelos operários e sua organização sindical. Este novo tipo precisava aprender a dobrar-se diante dos novos tempos. (GRACIOLLI, 2000, p. 11)

Em 1990 a CSN foi incluída no programa privatização mediante a alegação do Estado de a empresa encontrar-se em um período de crise financeira, no qual um processo de falência não foi instaurado por não ser permitido às estatais.

Independentemente da opinião dos atores do Município, ao final do ano de 1992, o Estado suspendeu temporariamente os leilões de privatização previstos, entre os quais constava o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional. A privatização da CSN foi aprovada em 11 de junho de 1992, pelo PND e teve seu edital de venda publicado em 9 de outubro de 1992, foi privatizada em 02 de abril de 1993 após o Decreto Federal 724, de 19 de janeiro de 1993, que determinou a introdução de alterações no processo de privatização brasileiro no sentido de impor aos participantes dos leilões, a obrigatoriedade do uso da moeda corrente, o compromisso do Estado em promover o direcionamento dos recursos provenientes das privatizações para investimentos nas áreas social, de ciência e tecnologia; incentivar os compradores no investimento em políticas de preservação do meio ambiente; proporcionar ao Presidente da República poderes de decisão sobre quaisquer matérias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

A cláusula ambiental incluída na edital de privatização da CSN funcionou como uma compensação ao passivo ambiental da empresa. Esse fato no município de Volta Redonda foi interpretado como uma intenção de manter ligação da empresa com o seu meio, através da exigência de um tipo de ressarcimento em decorrência da modificação do acordo tácito da empresa com a cidade, como o Estado fez acreditar por aproximadamente seis décadas, como

um verdadeiro divórcio, como verificou-se por meio de observação às matérias publicadas junto à imprensa local.

De importância reconhecida internacionalmente por sua finalidade no que tange ao desenvolvimento econômico, é a indústria siderúrgica responsável pelo fornecimento dos insumos para a construção da infraestrutura dos países. Desta forma, a sua implementação por iniciativa do Estado justifica-se. No Brasil foi forte integrante do PSI, programa que visou o atendimento ao mercado interno brasileiro, sendo que por meio da CSN, o país chegou à liderança na produção de aço entre os países que compõem a América Latina. (BNDES, 2001)

Fez parte do discurso do Estado algumas características das indústrias siderúrgicas brasileiras que justificavam a sua privatização, como por exemplo, o alto endividamento do setor que ocasionava a transformação do parque industrial desatualizado, com baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, sem condições de adquirir novas tecnologias. Além de apresentarem um modelo de gestão burocrática e política, considerado ultrapassado pelo mercado. E em razão desses fatores mantinham um comércio limitado, baixa autonomia em planejamento e desenvolvimento de estratégias e apresentavam um passivo ambiental elevado, em razão da falta de investimentos e adoção de tecnologias de preservação.

O Plano Nacional de Privatização não recebeu unânime aprovação face às suas características entendidas por muitos como favoráveis aos compradores em detrimento da União, conforme descrito por Biondi (2003, p. 8): “Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” em longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer.”

Entretanto, como órgão responsável pelo planejamento e execução do processo de desestatização desde seu início, sob a égide do Estado presidido consecutivamente por Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o BNDES (2001, p. 1) quando esse último ainda era presidente do país, defendia que: “No Brasil, a privatização constituiu-se em questão de sobrevivência da siderurgia brasileira, considerando o esgotamento dos recursos estatais para incrementar ou até manter a competitividade da Indústria Nacional no novo cenário mundial.”

Observa-se em especial a CSN que desde a década de 1980 foi palco de greves por questões salariais, evidenciando algumas vezes de forma violenta, os conflitos entre operários e empresa que para se defender, armava-se do argumento de crise financeira, expressando o momento vivido pelo País. Assim, a questão da privatização foi colocada em pauta para

discussão pelo Estado. A partir de 1989, iniciou-se o processo de reestruturação da empresa, por meio do saneamento das suas finanças e redução do seu quadro funcional, objetivando torná-la atraente aos investidores (CARUSO, 2006). Na campanha salarial de 1990, a empresa enfrentou um dos mais longos períodos de greve da sua história.

Habitualmente as empresas a serem privatizadas eram preparadas pelo Estado por meio de saneamento das suas finanças e renegociação de todo o passivo da empresa junto aos bancos, fornecedores, empregados, transportadores, fundos de pensão dos empregados e com a União, assim como ocorreu com a CSN sob críticas da sociedade local e de analistas econômicos como, por exemplo, Biondi (2003, p. 8): “E, para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização.”

Outra medida adotada pela Estatal foi a implementação, a partir de 1989, de um Programa de Qualidade nos seus processos de produção objetivando o aumento de sua competitividade através de métodos e processos que garantissem sua lucratividade a fim de torná-la interessante aos olhos dos investidores (NEVARES, 1997). O Processo de implantação do TQC (*Total Quality Control*), programa de qualidade que mais tarde resultou na certificação da empresa pelas normas da ISO 9000 e ISO 9002.

A redução do quadro funcional ocorreu de forma mais larga no período entre 1989 e 1990. Mais uma vez sob a alegação de falta de recursos financeiros para proceder a quitação das parcelas trabalhistas às quais os empregados faziam jus, a empresa procedeu a distribuição de uma carta indicando ao empregado que a partir daquele momento, estava em *licença remunerada* e esses continuavam recebendo seus salários, até que a empresa reunisse numerário suficiente para efetuar a sua quitação (NEVARES, 1997). Entre 1989 e 1996 foram desligados aproximadamente 7000 empregados (Tabela 3), entre demissões por iniciativa da empresa e aquelas geradas pelo programa de incentivo ao desligamento voluntário e a aposentadoria.

Observa-se que a privatização da CSN pode inicialmente ter traduzido-se em uma perda para toda a população local, que não sofreu apenas com o processo de demissões da empresa, mas também com a suposta perda da **mantenedora** do cenário econômico local, ainda presente no seu campo imaginário, no qual

[...] símbolos e mitos podem tornar-se receptores das projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo

desde que partilhado por pessoas criando uma comunidade de sentido e solidificando uma determinada visão de mundo.

Neste sentido, o campo do imaginário é também um campo de enfrentamento político, extremamente importante nos momentos de mudança política e social e quando se configuram novas identidades coletivas. (SERBENA, 2003, p.2)

Desta forma, diante de um quadro de mudança premente, a insegurança pode ter acometido a sociedade local, pois desde a sua criação a empresa havia proporcionado aos seus funcionários moradia, saúde, educação, alimentação, transporte e uma forma de participação nos lucros mesmo antes dessa tornar-se lei. E aos munícipes, a empresa proporcionou o acesso à cultura e lazer por intermédio de cinco salas de cinema construídas pela cidade, um complexo esportivo dotado de quadra coberta e outras sem cobertura, campo de futebol, e piscinas. A empresa também é dotada de uma biblioteca, e responsável pela construção de uma rádio e um teatro (BEDÊ,2004)

Parece que talvez fosse esperado pela população de Volta Redonda o desenvolvimento de algum tipo de projeto por parte da CSN, que oferecesse alternativas à população em substituição aos benefícios proporcionados pela estatal, traduzidos por geração de emprego e renda, oferecidos pela empresa não apenas aos trabalhadores, mas também ao Município (MOREIRA, 2003).

Tabela 3 – Volta Redonda. Evolução do número de demissões e aposentadorias na CSN Período de 1989 a 1996 (Pessoas)

Ano	Demissões	Aposentadorias
1989	458	86
1990	1829	289
1991	2264	357
1992	754	237
1993	715	254
1994	550	293
1995	364	720
1996	485	598

Fonte: Nevaes, 1997

Em contrapartida, o BNDES (2001) publicou que as vantagens advindas do processo de privatização foram muitas, como por exemplo, a representação do início de um novo período do desenvolvimento brasileiro, proporcionado pela elevação dos resultados positivos apresentados pelas áreas administrativa, financeira e tecnológica, com conseqüente redução dos custos e elevação da produtividade; a adoção de gestões profissionais comprometidas com a obtenção de resultados; promoção da criação de grupos empresariais visando o fortalecimento das empresas; criação de parcerias com clientes em busca de participação em investimentos externos; possibilidade de acesso das empresas privatizadas ao mercado de capitais, com abertura para decidirem por novos investimentos em modernização, atualização tecnológica, logística, infraestrutura e políticas de preservação do meio ambiente; execução de planejamentos estratégicos com autonomia e desenvolvimento processos e produtos para atender à demanda.

Diante dessas alegações do BNDES e da ação do Estado em aceitar a utilização de títulos da dívida pública como moeda no processo de privatização da CSN, pressupõe-se que tais procedimentos insuflaram opiniões divergentes como em qualquer processo de mudança de grande profundidade como esse significou para a economia brasileira.

Com a aprovação do Estado, as moedas utilizadas na aquisição da Companhia Siderúrgica Nacional foram as seguintes: debêntures da SIDERBRÁS; Certificados de Privatização - CP; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND; Dívidas Securitizadas da União - DISEC; Título da Dívida Agrária - TDA; Título da Dívida Externa - DIVEX; letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal; e moeda corrente (NEVARES, 1997).

O lote que entrou para o leilão era composto não apenas pela indústria, mas também por todo o seu patrimônio externo à área de produção, como por exemplo: hospital, clubes, escola, fazenda, zoológico e outros terrenos e lotes de terra improdutivos dispersos pelo Município.

As estratégias utilizadas no processo de privatização contribuíram para a atração dos investidores, conforme o previsto pelo Estado. Inicialmente a participação acionária da empresa foi dividida entre o Grupo Vicunha, PREVI, Caixa Beneficente dos Empregados da CSN, Bradesco, Clube de Investimentos da CSN, Vale do Rio Doce, ADR, Itaú, Emesa e outros investidores com cotas menores. (BNDES, 2012)

Observa-se no decorrer do processo, que os itens admitidos como fatores de sucesso resultantes das privatizações consideraram as variantes administrativas e financeiras, uma vez que o objetivo final da empresa em questão é a fabricação e comercialização de aço e o setor pareceu adquirir maior mobilidade sem o controle estatal que limitava a resposta da empresa face às exigências do mercado, assim como parece ter havido uma maior exposição junto ao mercado externo, por intermédio de mudanças na estratégia comercial, na qual novos produtos foram elaborados, passando a apresentar qualidade superior e maior valor agregado em atendimento às exigências do mercado. (BACHA; BONELLI, 2001)

A partir de 1995, o Grupo Vicunha passou a exercer a direção da empresa e logo no ano seguinte pôs em prática alguns projetos com vistas a atingir maior produtividade e competitividade. Entre os projetos colocados em prática destaca-se a participação no processo de privatização da Light, empresa de energia elétrica; a compra da concessão das malhas ferroviárias Centro-Leste, dando origem à Ferrovia Centro Atlântica, além da compra da concessão das malhas ferroviárias Sudeste e Nordeste, MRS Logística e a Transnordestina Logística respectivamente; a CSN adquiriu também a concessão para operar terminais de carvão e *container* do Porto de Sepetiba, além da participação acionária da Companhia Vale do Rio Doce, transformada em Vale. (POSO, 2007)

Outra iniciativa do grupo que administra a CSN foi a aquisição de participações em siderúrgicas europeias, e norte americanas, como por exemplo, a Lusosider em Portugal e a CSN-LLC nos Estados Unidos. Tais aquisições ocorreram entre outros motivos, em busca de escapar das restrições impostas à entrada do aço brasileiro naqueles mercados. (PROENÇA, 2006)

4.4 O Município de Volta Redonda após a privatização

O município de Volta Redonda sofreu com as mudanças impactantes geradas a partir de 1990, cuja proposta do Estado em alterar o perfil econômico nacional por meio da abertura comercial e privatizações, acarretou alteração na relação da indústria com seus empregados e consequentemente da cidade com a indústria. Sob esse enfoque, observa-se que o processo de

modernização proporcionado pela privatização da CSN foi determinante para as modificações sucedidas no cenário econômico local.

Após a privatização nota-se por meio de observação direta, que a relação do município com a empresa tornou-se distante, num contexto em que a CSN passou a ser vista e tratada pelo Estado como fonte geradora de renda apenas por meio da arrecadação de impostos. A atuação direta outrora praticada pela empresa, na qual assumia responsabilidades sobre os setores públicos essenciais ao desenvolvimento como, por exemplo, a manutenção da saúde, educação e infraestrutura; passaram a ficar subordinadas a quem é de direito: a administração pública. Toda a ação social desenvolvida pela Empresa no Município passou a ser administrada pela Fundação CSN entidade mantida com o objetivo único de proporcionar a criação e implementação de políticas socialmente responsáveis, em atendimento à política de revigoramento da relação da empresa com a população (LOSICER; COSTA, 2012). A CSN, por meio da adoção de postura e discurso, sempre fez questão de definir os papéis do Município de Volta Redonda e da empresa, como verificado em um dos anúncios publicitários vinculados à imprensa local por meio de um periódico de tiragem regional:

Pagar impostos é uma obrigação de qualquer empresa, é verdade. Mas quando essa empresa é forte, está permanentemente em crescimento, declara corretamente os impostos devidos e os paga em dia, isto é mais importante ainda, porque são recursos que se convertem em benefícios para a comunidade, seja em modernização de escolas, ampliação dos serviços hospitalares, segurança ou outros melhoramentos públicos que representem expressiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população. Esse é o caso da CSN em Volta Redonda.[...] (JORNAL AQUI, 1998, p. 10)

O Município aparentemente continuou apresentando até 2010, entre suas vantagens competitivas, a formação de mão de obra qualificada para a indústria, pois abriga a Escola Técnica Pandiá Calógeras, integrante da CSN, que antes da privatização fornecia formação gratuita limitada aos seus empregados e dependentes, foi aberta à comunidade mediante o pagamento pelo curso desejado, e dispõe também de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A qualificação para atendimento ao comércio e à prestação de serviços pode se dar por meio da Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC-RJ), instituição mantida pelo Estado que fornece cursos gratuitos à comunidade e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além de deter estabelecimentos de ensino médio e dois Centros Universitários privados, e de um Centro Universitário Federal.

A evolução do quadro econômico local foi marcado por duas vertentes distintas, a primeira seguida pela CSN, maior indústria local, que adotou um processo de reestruturação cujo foco estava fixado na elevação da sua produtividade e conseqüentemente, da competitividade, o que resultou em uma redução significativa do seu quadro funcional, assim como na adoção das normas de qualidade estipuladas pelo padrão ISO 9000, cujas regras se impõem inclusive aos fornecedores de produtos e serviços (AMARAL, 2001). A imposição da certificação no padrão ISO 9000 aos fornecedores locais da CSN resultou na desarticulação do cinturão de fornecedores constituído por empresas regionais inicialmente cadastradas pela CSN junto ao seu setor de compras, devido à incapacidade de adequação aos quesitos que lhes foram impostos.

Diante desse contexto observa-se que em decorrência do processo de modernização pelo qual passou a CSN, houve uma redução dos postos de trabalho na indústria, que acarretou a transferência de um volume importante da força de trabalho para o setor terciário (IBGE, 2012), ou seja, houve um incremento das atividades desse setor. Entretanto observa-se que paralelamente, a reestruturação pela qual a CSN passou, também provocou a desarticulação da cadeia produtiva existente no Município.

A segunda vertente foi seguida por Volta Redonda, que defrontou-se com uma nova realidade, na qual foi essencial o redirecionamento das estratégias de ação que deveriam ser implementadas, considerando a introdução de novos autores, dirigentes e proprietários da CSN, e a desestruturação dos conjuntos econômicos locais que tradicionalmente serviam à indústria e que por força das alterações implementadas em sua base produtiva perderam a posição de fornecedores e geradores de emprego. (AMARAL, 2001)

Desta forma, a busca por investimentos capazes de processar as modificações proporcionadas pela alteração na base produtiva e gerar emprego para promover a absorção da mão de obra local, passou a ser o assunto principal do Município por meio de seus representantes políticos que deveriam priorizar a busca por ações institucionais, com objetivo de implementar a promoção do crescimento local da geração de emprego.

Observa-se que a partir das alterações no cenário econômico local, houve uma demanda por intervenção junto ao poder público local, em busca de amenizar as conseqüências negativas geradas pelo processo de retirada do Estado do setor produtivo, como por exemplo, o crescimento do índice de desemprego. A intervenção do poder público deveria também buscar formas de otimizar o potencial econômico local. (AMARAL, 2001)

Sendo assim, observa-se o poder público do Município de Volta Redonda deu início ao desenvolvimento de políticas de atração de investimentos e incentivo aos empreendedores locais, por meio da promulgação de novas leis nesse sentido. É verossímil a afirmação de que o desenvolvimento local dependente da participação do poder público especialmente por meio da sua Prefeitura, que deveria exercer papel fundamental na elaboração e implementação de projetos e políticas voltadas para a geração de emprego e renda, mesmo que esse órgão esteja subordinado a limitações impostas por fatores de diversas naturezas, como por exemplo, financeiro.

Volta Redonda, em meados da década de 1990 já sinalizava uma possível alteração na sua vocação original para a indústria, passando a enfatizar os investimentos no setor terciário. Tal fato deve-se principalmente à sua topografia acidentada resultando na carência de áreas planas, além de pouco espaço físico disponível e do total existente ser a CSN proprietária de cerca de 30% (IPPU-VR, 1994). Ou seja, dada a privatização da CSN, essa foi vendida junto com todo o seu ativo fixo que inclui entre outros bens, os terrenos vagos espalhados pela cidade.

Pressupõe-se a obrigatoriedade de os municípios possuírem uma legislação que regulamente a abertura de novas empresas em seu território e Volta Redonda em sua Lei Orgânica, datada de 05 de abril de 1990, trata em seu artigo 5º, inciso XI, alínea “d” da concessão de licença para a abertura e funcionamento de estabelecimentos destinados à indústria, ao comércio e a prestação de serviços. No mesmo documento, o artigo 244 estabelece tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte estabelecidas em lei, objetivando incentivá-las pela simplificação ou redução de suas obrigações administrativas e tributárias. Observa-se ainda que em seu artigo 319, inciso XIII, o município prevê o estímulo por meio de incentivos fiscais às empresas que ali venham a se fixar e que utilizem a mão de obra local.

Da mesma forma, visando incentivar a economia local, a Lei Municipal número 2956 de 05 de outubro de 1993, instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico da cidade, identificado como PADEM, cujo objetivo principal seria a simplificação dos trâmites administrativos e a concessão de incentivos fiscais às empresas de produção de bens e prestação de serviços limitados à data de 31 de dezembro de 2003.

Porém antes, em 1991, embora a economia brasileira tenha feito o mesmo caminho percorrido em 1990, com um novo congelamento dos preços no início do ano e na sequência,

a apresentação de índices de inflação progressivos e recessão (PEREIRA, 1992), observa-se que houve uma elevação no número de novos empreendimentos no município de Volta Redonda naquele ano (Gráfico 9), que coincide com o período em que a CSN procedeu o maior número de desligamento dos seus operários (NEVARES, 1997).

Entretanto observa-se posteriormente, que possíveis efeitos da lei 2956/93 responsável pela instituição do PADEM, manifestaram-se a partir de 1994 (Gráfico 9), pois o número de microempresas abertas nesse ano apresentou elevação em relação aos anos anteriores. Entretanto essa lei foi alterada pela Lei 3579 de 2000, que em seu inciso IV instituiu a isenção total do ISS no primeiro ano de prestação de serviços apenas para as empresas que possuíssem no mínimo quinze empregados registrados.

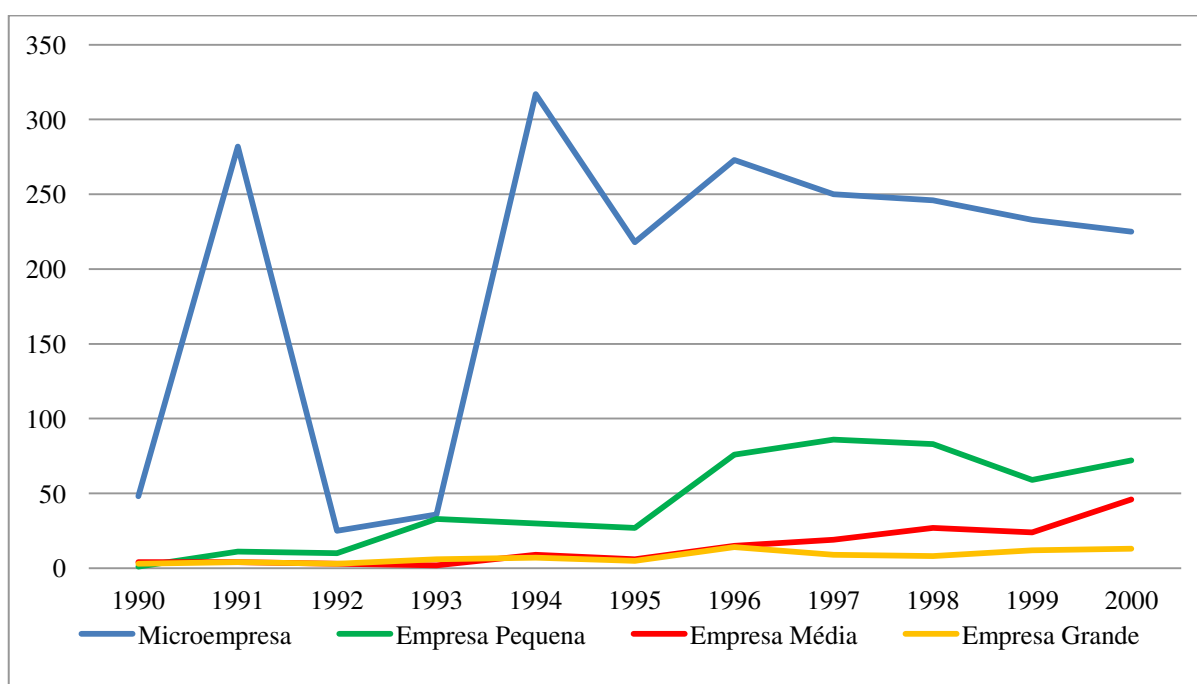


Gráfico 9 – Volta Redonda. Estabelecimentos abertos segundo o porte, período de 1990 a 2000

Fonte: RAIS, 2012

Nesse período, a partir de 1993, por intermédio da iniciativa de instituições como Sindicatos, o Clube dos Diretores Lojistas (CDL), Associação Comercial, Industrial e a Agro-Pastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR) por exemplo, surgiu a proposta de criação do Cinturão de Aço, que segundo Palmeira (2012) tratava-se de um grupo estruturado de fornecedores de produtos e serviços, cujo o objetivo principal seria atender à CSN visando criar e impulsionar uma cadeia de produção local. Mediante a aprovação de todas as partes

interessadas, fornecedores e tomadora de serviços e produtos, o Cinturão de Aço iniciou suas atividades, chegando ao seu ápice e início da decadência em 1996, quando aproximadamente 2500 empregos eram gerados.

Entretanto, mediante a adoção das normas de certificação da ISO 9000 pela CSN, essa propagou-se sobre seus fornecedores, que foram exigidos a também nortearem-se pelos padrões da ISO (PALMEIRA, 2012). Além dessa imposição, a CSN também negociava a redução nos prazos de entrega e nos preços praticados, abrindo espaço para empresas concorrentes externas ao Cinturão, fato que resultou em sua desorganização e diluição.

Assim, a iniciativa de criar um conjunto de fornecedores para absorver a mão-de-obra que sobrava na reestruturação produtiva da CSN e, desta forma, impulsionar a economia de Volta Redonda e região esbarrava na dependência exclusiva da CSN, que os fragilizavam diante dos concorrentes e das oscilações de mercado. (PALMEIRA, 2012, p. 135)

A partir de 1996, observa-se coincidentemente, maior regularidade no número de abertura de novas empresas e incremento no número de empresas extintas até o fim da década (Gráfico 10). (JUCERJA, 2013)

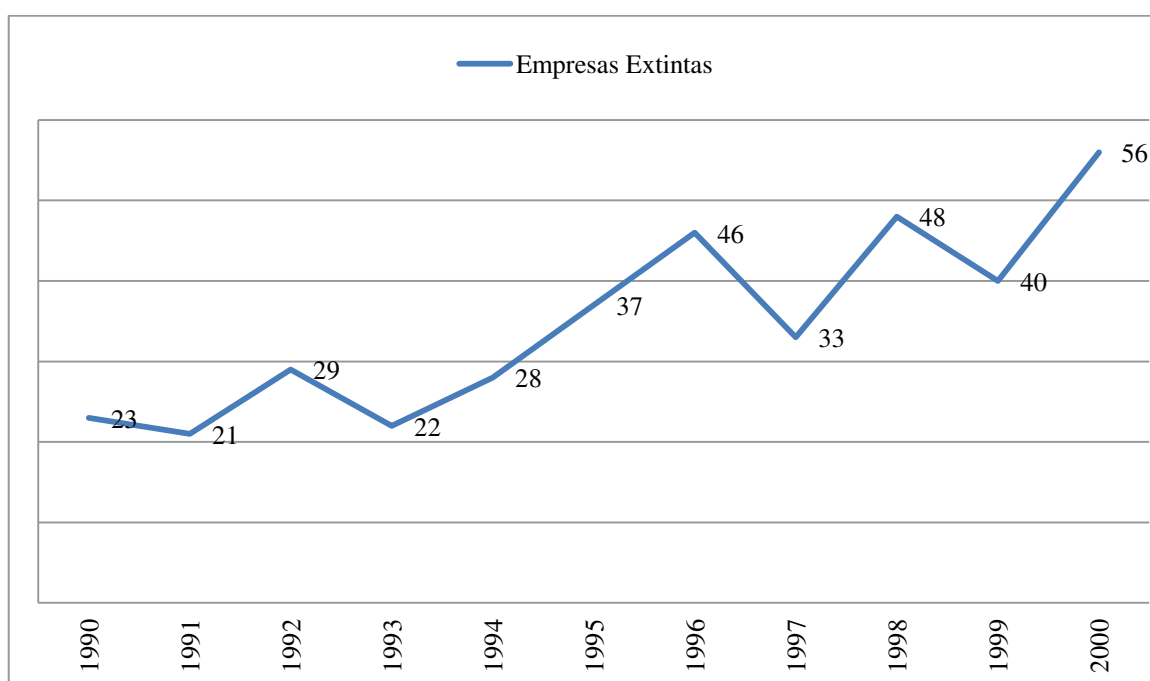


Gráfico 10 – Volta Redonda. Empresas Extintas, período de 1990 a 2010

Fonte: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA, 2012)

Nota-se que em 16 de junho de 1997, como o último esforço da década em prol da geração de emprego e renda, foi promulgada também uma Lei Municipal sob o número 3333 que autorizava o poder executivo a conceder licença a novas atividades econômicas em imóveis irregulares, desde que constatadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, condições adequadas de saúde, higiene e segurança.

A retração apresentada pelo setor de indústria configura importante tendência mundial, assim como o incremento dos setores de serviços e comércio, embora a média salarial seja historicamente inferior e tais ramos de atividade pareçam demandar investimento inicial menor que a indústria, fato que permite a abertura de um número maior de microempresas.

Destarte observa-se que a promulgação das leis citadas anteriormente podem ser entendidas como tentativas do poder público municipal no sentido de incentivar o empreendedorismo local, principalmente no que tange à atração de novos investimentos ao setor terciário e a utilização da mão de obra local. Nota-se, como já exposto anteriormente, um aumento significativo no número de novas empresas no setor terciário iniciado na cidade a partir da década de 1990 (Tabela 4), período no qual verifica-se maior investimento no comércio, seguido pela prestação de serviços.

Tabela 4 – Volta Redonda. Novos Estabelecimentos por setor, período de 1990 a 2010

Setor	Até 1990	De 1991 a 1995	De 1996 a 2000	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010
Agropecuária	4	10	1	4	1
Indústria	90	57	107	111	101
Serviços	652	400	752	869	1167
Comércio	726	543	876	1265	1256
Construção	39	28	54	51	18
Total	1511	1038	1790	2300	2543

Fonte: IBGE e JUCERJA, 2012.

Supõe-se que esse número crescente de novas empresas constituídas deve-se não apenas ao ambiente de negócios favorável praticado no país, mas também à credibilidade que o Município usufrui dentro da sua microrregião em relação ao seu ambiente de negócios. Nesse cenário de mudança cabe ressaltar que a reestruturação econômica do Município foi impulsionada aparentemente não apenas pela privatização da CSN, mas também pelas

alterações em seu processo de produção em busca de maior produtividade e competitividade para atender um mercado em demanda por produtos de melhor qualidade e menor preço, assim como por inovações tecnológicas por força do processo de globalização.

Destarte nota-se por meio de análise histórica, que o crescimento econômico requer uma dose de confiança no ambiente físico e econômico, para ser capaz de originar novos investimentos e conseqüentemente a geração de empregos. E conforme pode-se observar por meio da Tabela 4, vinte anos após a privatização da CSN, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano de 2003 publicado pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a cidade de Volta Redonda parece continuar dotada de boa infraestrutura e está classificada entre os melhores municípios do estado e conseqüentemente, da sua microrregião que é composta por doze Municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Piraí, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, sendo que três foram criados a partir da década de 1990: Pinheiral, Porto real e Quatis (IBGE, 2012).

Tabela 5 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, período de 1980 a 2000

Município	Índice de Desenvolvimento Humano		
	1980	1990	2000
Barra do Piraí	0,708	0,724	0,781
Barra Mansa	0,709	0,739	0,806
Itatiaia	-	0,749	0,800
Pinheiral	-	0,727	0,796
Piraí	0,677	0,716	0,776
Porto Real	-	0,677	0,743
Quatis	-	0,700	0,791
Resende	0,710	0,753	0,809
Rio Claro	0,571	0,671	0,737
Rio das Flores	0,676	0,678	0,739
Valença	0,713	0,723	0,776
Volta Redonda	0,734	0,769	0,815

Fonte: PNUD, 2003

Conforme verifica-se na Tabela 5, a população residente da cidade de Volta Redonda ainda usufrui de um nível de qualidade de vida e desenvolvimento humano elevados, se comparados ao padrão estadual (PNUD, 2003).

Nota-se entretanto, que apesar de o Município apresentar o maior IDH da sua Microrregião, nas décadas analisadas todos os municípios que compõem a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense obtiveram evolução no seu IDH, sendo que o índice de crescimento alcançado por Volta Redonda na década de 2000 em relação a 1990, ou seja, após a privatização da CSN, foi o mais baixo entre todos os componentes da Microrregião, apresentando um incremento de apenas 0,046. Em análise ao IDH apresentado por Volta Redonda em 2000 em relação a 1980 o crescimento foi igual a 0,081, o quarto melhor da sua Microrregião. (PNUD, 2003)

Observa-se que o Município é também o detentor do maior PIB/M da sua microrregião, segundo levantamento do IBGE (Tabela 6), demonstrando que Volta Redonda continua exercendo o papel de polo de desenvolvimento regional, embora a partir da década de 1990 novas indústrias tenham se instalado nos municípios vizinhos, como Resende e Porto Real, mediante maior disponibilidade de áreas livres naqueles municípios (CEPERJ, 2010).

Tabela 6 – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. PIB, período de 1980 a 2010, unidade = R\$ 1.000

Município	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Barra Mansa	1.990.228	1.950.316	2.240.312	2.852.666	2.452.904	2.876.399
Barra do Pirai	722.362	869.332	675.184	1.097.394	1.129.520	1.274.249
Itatiaia	-	-	166.960	956.266	567.152	1.233.957
Pinheiral	-	-	-	147.166	161.424	196.601
Pirai	403.180	412.906	298.148	768.310	840.076	925.518
Porto Real	-	-	-	510.772	2.506.102	3.829.926
Quatis	-	-	65.506	100.820	107.558	173.812
Resende	2.129.240	2.453.922	1,867.506	3.411.972	3.640.038	5.706.229
Rio Claro	73.618	68.748	72.712	134.940	135.418	182.806
Rio das Flores	32.518	32.518	43.104	39.796	210.718	319.734
Valença	540.958	739.042	511.376	683.238	631.420	919.943
Volta Redonda	5.710.296	8.443.556	6.715.326	7.719.384	7.576.356	7.843.286

Fonte: IPEADATA, 2012 e IBGE, 2013

Ainda analisando o Município de Volta Redonda sob a ótica do PIB/M, observa-se por meio da variação desse indicador, que o ano 1996 apresentou involução em relação ao período

anterior pesquisado em 1991, pressupõe-se efeito da privatização da CSN. Entretanto a partir de 1996 tal indicador apresentou crescimento, embora tenha chegado ao ano de 2010 sem ultrapassar o nível de 1991 (Tabela 6). Mesmo enfrentando variações no período em evidência, o município até o ano de 2010 apresentava o primeiro PIB da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense (IBGE, 2012), embora tenha apresentado crescimento de R\$ 123.902 milhões entre 2000 e 2010, ficando com o oitavo melhor índice de crescimento da sua microrregião, atrás de municípios com pouca expressão no cenário econômico nacional, mas que obtiveram melhor resultado do PIB do que Volta Redonda, como por exemplo, Piraí, que ficou com o sétimo melhor índice de crescimento, Barra do Piraí, que ficou em sexto, Valença em quinto, Itatiaia em quarto, Rio das Flores em terceiro, Resende e Porto Real que apresentaram o segundo e o melhor índice de crescimento respectivamente.

Tabela 7 – Microrregião do Vale do Paraíba. PIB per capita, período de 1980 a 2010, unidade = R\$ 1000

Município	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Barra Mansa	12,86	11,32	13,43	16,70	13,99	16,17
Barra do Piraí	10,04	10,97	7,90	12,39	11,73	13,44
Itatiaia	-	-	7,86	38,65	18,18	42,87
Pinheiral	-	-	-	7,75	7,73	8,65
Piraí	14,00	12,22	7,41	17,36	17,37	35,17
Porto Real	-	-	-	42,23	172,79	230,82
Quatis	-	-	6,63	9,39	8,94	13,58
Resende	24,38	26,74	18,19	32,63	30,70	47,64
Rio Claro	5,70	5,03	5,03	8,31	7,86	10,49
Rio das Flores	4,74	6,68	6,25	10,55	25,72	37,34
Valença	10,09	12,15	8,30	10,30	8,91	12,80
Volta Redonda	31,09	38,32	28,90	15,94	29,63	30,42

Fonte: IPEADATA, 2012 e IBGE, 2013

Observa-se que Resende e Porto Real são locações de indústrias do ramo automobilístico, que vem recebendo subsídios para a comercialização dos seus produtos, fato que pode estar contribuindo para o crescimento do faturamento dessas indústrias, uma vez que o mercado interno parece estar aquecido. Entretanto, os outros municípios da microrregião do

Vale do Paraíba Fluminense não possuem uma indústria do porte da CSN e centros comerciais como Volta Redonda.

Observa-se que o PIB per capita de Volta Redonda em 1991 (Tabela 7), período anterior à retirada do Estado do setor produtivo, era igual a R\$ 38,52 mil configurando-se no mais alto PPC da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. E em 2010, ou seja, dezenove anos mais tarde, o Município de Volta Redonda apresenta um PPC igual a R\$ 30,42 mil, abaixo do valor apresentado em 1991 em R\$ 8,1 mil. O que significa também, que o Volta Redonda passou a ser o sexto PPC da sua Microrregião.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Emprego e Renda em Volta Redonda

Pressupondo-se que a renda do trabalhador é determinada pelo equilíbrio do mercado que é fixado pela demanda por mão de obra a partir dos empregadores, e a oferta por parte dos indivíduos, existem quatro formas de participação no mercado de trabalho e geração de renda, sendo elas: o indivíduo ocupado de forma a garantir a subsistência própria ou de outrem, sob uma economia informal; o trabalhador assalariado, o trabalho por conta própria e o empregador.

O desenvolvimento econômico pode ser considerado como um derivado do trabalho conjunto de indivíduos que procuram atingir um objetivo comum, que seria a elevação do padrão ou da qualidade de vida da comunidade. Sendo assim, o desenvolvimento econômico local, regional ou nacional é feito por meio de políticas de valorização e investimento em educação, saúde, infraestrutura e geração de emprego. “O desenvolvimento é um processo histórico que as sociedades nacionais modernas buscam levar adiante através de estratégias nacionais.” (PEREIRA, 2006, P. 22)

Observa-se que a partir da década de 1980, o modelo econômico até então praticado no país começou a dar sinais de esgotamento e diante da impossibilidade alegada pelo Estado brasileiro então regido pelo poder militar sob o comando do presidente João Batista Figueiredo e posteriormente pelo presidente José Sarney, em manter o ciclo sustentável de valorização do capital por meio de novos investimentos, facultando a penetração de um novo ciclo na economia brasileira, sob a marca de modernidade. A partir daí o discurso neoliberal ganhou espaço sob a égide do Estado mediante o comando do então presidente Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito de forma direta após o governo militar.

Como o crescimento não se apresenta de forma linear (SCHUMPETER, 1883/1950), Volta Redonda também apresentou momentos de expansão e retração na sua economia nas duas últimas décadas, apresentando períodos de crescimento e estagnação do PIB/M. (IBGE, 2012)

O processo de industrialização adotado pelo Estado sob a orientação do presidente Getúlio Vargas, a partir de 1930 beneficiou o Município que também sofreu com as

consequências de sua exposição, que vão desde o incremento populacional acelerado, e o custo que representa essa ação como, por exemplo, a ocupação desordenada do solo, maior demanda por serviços públicos essenciais, como saúde e educação como citado anteriormente, chegando ao custo do desemprego.

Na década de 1980, enquanto o Estado regido pelo poder militar, buscava encontrar um ponto de equilíbrio para a economia nacional, o município de Volta Redonda parecia viver uma realidade à parte, com cerca de 180 mil habitantes (IBGE, 2012) e uma grande indústria fornecedora de 45% dos empregos locais, o que correspondia a pouco mais de 26 mil vagas de emprego (BRASIL, 2010), e apesar de o país passar por um grave processo inflacionário naquele momento, o que proporcionava um ambiente hostil para novos investimentos, o cenário econômico da cidade parecia equilibrado, com o primeiro PIB/M da sua microrregião e um PIB per capita igual a R\$ 31.090,00. (IPEA, 2012)

O discurso político com tendências neoliberais, com base no documento gerado pelo Consenso de Washington, inaugurado na década de 1990 no Brasil trouxe a abertura econômica e comercial, a privatização das estatais inclusive do ramo da siderurgia, constituiu um conjunto de ações que desestabilizaram o Município, conforme verificado por meio da variação do PIB/M (IBGE, 2012) e estrutura setorial do emprego, que após essa década, teve seu principal setor gerador de emprego formal, a indústria, substituído pelo setor terciário.

Observa-se que o Município de Volta Redonda no ano de 1991 apresentava um PIB igual a R\$ 8.443.556, em 1996, ou seja, onze anos depois, apresentou um PIB igual a R\$ 6.715.326, isto significa dizer que houve um decréscimo aproximado de 20,5%, após a retirada do Estado do setor produtivo, fato que parece ter comprometido toda a produção local por intermédio da dissolução do cinturão de aço. Observa-se ainda que até o ano de 2010 o PIB Municipal apresentava resultados aquém daquele apresentado no período anterior à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. (IPEA, 2012 e IBGE, 2013)

A população do município de Volta Redonda parece ter sofrido duplamente com as medidas econômicas implantadas pelo Estado. Primeiro com a abertura da economia nacional, que revelou o baixo investimento no parque industrial brasileiro, com conseqüente quebra na produtividade e escassa competitividade no mercado externo, demonstrando um quadro no qual muitas indústrias iniciassem uma reestruturação do seu processo produtivo em busca do crescimento da produtividade resultando muitas vezes na redução dos seus quadros funcionais como foi o caso da CSN. O segundo ponto está fixado na adoção do Programa Nacional de

Desestatização, que em 1993 chegou à cidade por meio da privatização da sua maior fonte de renda: a CSN. Aparentemente a empresa que historicamente contribuiu para o nascimento e crescimento da cidade deixou de fazer parte do patrimônio do Estado, deixando o Município desfalcado do seu comparte e obrigando-o a assumir o seu papel de forma integral na gestão local.

Paralelamente a essas alterações, o país apresentava um quadro inflacionário e um ambiente favorável à especulação em detrimento ao investimento. Cenário esse que começou a ser contido ao final de 1993, com o início da implantação do Plano Real. A partir desse momento da história, verifica-se que devido à política de privatizações adotada pelo Estado, o ano de 1993 constituiu-se num marco para a vida da cidade de Volta Redonda. Pois após a desestatização da CSN o modelo de gestão compartilhado com a estatal até então utilizado pelo poder público municipal, deveria ser revisto, com o objetivo de atender às demandas de sua população, ora impostas por um novo contexto econômico ao que parece inaugurado a partir da privatização da maior empresa geradora de emprego e renda local.

As alterações ocorridas no cenário econômico brasileiro a partir de 1980, devido à abertura econômica, privatizações ou por meio da globalização, acarretaram profundas transformações no segmento do emprego e renda nacional. Procedimentos como, por exemplo, a adoção de novas práticas no mercado de trabalho como a fragmentação e reestruturação da produção, denunciando o esgotamento do modelo fordista de organização, as transformações dos padrões tecnológicos e de informação, todo esse ambiente fez com que a questão do trabalho adquirisse uma nova amplitude, demandando não apenas do poder público, mas de toda a sociedade, o desenvolvimento de alternativas para a sua solução.

No município de Volta Redonda observa-se por meio de dados relativos aos anos de 1985 e 1991, períodos anteriores à privatização da CSN (Tabela 7), que a indústria de transformação era a maior geradora de emprego, mantendo-se assim até 1995, dois anos após a referida privatização. A partir do ano 2000 o setor que mais gerou emprego foi de serviços com um total de vagas igual a 18.300. Entretanto, a indústria que era responsável por 11.242 vagas de emprego em 2000, apresentou uma redução de aproximadamente 40% na oferta de vagas, e em 2005 essa redução foi de aproximadamente 51,3%, ambos os índices foram comparados aos apresentados no ano de 1995. Entretanto em 2010 a indústria voltou a apresentar um crescimento na geração de empregos chegando a ser a geradora de 20,60% dos postos de empregos no município, o que significava um aumento aproximado de 15,9% em

2010, em relação a 2005, entretanto em relação ao ano de 1995, a oferta de emprego no setor de indústria ainda apresentava uma retração aproximada de 43,6% embora tenha se mantido como o terceiro setor empregador no município, ficando também atrás do comércio.

Tais alterações podem ter ocorrido em função das demissões efetuadas pela CSN, mas outros fatores que podem ter concorrido para as mudanças no quadro de oferta de emprego, como por exemplo, a estabilização da moeda ocorrida por meio da implantação do Plano Real que configurou um novo período no cenário econômico brasileiro, assim como a política de abertura econômica que proporcionou a entrada de produtos de baixo valor agregado no mercado brasileiro (FECOMÉRCIO, 2012) provocando a reestruturação da produção nacional e o consequente desemprego. Diante da análise desses fatores pressupõe-se que tratar de elementos que reúnem capacidade para promover mudanças no quadro socioeconômico nacional e consequentemente municipal, incluindo a capacidade de geração de maior número de vagas no setor terciário.

Tabela 8 – Volta Redonda. Estrutura Setorial do Emprego, período de 1985 a 2010

Setor		1985	1991	1995	2000	2005	2010
Indústria de Transformação	Empregos	26.539	22.038	26.602	11.242	9.888	14.245
	%	45,64	39,60	36,51	21,90	17,77	20,60
Comércio	Empregos	7.292	7.360	8.014	9.712	12.871	16.161
	%	12,54	13,22	14,20	18,92	23,13	23,37
Serviços	Empregos	16.062	15.261	17.206	18.300	22.170	26.772
	%	27,62	27,42	30,49	35,64	39,85	38,71
Administração Pública	Empregos	4.749	4.653	6.867	5.275	4.963	4.727
	%	8,17	8,36	12,17	10,27	8,92	6,83
Construção Civil	Empregos	2.684	4.444	2.801	5.460	4.929	6.657
	%	4,62	7,98	4,96	10,63	8,86	9,62
Outros (*)	Empregos	819	1.899	940	1.351	816	600
	%	1,41	3,41	1,67	2,63	1,47	0,87
Total	Empregos	58.145	55.655	62.430	51.340	55.637	69.162
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS, 2010

(*) Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e outros ignorados.

Observa-se que Volta Redonda está inserida no contexto das transformações contemporâneas, especialmente na esfera do mercado de trabalho nas quais o número de vagas de emprego geradas pela indústria venha diminuindo face ao setor terciário – comércio e serviços (AMADEO *et al*, 1994). O setor de serviços, exceto no ano de 1991, apresentou crescimento contínuo, principalmente a partir do início da década de 2000. Da mesma forma, o comércio também apresentou crescimento na oferta de postos de trabalho após a privatização da CSN, configurando novas oportunidades de ocupação para a população de Volta Redonda (Tabela 8).

Observa-se no Município de Volta Redonda por meio de dados relativos aos anos de 1985 e 1991, períodos anteriores à retirada do Estado do setor produtivo (Tabela 8), que a indústria de transformação era a maior geradora de emprego local seguida pelo setor de serviços e comércio respectivamente, mantendo-se assim até 1995, dois anos após a privatização da CSN. A partir de 2000 o setor de serviços assumiu a posição de maior gerador de emprego, e os setores de comércio e indústria se revezando na posição de segundos geradores de emprego no mercado de trabalho de Volta Redonda até 2010.

Verifica-se também que apenas em 2010 é que o mercado de trabalho local parece ter-se restaurado da crise gerada pela reestruturação da base produtiva da CSN e de sua privatização, pois o número total de postos de trabalho oferecidos no Município ultrapassou a quantidade de vagas existentes em 1995, ou seja, 15 anos mais tarde é que o número de empregos foi superado em 6.732 novas vagas. Entretanto verifica-se que a maioria da população ocupada, trabalha no setor terciário, embora a indústria ainda represente uma participação expressiva na geração de emprego local. (BRASIL, 2010)

O mercado de trabalho do Município de Volta Redonda parece repetir uma tendência do mercado conforme já mencionado anteriormente, cujo padrão é a apresentação de queda na produção industrial e conseqüentemente no número de postos de trabalho. Ao contrário, as oportunidades de trabalho no setor de serviços mostram outra realidade, pois apresentam acréscimo desde o ano 2000, chegando a 2010 com 38,7%, o maior percentual do mercado de trabalho local.

Em contrapartida, em análise à População Economicamente Ativa (PEA) de Volta Redonda divulgada pelo IPEADATA (2012), verifica-se que no período compreendido entre 1980 e 2010 essa mostrou um crescimento aproximado de 71%, enquanto que a geração de postos de trabalho apresentou um crescimento perto de 19% (Gráfico 11), evidenciando um

hiato de 52% entre a parcela da população que representa o potencial de mão de obra disponível e o emprego local.

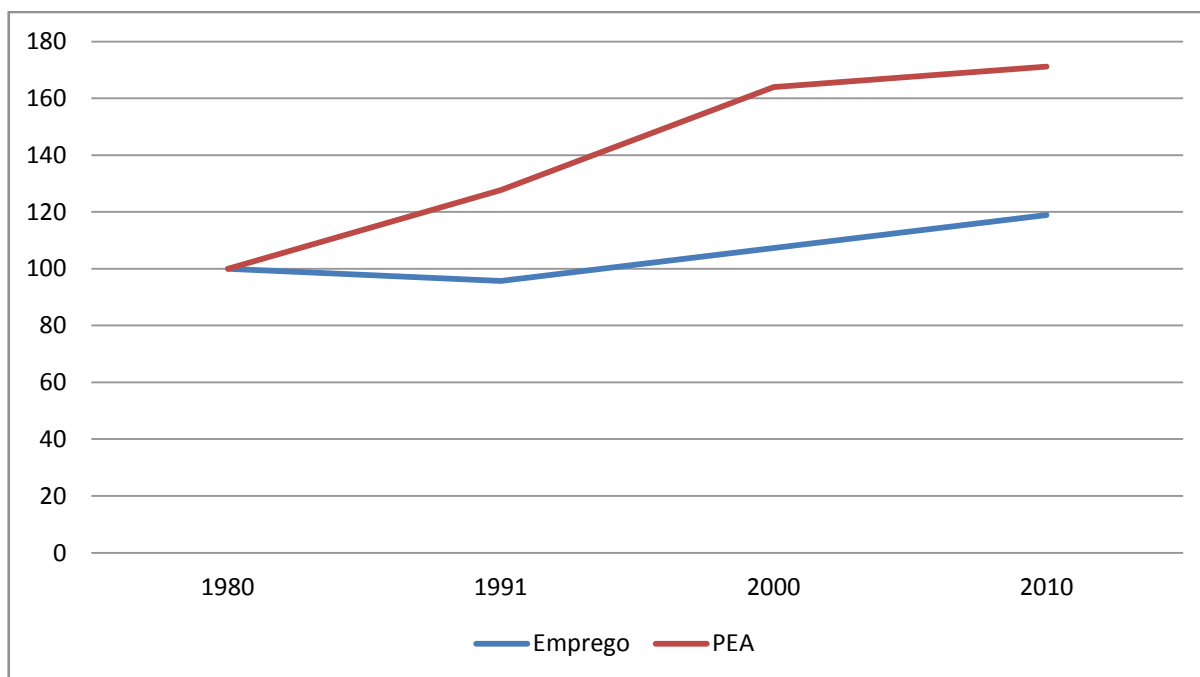


Gráfico 11 – Volta Redonda. Relação entre População Economicamente Ativa (PEA) e Emprego, período de 1980 a 2010

Fonte: IPEADATA, 2012

Verifica-se que na década de 2000 os índices de desemprego não apenas do Estado do Rio de Janeiro, mas de todo Brasil apresentavam valores diversos, porém com variações parecidas em quase todo o período, enquanto que o Município de Volta Redonda exibiu uma flutuação diferente em alguns momentos como, por exemplo, em 2002 ano em que o desemprego local cresceu 7,7% em relação ao ano 2001 (Gráfico 12). Entre os anos de 2003 a 2005 manteve-se relativamente estável com índices abaixo daqueles exibidos pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Brasil, apresentando uma média de 8% abaixo do seu próprio índice apresentado em 2001. A partir do ano de 2006 observa-se que o desemprego local atingiu padrões inéditos, partindo de 10,5% naquele ano e chegando a 14,4% em 2010, ambos em relação ao resultado verificado em 2001 no próprio Município.

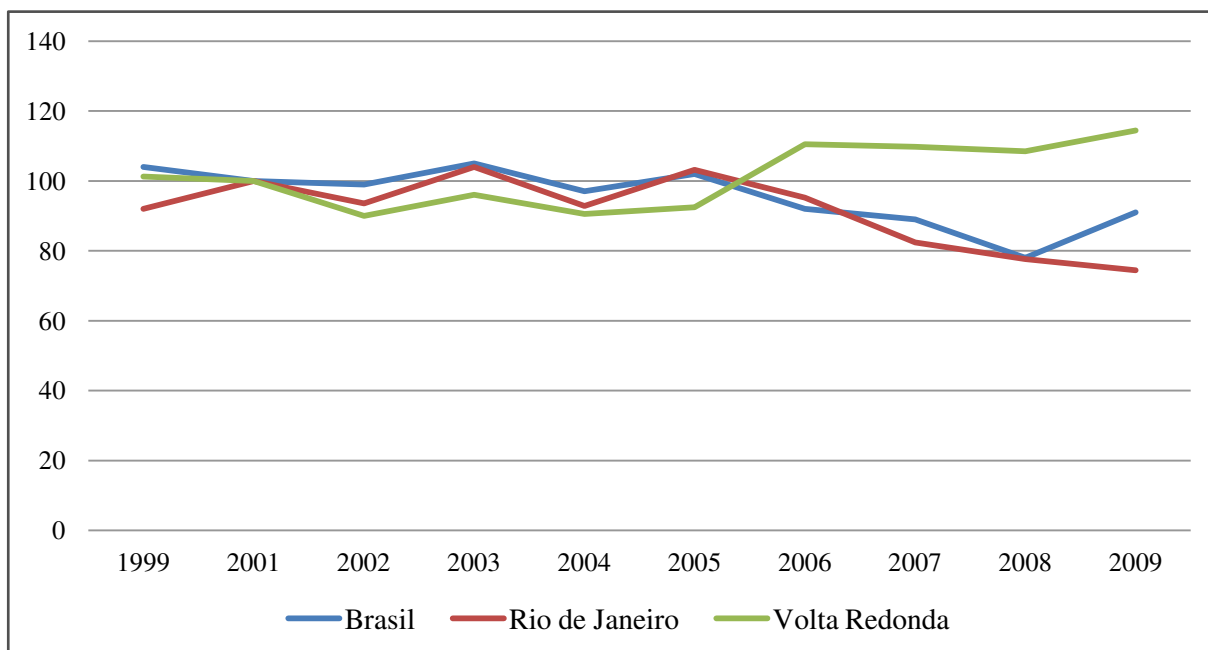


Gráfico 12 – Volta Redonda. Relação Desemprego no Brasil e Estado do Rio de Janeiro com o Município, período de 1999 a 2010, unidade = percentual, base 100 = 2001

Fonte: IPEA e IBGE, 2012.

A percepção do processo de globalização pode ficar clara no sentido de a geração de postos de trabalho de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, classificada pelo IBGE como de porte médio, ser influenciada pela instabilidade gerada pela crise da Argentina e pela fuga de capital provocada pela aversão ao risco por parte de bancos e investidores internacionais no ano de 2002 (CARVALHO, 2007). Fatores domésticos como a insegurança apresentada mediante o processo eleitoral em andamento conforme citado anteriormente, a desvalorização da moeda interna e o aumento dos juros provocados pela redução dos fluxos externos que atenuaram os investimentos internos e o consumo de bens duráveis, também podem ter influenciado o crescimento do desemprego local.

Observa-se que a balança comercial local também exerce influência sobre o mercado de trabalho da cidade de Volta Redonda, pois a partir de 2003 tanto as importações como as exportações iniciavam um processo de queda, e assim também apresentava-se em declínio o seu saldo, embora seu resultado ainda fosse positivo (SECEX, 2012), o índice de desemprego local cresceu. (CEPERJ, 2010)

No decorrer de dez anos, entre 2000 e 2009, o país apresentou uma taxa de desemprego média de aproximadamente 9,57% (IPEADATA, 2012), coincidente com

modesto resultado da taxa de crescimento médio para o mesmo período, que foi de aproximadamente 3,4% (IBGE, 2012).

Em 2006, embora a taxa básica de juros e o dólar tenham apresentado queda (BACEN, 2012), o crescimento econômico nacional ficou na casa dos 4% e a taxa de variação real do PIB/M ficou em -16,84% em relação a 2005 (CEPERJ, 2010). Observa-se que a retração do PIB/M está ligada à redução da produção de aço bruto pela CSN, principal indústria do Município, em virtude do acidente com o seu Alto-forno III ocorrido em janeiro de 2006 (UNILAB, 2006), e do incremento do desemprego local conforme observa-se no Gráfico 12, coincidindo com o baixo desempenho do comércio externo praticado pelo Município (Gráfico 13), ano no qual o índice de desemprego local voltou a apresentar crescimento, e foi também o ano que o saldo da balança comercial apresentou uma queda aproximada de US\$ 155 milhões em relação ao resultado alcançado em 2001 configurando a maior baixa até então, embora o resultado ainda fosse positivo. (SECEX, 2011)

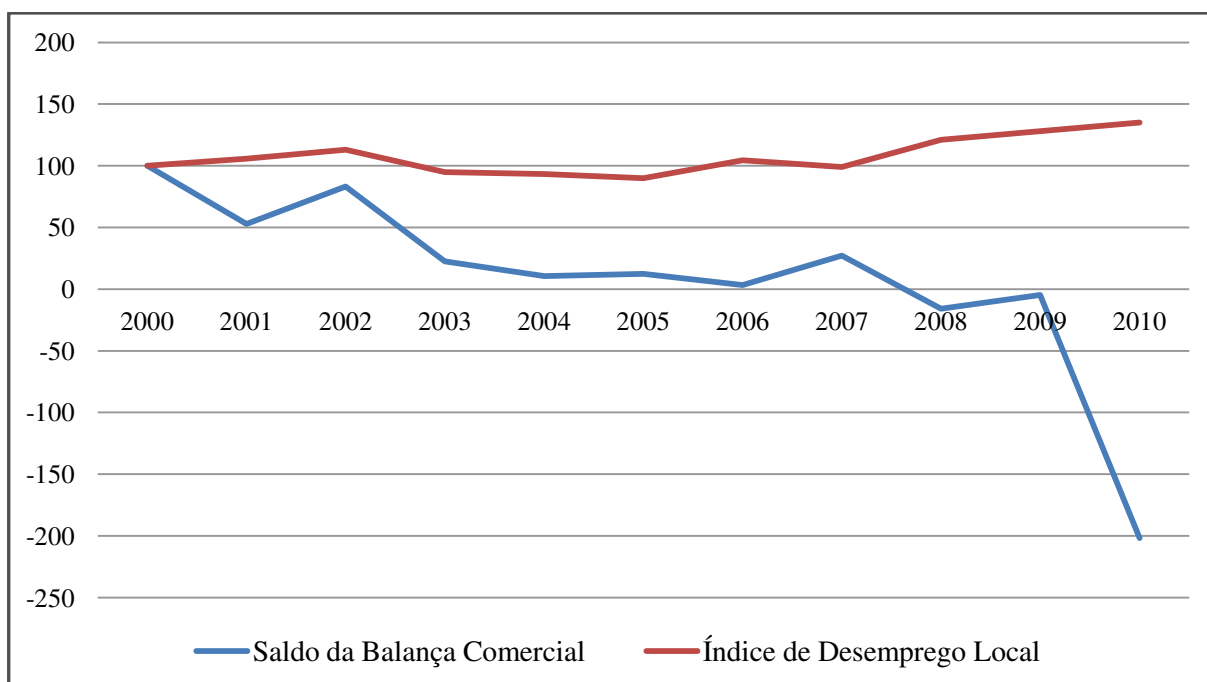


Gráfico 13 – Volta Redonda. Relação Saldo da Balança Comercial X Índice de Desemprego, período de 2002 a 2009, unidade = percentual, base 100 = ano 2000

Fonte: CEPERJ, 2010

A partir de 2008 o agravamento da crise econômica nos países centrais impactou de forma negativa também a economia brasileira e consequentemente a economia local que

ressentindo-se rapidamente, passou a exibir índices de desemprego ainda superiores aos apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Brasil, e a partir desse mesmo ano o saldo da balança comercial local iniciou um quadro de resultados negativos até o fim da década (SECEX, 2011), após esta constatação pressupõe-se a influência do comércio externo na geração de emprego e renda local.

5.2 A participação do Município no Comércio Externo

Observa-se que o saldo da balança comercial de Volta Redonda no período compreendido entre o ano 1997 e 2010, apresentou profunda variação (Tabela 9).

Tabela 9 – Volta Redonda. Resultado da balança comercial, período de 2000 a 2011, unidade = US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1997	0	28.229.186	- 28.229.186
1998	0	0	0
1999	385.633.748	50.554.724	335.079.024
2000	358.587.959	45.886.107	312.701.852
2001	211.087.259	45.878.581	165.208.678
2002	273.945.460	13.753.922	260.191.538
2003	94.768.312	24.800.673	69.967.639
2004	63.339.091	29.823.029	33.516.062
2005	79.271.422	40.607.148	38.664.274
2006	91.670.414	81.319.222	10.351.192
2007	128.504.144	43.314.163	85.189.981
2008	80.069.594	130.488.310	-50.418.716
2009	48.382.316	62.817.606	-14.435.290
2010	88.475.556	720.064.921	-631.589.365

Fonte: Secretaria de Comercio Exterior, 2011

A crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998 podem ter influenciado o resultado nulo das exportações locais, que são em sua maioria produtos siderúrgicos (SECEX, 2011). Entretanto, após a liberação do câmbio em 1999, as exportações fecharam o ano em alta, propiciando o saldo favorável da balança comercial.

A balança comercial nacional é um ponto frágil na economia, o resultado da balança comercial brasileira configurou-se no maior insucesso do plano de estabilização da moeda adotado pelo Estado, entretanto a balança comercial do município de Volta Redonda terminou a década de 1990 com *superavit*, ao contrário da balança comercial nacional.

Nota-se no decorrer da década de 2000 os valores das exportações de Volta Redonda vão decrescendo até o ano de 2005, embora o saldo continue positivo (Tabela 9) e o PIB/M apresentou um decréscimo aproximado de 9,8% em relação ao apresentado no ano anterior (IPEADATA, 2012). Entretanto a economia brasileira obteve um crescimento tímido do PIB em 2005, na ordem de aproximadamente 3,1%, pressupõe-se que esse baixo crescimento encontre respaldo nas elevadas taxas de juros praticadas pelo Estado brasileiro e na redução de investimentos por parte do setor de indústria que ainda está muito presente na economia local.

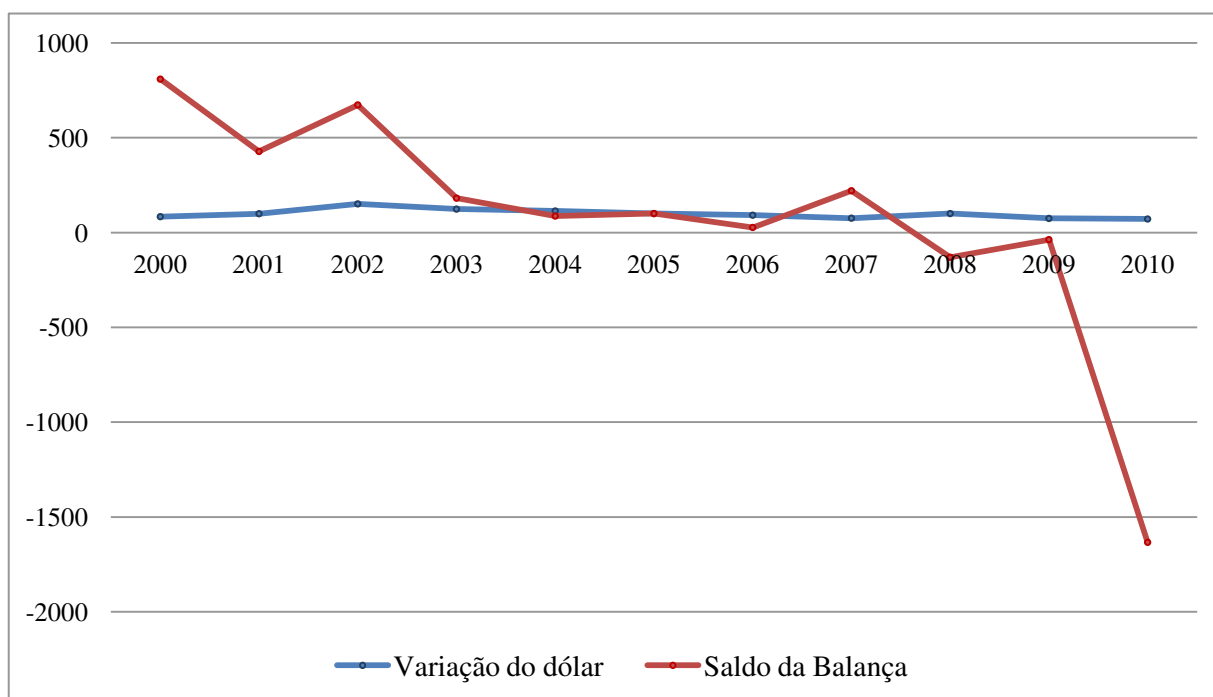


Gráfico 14 – Volta Redonda. Relação Saldo da Balança Comercial e Variação Cambial, período de 2000 a 2010

Fonte: SECEX, 2012 e BACEN, 2012

Em 2006, tanto as exportações quanto as importações voltaram a apresentar ligeiro crescimento, embora o saldo seja menor que o ano anterior, ainda apresentava-se positivo. Em 2007 o saldo da balança demonstrou acréscimo, pois as exportações apresentaram índice maior que o praticado no ano anterior e a importações decresceram em comparação com o mesmo período, indo contra as expectativas de *deficit* face a ligeira valorização do real frente ao dólar (Gráfico 14), quando a cotação da moeda americana chegou a atingir no decorrer do ano o valor de R\$ 1,99, o menor desde 2001.

Descrição dos principais produtos exportados	2008	2009	2010
Laminado ferro/aço, L>= 6dm, estanhado, E<0,5mm	41%	17%	58%
Laminado ferro/aço, L>= 6dm, revestimento Óxido de cromo e/ou cromo	12%	12%	25%
Benzóis (Produtos da Destilação dos Alcatrões de Hulha)	11%	9%	9%
Outros Laminados	26%	18%	4%
Outros produtos semimanufaturados ferro/aço	-	34%	-
Outros produtos exportados	10%	10%	4%
Descrição dos principais produtos importados	2008	2009	2010
Outras hulhas, mesmo em pó, não aglomeradas	-	1,1%	50%
Coques de hulha	-	-	23%
Laminados ferro/aço a frio, em rolo	23%	-	16%
Outros Laminados	51%	-	1%
Outros produtos importados	26%	-	10%

Quadro 2 – Volta Redonda. Principais produtos que compõem a Balança Comercial, período de 2008 a 2010

Fonte: SECEX, 2012

Observa-se que há uma redução gradual e contínua do saldo da balança comercial local ao longo da década, cedendo espaço a um saldo negativo a partir do ano 2008, quando foi iniciada a crise econômica internacional, até chegar a apresentação do seu maior *deficit* em 2010, que aparentemente traduz-se no reflexo da crise econômica mundial que ainda assombra os países para os quais Volta Redonda fornece seus produtos, como por exemplo, a Itália (SECEX, 2012). A valorização da moeda nacional face ao dólar no ano de 2010 (BACEN, 2012), fato que historicamente provoca o incremento das importações, parece ser o

mais forte elemento concorrente para a queda do saldo da balança comercial local. Ou pode-se ainda atribuir tal *deficit* à combinação de ambos os fatores, pois observa-se que aproximadamente 70% das importações nesse período (Quadro 2) referia-se a insumos para a produção da principal indústria local.

Simultaneamente à queda das exportações, as importações, que desde o início da década estavam em baixa, mantiveram-se praticamente estáveis até o ano de 2008 ano em que se desenvolveu a crise financeira internacional, quando as importações sofreram um acréscimo de US\$ 84.602.203 em relação ao ano 2000, conforme verifica-se na Tabela 8.

Ao final observa-se que o comércio externo praticado pelo Município de Volta Redonda em sua maior parte parecia estar centralizado na movimentação efetuada pela CSN no período analisado (Quadro 2).

Tabela 10 – Volta Redonda. Comparativo do resultado da Balança Comercial da União X Estado X Município, período de 2001 a 2010 – Unidade = US\$ 1000 FOB

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	% (*)	Município de Volta Redonda	%(**)	%(***)
2001	58.286.593	1.405.597	2,41	165.208	11,75	0,28
2002	60.438.653	3.658.807	6,05	260.191	7,11	0,43
2003	73.203.222	4.848.545	6,62	69.067	1,42	0,09
2004	96.677.497	7.032.468	7,27	33.516	0,47	0,03
2005	118.529.184	8.201.581	6,91	38.664	0,47	0,03
2006	137.807.470	11.484.831	8,33	10.351	0,80	0,007
2007	160.649.073	14.315.694	8,91	85.189	0,09	0,05
2008	197.942.443	18.696.977	9,44	-50.418	-0,27	-0,02
2009	152.994.743	13.519.419	8,84	-14.435	-0,11	-0,009
2010	201.915.000	20.022.219	9,91	-631.589	-3,15	-0,03

Fonte: SECEX, 2012

(*) Percentual que o saldo da balança comercial do Estado do Rio de Janeiro representa no saldo da balança comercial brasileira.

(**) Percentual que o saldo da balança comercial do Município de Volta Redonda representa no saldo da balança comercial do Estado do Rio de Janeiro.

(***) Percentual que o saldo da balança comercial do Município de Volta Redonda representa no saldo da balança comercial brasileira.

O comércio externo do Município aparentemente não configura em uma contribuição significativa para a composição do total do saldo da balança comercial do Estado do Rio de Janeiro, exceto no ano de 2001 quando sua participação foi de 11,75% e por três anos consecutivos, 2008, 2009 e 2010, ter onerado o resultado estadual, apresentando saldos deficitários. Entre 2004 e 2007 a sua contribuição obteve índices inferiores a 1% da composição do saldo da balança comercial do Estado do Rio de Janeiro, enquanto que em relação ao saldo da balança comercial brasileira, Volta Redonda apresentou um índice de participação média igual a 0,85% no período compreendido entre 2001 e 2010 (Tabela 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Município de Volta Redonda com base em sua história, observa-se que trata-se de um esforço do Estado brasileiro no sentido de propiciar a inclusão do país na era industrial, que atingiu o seu objetivo de atendimento à demanda interna, além da geração de emprego e renda e a criação de uma nova sociedade com perfil urbano-industrial.

Observa-se que a economia brasileira passou por várias fases ao longo de sua história. Dado o interesse dessa pesquisa, foi abordado a partir do início da industrialização brasileira, no qual o Estado brasileiro, ainda sustentado pela cultura do café, mantinha-se por meio de uma economia agrícola-exportadora, busca implementar políticas com vistas à industrialização do país, após a grande crise financeira internacional de 1929 e a Revolução interna de 1930. O Estado sob a gestão de Vargas (1930-1945) proveu o país de uma estrutura industrial de base na qual estava incluída a construção da CSN (1941), cuja construção daria origem ao Município de Volta Redonda.

Entretanto a década de 1980, intitulada “década perdida”, exibiu alterações no cenário econômico interno, por meio do processo inflacionário e aumento do *deficit* público por exemplo, e externo por intermédio das crises do petróleo e a escassez de financiamento. Tais fatores ajudaram a compor o quadro de profundo desgaste do modelo de intervenção Estatal que se apresentava e que propiciaram a aproximação às políticas neoliberais, adotadas a partir da década de 1990.

Desta forma, a década de 1990 foi marcada por mudanças no cenário econômico brasileiro, entre elas o decréscimo da participação do Estado na economia. Foi adotada uma política de desestatização na qual o Estado deveria ater-se a alcançar e manter a estabilidade macroeconômica. Outra alteração foi a abertura e internacionalização da economia brasileira, que configurou a abertura do mercado mediante a redução de tarifas e a quebra de barreiras alfandegárias, fato que impôs o aumento da competitividade às empresas brasileiras, mediante o aumento de produtividade interna, que em alguns casos dava-se por meio da aquisição de novas tecnologias de produção, situação que resultou no incremento do desemprego. Foi um período em que a balança comercial sofreu desequilíbrio face a elevação das importações, e o PIB não apresentou resultados favoráveis, terminando a década com crescimento próximo de zero.

O processo de privatização de empresas estatais implantado no país envolveu Volta Redonda, pois o Município abriga a Companhia Siderúrgica Nacional e mediante esse fato configura-se um polo de crescimento regional além de localizar-se geograficamente próximo a centros consumidores e sua infraestrutura ser dotada de vias de transporte por rodovias e ferrovias e é detentora de atributos que devem compor o polo regional, como por exemplo, abrigar uma indústria motriz que funcionou como elemento aglutinador da mão de obra e conhecimento técnico, assim como fornecedores de produtos e serviços. Após ser privatizada a CSN passou por uma reestruturação de seu processo produtivo, cuja adoção de novas tecnologias resultou em demissões. Porém antes mesmo de ser privatizada, a indústria adotou um sistema de saneamento de seu quadro funcional, o que provocou a redução de aproximadamente 7000 postos de trabalho.

Por conta dos cortes de postos de trabalho nota-se que o processo de privatização encontrou uma população apreensiva, que por intermédio de atores municipais buscaram obter alguma forma de compensação, face ao que se configurou perda para o Município de Volta Redonda. A exigência de uma cláusula que tratasse do passivo ambiental foi incluída no edital de privatização da empresa, funcionando como uma multa pelo rompimento do contrato tácito existente na relação indústria X município.

Ultrapassado todos os trâmites legais, a empresa foi a leilão e em 1993 foi privatizada, após passar por uma reestruturação do seu quadro funcional e por um processo de saneamento de suas dívidas juntos aos bancos e fornecedores e dando origem a um novo ciclo da economia local, no qual os novos responsáveis pela direção da empresa abandonaram as políticas de promoção do bem estar aliadas pelo Estado à construção e desenvolvimento da CSN, atendo-se à geração de empregos e recolhimento dos tributos devidos.

Tais alterações que no início causaram uma relação aparente de desconforto entre a população da cidade e a indústria, passados vinte anos parece ter encontrado equilíbrio. Nesse período observa-se certo empenho do poder público local no desenvolvimento de políticas de atração de novos investimentos, assim como a criação de legislação com potencial para promover o empreendedorismo local, o que aparentemente alcançou resultado, pois o número de registro de novas empresas, especialmente as microempresas voltadas para o setor terciário, obteve uma elevação considerável a partir de 1994.

Em meio a toda essa reformulação econômica imposta ao município pelas políticas neoliberais adotadas pelo Estado, a geração de emprego em Volta Redonda que até 1995

apresentava número elevado e era em sua maior parte derivada da indústria, revelou queda em seu total nas medições em 2000 e 2005, mas voltou a apresentar crescimento em 2010, embora o maior número de vagas esteja no setor terciário com destaque para o comércio e a prestação de serviços, ficando esse último com maior número de vagas de emprego geradas.

Nota-se, entretanto que desde 1980 Volta Redonda já apresentava uma defasagem entre a oferta de emprego e a PEA local e que esse indicador apresentou índices crescentes até 2010, configurando a incapacidade local de absorção da sua mão de obra.

Em análise à participação de Volta Redonda no comércio externo, e uma possível ação desse segmento sobre o nível de desemprego local, observa-se que a possibilidade de a Balança Comercial do Município impactar sobre o índice de desemprego é real, com base na apresentação de índices praticamente estáveis, chegando a revelar em alguns momentos relativa queda até meados da década passada quando o saldo da balança comercial apresentava resultados positivos. Verifica-se que a redução do saldo da balança comercial local pode ser reflexo da crise econômica mundial que atingiu, entre outros, os países que adquiriam produtos oriundos de Volta Redonda obrigando-os a reduzir o seu consumo. Ou ainda, a valorização da moeda nacional pode ter provocado o incremento das importações do município. Pode-se ainda atribuir o saldo da balança comercial local à combinação de ambos os fatores.

Entretanto, ao examinar mais profundamente a composição das exportações e importações do Município de Volta Redonda, nota-se que em sua maior parte, aproximadamente 70%, está centralizado em produtos consumidos ou comercializados pela Companhia Siderúrgica Nacional. Após análise dos indicadores socioeconômicos relativos ao Município, observa-se que houve impactos na economia local gerados pela privatização da CSN, entretanto a cidade continuou mantendo um crescimento constante conforme verifica-se por meio da análise do PIB Municipal, cuja evolução mantém-se positiva desde a década de 1980.

Entretanto verifica-se que o índice de desemprego no Município é elevado, tanto em comparação com os índices apresentados pelo Estado como os apresentados pelo País. Fato que se contrapõe aos índices divulgados pela FIRJAN (2010) e pelo MTE (BRASIL, 2010) sobre a abertura de novas empresas na cidade, principalmente voltadas para o comércio e prestação de serviços, que apresentaram incremento significativo, principalmente na década

de 2000, embora não tenham mostrado-se capazes de absorver a mão de obra excedente na cidade.

Diante do exposto, conclui-se que o cenário econômico da cidade de Volta Redonda foi profundamente impactado pela retirada do Estado do setor produtivo. Tal afirmação baseia-se inicialmente na redução do crescimento do PIB/M, assim como do seu PPC e oferta de emprego à população local, que apresentou um índice de crescimento médio entre 1991 e 2010 aproximado de 17%, enquanto que o crescimento médio da PEA foi de 34% no Município. Destacamos, também, uma nova composição do emprego no município com a ampliação das atividades terciárias e a redução do peso da indústria.

Após análise do PIB/M e da PPC da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense observa-se que Volta Redonda, que representou o papel de polo de crescimento regional, cresce à níveis inferiores aos apresentados antes da privatização da CSN, enquanto que outros municípios vizinhos, como Resende, Porto Real e Itatiaia, têm apresentado índices de crescimento mais significativos. Esse cenário pressupõe uma possibilidade de substituição do polo de crescimento regional, em virtude do ambiente de negócios que está se desenvolvendo nas cidades vizinhas, com vistas ao atendimento do mercado interno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.O.; BACHA, C.J.C. Evolução da Política Cambial no Brasil, 1962-97. In: Pesquisa e Debate. vol. 10. n° 2. São Paulo: PUCSP, 1999. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(16\)clovis_almeida.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(16)clovis_almeida.pdf). Consultado em 06 nov 2012

AMADEO, E.; CAMARGO, J.M.; GONZAGA, G.; BARROS, R.; MENDONÇA, R. A natureza e o funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980. Texto para discussão n. 353. Brasília: IPEA, 1994. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0353.pdf. Consultado em 20 dez. 2012

AMARAL, C. Reestruturação sócio-produtiva e ações de promoção do desenvolvimento local na microrregião do Vale do Paraíba (RJ). Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP). Universidade Federal da Bahia, 2001. Disponível em: www.adm.ufba.br. Consultado em 09 abr. 2013

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente Federalista. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em www.ipea.gov.br/. Consultado em 09 abr. 2013

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRO-PASTORIL DE VOLTA REDONDA (ACIAP-VR). Dados Estatísticos 1990-2000. Abertura de Empresas no Município de Volta Redonda.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRO-PASTORIL DE VOLTA REDONDA (ACIAP-VR). Dados Estatísticos 1990-2000. Extinção de Empresas no Município de Volta Redonda.

ATHAYDE, J.B. de. **1916-1974 Volta Redonda**: cidade do aço (notas históricas). 2. ed. Coronel Fabriciano: Rogério Bussinger, 2004.

BACHA, E.L.; BONELLI, R. Crescimento e Produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo. Texto para discussão. Maio, 2001. Disponível em: www.econ.puc-rio.br/pdf/bacha_bonelli. Consultado em: 05 mai. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Notas da 61ª reunião do Comitê de Política Monetária do Banco central do Brasil (COPOM). 17 e 18 jul 2001. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?copom61>. Consultado em: 23 jan. 2012

_____. Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório Anual**. Brasília: Banco Central do Brasil, vol. 39, 2003.

_____. Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual, Brasília: Banco Central do Brasil, vol. 40, 2004.

_____. Taxas de Câmbio. Cotações de fechamento de uma moeda em um período. 2012. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>. Consultado em 31 mar. 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Exportação**: Histórico (2000). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES. Consultado: 17 jan. 2012.

_____. **Privatização**: Histórico (1990). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html. Consultado em: 17 abr. 2012.

_____. **Impactos da Privatização no Setor Siderúrgico**. (2001). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/relato_1.pdf. Consultado em: 08 mai. 2012

BASTOS, F.M. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil**: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BEDÊ, W.A. **A Era Vargas**: 1941 – 1964. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BENTES, J.C. da G.; COSTA, M. de L.P.M. A Cidade-Empresa e a Empresa na Cidade: Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional. In: **X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo** – X SHCU. Anais. Recife: UFPE, 2008, CD-ROM.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BORTOTO, A.C. et al. **Comércio Exterior**: teoria e gestão. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e Estatísticas**: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2010). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>. Consultado em 30 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 8031/90**. 12 abr 1990. Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Consultado em: 05 mai. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto Lei 724/93**. 15 jul 1993. Distrito Federal. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/177731/lei-complementar-724-93-sao-paulo-sp>. Consultado em: 05 mai. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto Lei 3002/41**. 30 jan 1941. Distrito Federal. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3002&tipo_norma=DEL&data=19410130&link=s. Consultado em: 05 mai. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei 9491/97**. 09 set 1997. Distrito Federal. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/legislacao/19491.htm>. Consultado em: 05 mai. 2012.

BUANAIN, A.M.; DEDECA, C.S. Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. *In* **Desenvolvimento Rural Sustentável**. MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (org). Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

CACCIAMALI, M.C. Distribuição de Renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. *In*: **Manual de Economia**. Org. Pinho, D.; Vasconcellos, M.A. p.404-422. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS, M.F.S.S.; HIDALGO, A.B.; DA MATA, D. **Abertura, Comércio intra-indústria e desigualdade de rendimentos**: uma análise para a indústria de transformação brasileira. Nova Economia. Vol. 17, nº 2, Belo Horizonte, mai/ago 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200003. Consultado: 19 abr. 2011.

CARVALHO, V.R.S. A restrição Externa e a Perda de Dinamismo da Economia Brasileira. Revista do BNDES. v. 14, n.28, p. 395-424. Rio de Janeiro, dez. 2007.

CAVALCANTI, M.A.F.H.; FRISCHTAK, C.R. Crescimento Econômico, balança comercial e a relação câmbio investimento. Texto para Discussão n. 821. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CARUSO, O.S.A. Transformações no mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional. ENCE/IBGE, 2006. Disponível em: http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=74707425&folderId=45803087&name=DLFE-12795.pdf. Consultado: 15 nov. 2011.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). Centro de Estatísticas, Estudo e Pesquisas. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro** (2010). Disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ent/anu_online.html. Consultado em: 12 nov. 2012.

CSN. **Jornal Aqui**. Volta Redonda, out.1998. p. 10

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.

FEDERAÇÃO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (FECOMÉRCIO). **A evolução da classe média e o seu impacto no varejo**: diagnóstico e tendências. São Paulo. 2012. Disponível em: www.fecomercio.com.br. Consultado em 20 dez. 2012.

FEDERAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). Pesquisas e Estudos Econômicos. Retratos Regionais. (2010) Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/402880811F3D2512011F7FE00F0B3401.htm>. Consultado em: 15 nov. 2012.

FERRARI FILHO, F.; SILVA, G.T.F.; SCHATZMANN, S. Política Comercial e Cambial, Vulnerabilidade Externa e Crescimento Econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980. **A Nova Economia**. Rio de Janeiro, jan-abr. 2011.

FRANCO, G.H.B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista da Economia Política**, vol. 18, n. 3, jul-set., 1998. Disponível em: www.econ.puc-rio.br/gfranco/insercao.pdf. Consultado: 25 mar. 2012

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 20 ed. São Paulo: Nacional, 1985.

GOMES, A.C. Ministério do Trabalho: uma visão histórica vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1699.pdf. Consultado em 08 nov. 2012

GRACIOLLI, E.J. Um Laboratório Chamado CSN: Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993). In: **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Petrópolis, 2000. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4867&Itemid=357. Consultado em 10 jun. 2012.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicador Conjuntural: PIB** (2012). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Consultado: 20 abr. 2012.

_____. Banco de Dados Agregados. Pesquisa Industrial mensal: **Produção Física 1980-2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>. Consultado em 27 abr. 2012

_____. Banco de Dados Agregado. Demografia (1950). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Consultado: 27 set. 2011.

_____. Banco de Dados Agregados (2012). Economia: número de empresas. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z+2933>. Consultado em 27 dez. 2013

_____. Estatísticas do Século XX. Estatísticas Econômicas (2012). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/economia.shtm>. Consultado em 31 mar. 2012.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2010. (2013). Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf). Consultado em 12 jun. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Abertura Comercial Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na década de 1990. Brasília, out. 2011. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0829.pdf. Consultado: 19 jun. 2012

_____. **Boletim Comércio Exterior – Exportações/Importações:** 1889 a 2011. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/>. Consultado: 22 abr. 2012.

_____. **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, Planejamento e Políticas Públicas. vol. 3. Brasília: IPEA, 2009a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf. Consultado em 07 nov. 2012.

_____. **Produto Interno Bruto (PIB):** variação real anual (2012). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Consultado: 22 abr. 2012

_____. A economia Brasileira em perspectiva. vol. II. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

_____. **1500:** o Brasil em quatro décadas. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1500.pdf. Consultado em: 23 out. 2012.

_____. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Organizadores: João Sicsú e Armando Castelar. Brasília: IPEA, 2009b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_SociedadeeEconomia.pdf. Consultado em 07 nov. 2012.

_____. IPEADATA. Inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (2012). Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/>. Consultado em 23 out. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA (IPPU-VR). Informações para o Plano Diretor – Coleção Cadernos de Planejamento. v. 1. Volta Redonda: IPPU-VR. 2010.

_____. **História.** (1994). Disponível em <http://www.portalvr.com/ippu/index.php>. Consultado: 25 nov. 2011.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público.** Brasília, abr/jun. 2005. Disponível em: <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>. Consultado em 20 set. 2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (JUCERJA). Estatística. Constituição de Empresas. Disponível em: <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/estatistica/nova/comparativa.asp?tp=1&anoI=2012&anoJ=2011>. Consultado em: 03 nov. 2012.

KANNEBLEY JR., S. Desempenho exportador brasileiro recente e taxa de câmbio real: uma análise setorial. **Revista Brasileira de Economia.** RBE. Rio de Janeiro, p. 429-456, jul/set. 2002.

LAMPREIA, L.F. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos Avançados.** v. 9. n.º 24. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

LANGONI, C.G. A crise do desenvolvimento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LEITE, A.D. **A economia brasileira**: de onde viemos e onde estamos. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LIMA, M.C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOPES, A.C. **A aventura da forma**: urbanismo e utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

LOSICER, C.D.R.; COSTA, M.A.N. A Responsabilidade Social Corporativa em Cidades Industriais no Brasil: o caso da CSN, Volta Redonda, RJ. *In: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. Anais, 2012. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0501_2420.pdf Consultado em 07 set. 2012

LUZ, N.V. **A luta pela industrialização do Brasil**: 1808 a 1930. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARCONI, M.A. e LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATOS FILHO, J.C.; OLIVEIRA, C.W.A. O Processo de Privatização das Empresas Estatais Brasileiras. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/td_422.pdf. Consultado em: 07 fev 2012.

MEIRELLES, H. O Brasil e a crise Internacional. Rio de Janeiro: BACEN, out. 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Apres/O%20Brasil%20e%20a%20Crise%20Internacional>. Acesso: 23 set. 2012

MODIANO E. Da Inflação ao Cruzado. Rio de Janeiro: Campos, 1986.

MOREIRA, M.M. A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer? In Gianbiagi, F. e Moreira M.M. (org). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/.../Industria/199910_2.html. Consultado: 03 mai. 2012.

MOREIRA, R. Ascensão e crise de um paradigma disciplinar: o espaço do complexo CSN – Volta Redonda. In Moreira, Ruy. **A reestruturação industrial e espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: GERET /NEGT/GECCEL, 2003.

NEVARES, S.E.P. O Impacto da Privatização na gestão de Recursos Humanos: o caso CSN. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

OLIVEIRA, A.U. A Nova Divisão Internacional do Trabalho. *In Geografia do Brasil*. ROSS, Jurandir L.S. (org). São Paulo: USP, 2005. P. 248-249.

PALMEIRA, A.F. A Nova Face da “Cidade do Aço”: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Dissertação. Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF-RJ, 2012.

PEREIRA, L.C.B. **Economia Brasileira**: uma introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. O décimo primeiro plano de estabilização. *In* Combate à inflação e Reforma Fiscal. VELLOSO, J.R. (org). Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. P. 132-150.

_____. A Crise Financeira Global e Depois: um novo capitalismo? *In*: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, março 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3721>. Acesso: 23 set. 2011.

_____. O Conceito Histórico de desenvolvimento econômico. (2006). Disponível em: www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf. Consultado em: 20 out. 2012.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. *In*: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. **O Brasil na Década de 90**: uma transição bem sucedida?, Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POSO, A.T. **Siderurgia Mundial e Brasileira**: o caso da CSN. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em www.teses.usp.br. Consultado em 10 abr. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA (PMBM). **Indústrias**. Disponível em: http://www.agencia1.com.br/pmbm/site/page/industria_sbm.asp. Consultado: 13 mai. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA (PMVR). Lei orgânica. 1990. Disponível em <http://www.portalvr.com/servicos/leis/>. Consultado em 03 jan. 2013.

PROENÇA, E. R. **Determinantes Ambientais e Estratégias de Internacionalização**: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2812. Consultado em 03 jan. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano de 2003. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003>. Consultado em 18 fev. 2012

RESENDE, M.F.C.; ANDERSON, P. **Mudanças Estruturais na Indústria Brasileira de Bens de Capital**. Texto para discussão n.658. IPEA. Rio de Janeiro, julho de 1999.

RIBEIRO, F.C.S.; TELEGINSKI, J.; SOUZA, J.H.; GUGELMIM, R.M. A Evolução do Produto Interno Brasileiro entre 1993 e 2009. *In Vitrine da Conjuntura*. FAE. v. 3, n.5. Curitiba, julho de 2010.

RICARDO, D. (1772-1823) **Princípio de Economia Política e Tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7004034/David-Ricardo-Principios-de-Economia-Politica-e-Tributacao>. Consultado em: 20 jan. 2012.

ROSS JR. J.L.; FERREIRA, P.C. **Evolução da Produtividade Industrial Brasileira e Abertura Comercial**. Texto para Discussão n. 651. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais: contexto social e breve histórico**. Indicadores Econômicos. FEE, v. 20. n. 4. Porto Alegre, 1993.

SANTOS, J.L.S. **A interiorização do desenvolvimento no Rio de Janeiro: economia e sociedade na área Sul do Estado – 1940/1985**. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ufrjr.br/cpda/static/teses/tese_jorge_2010.pdf. Consultado em: 25 jul. 2011.

SCHUMPETER, J.A. (1883-1950). **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução: Maria Sílvia Pessoas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECEX - SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação brasileira**. Principais Empresas Exportadoras. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Consultado: 30 abr. 2012.

_____. **Balança Comercial Brasileira: janeiro/2011**. Disponível em: <http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Consultado: 29 abr. 2011.

SERBENA, C.A. Imaginário, ideologia e representação social. *In: Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/>. Consultado em 08 fev. 2013

SILBER, S.D. **Mudanças Estruturais na Economia Brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento**. Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: www.usp.br/prolam/simao.pdf. Consultado em 05 nov. 2012

SILVA, E.M.S. e. **Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC**. HIPÓLITO, L.; FARIAS, I.C. (org). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

SINGER, P. **Aprender Economia**. 23 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOARES, S.; SERVO, L.M.S.; ARBACHE, J.S. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão n. 843. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

SOUZA, C.V.C. **Pelo espaço da cidade**: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1992.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais. **Revista Análise Econômica**. Ano 11, n. 19. Porto Alegre, 1993.

TAVARES, M.C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: Bielschowsky (org). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRONCA, I. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda. *In*: **III O Brasil Republicano**. 3.Sociedade Política (1930-1964). Org. FAUSTO, B. 3 ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1986.

UNILAB LABORATÓRIO INDUSTRIAL SINDICAL. Teto do Alto Forno-3 desaba e paralisa a produção. Volta Redonda, 1006. Disponível em: www.sindlab.org/noticia01.asp?noticia=3308. Consultado em 05 jan. 2013

VIEIRA, E.T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional**: o vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VIEIRA, E.T.; SANTOS, M.J. Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica. *In*: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369. Taubaté. mai/ago, 2012. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>. Consultado em 05 jan. 2013.

_____. **A Produtividade e o Emprego nos Anos 90**: o debate no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie. Pós Graduação em Economia. São Paulo, 1999.

ZAMPRONIO, K.C. **Ingresso de Capitais e volatilidade** – uma análise sobre o risco país. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia. Uberlândia, 2005.